#002 ▸ OUTUBRO 2019 ▸ 15 €

António Campos

C. J. Polychroniou

Cristina Alves

David Broder

Dieter Dellinger

Fábio Romão Morgado

Filipe Barroso

Flávio Gonçalves

Henning Meyer

João Ferreira Dias

John Simkin

Jorge Matias

Luke Savage

Margarida Matos

Michel Chossudovsky

Noam Chomsky

Patrick Bond

Paulo Querido

Peter Phillips

Rui Martins

Srecko Orvat

Bernstein
O Socialismo Evolutivo

Ao analisarmos a obra mestra de Eduard Bernstein, "Socialismo Evolutivo", verificamos que partes desta não envelheceram assim tão bem no que toca ao seu optimismo quanto à evolução do capitalismo, mas o essencial (a reforma política pacífica em vez da revolução armada) mantém-se intacta e é o legado ideológico que ainda hoje os partidos socialistas defendem Europa e mundo fora, pese embora o incómodo facto da esmagadora maioria dos nossos militantes nem conhecer o seu nome.

Flávio Gonçalves

Biografado e na capa deste segundo número, encontramos Karl Kautsky, um dos redactores do Programa de Erfurt do SPD juntamente com Eduard Bernstein e August Bebel, o qual cimentou as bases ideológicas que iriam alastrar ao que é hoje a Internacional Socialista. Escusado será dizer que a capa do nosso terceiro número, a sair algures em 2020, será dedicada a August Bebel.
É curioso notar que Eduard Bernstein em Portugal caiu em completo desconhecimento, seja dentro do Partido Socialista ou em qualquer um dos restantes partidos à sua esquerda. Nenhuma das editoras portuguesas, das mais comerciais às mais independentes e politicamente comprometidas, se dignou a publicar a sua obra. Isto até agora, uma vez que iniciei já há meses a tradução de "Socialismo Evolutivo" e esta chegará ao mercado nacional também em 2020, como primeiro volume da colecção Biblioteca Socialista.
É curioso verificar que a maior parte das obras do socialismo democrático estão ainda por publicar, pese embora a insistência por parte de Pacheco Pereira ("As Confusões Sobre a Social-Democracia", Público, 14/09/2019) de que em Portugal existem dois partidos desta génese ideológica: PS e PSD. Pessoalmente achamos um tanto ou quanto de mau gosto colocar o PSD nesta génese ideológica sendo Pacheco Pereira o único socialista democrático que lá sobra.
Sim, o PSD tentou integrar a Internacional Socialista, sim a JSD tinha por hino "A Internacional" e, a julgar pela legenda da foto de Bernstein incluída na versão em papel do jornal, Bernstein era muito divulgado nas publicações tanto do PPD como da JSD. É de estranhar que a versão digital do artigo no portal do "Público" omita não só qualquer menção a Eduard Bernstein, mas não inclua sequer a sua foto. A nosso ver o PSD foi social-democrata durante uns parcos anos e por mero interesse de aceitação, para se integrar no ambiente partidário do pós 25 de Abril, e nunca por genuíno compromisso ideológico. Já podiam regressar à sigla PPD e deixar-nos, reais sociais-democratas, em paz.

@flagoncalv

Autoritarismo político

Em 1992, Francis Fukuyama publicou um livro intelectualmente embaraçoso intitulado *O Fim da História e o Último Homem*[1], no qual profetizava o "fim da História" após a queda do bloco comunista, defendendo que a democracia liberal se tornaria na "forma final de governação humana" a nível mundial[2]. *Por C.J. Polychroniou*

Contudo, com destaque para esta década, o que sucedeu foi as instituições os valores centrais da democracia liberal estarem sujeitas a um ataque por imensos líderes autoritários de todo o mundo, e as tendências do nacionalismo extremo, a xenofobia e o "fascismo suave" começaram a reformatar o panorama político na Europa e nos Estados Unidos. Como explica o ressurgimento do autoritarismo político na primeira parte do século XXI?

O "panorama político" é realmente tenebroso. Embora as circunstâncias políticas e sociais hoje em dia sejam muito menos graves, não deixam de nos fazer recordar o aviso de Antonio Gramsci a partir das celas de Mussolini acerca da severa crise da altura, que "consiste precisamente no facto do antigo estar a morrer sem que o novo possa nascer [e] neste interregno surgem uma enorme variedade de sintomas mórbidos."

Um desses sintomas mórbidos é o ressurgimento do autoritarismo político, uma questão extremamente importante que está corretamente a obter bastante atenção por parte do debate público. Mas, "obter bastante atenção por parte do debate público" é sempre um sinal de alarme: o modo como se delineia a questão não refletirá os interesses do poder, desviando a atenção daqueles que podem ser os fatores mais significantes por trás desta preocupação generalizada? No caso atual, creio que assim é,

[1] Gradiva, 1999 - NDE.

[2] Desde então Francis Fukuyama já repudiou a sua teoria, afirmando o equívoco aquando da sua participação nas Conferências do Estoril, em 2011 - NDE.

FOTO: LUIS ASTUDILLO

e antes de me debruçar sobre a questão muito relevante do ressurgimento do autoritarismo político, gostava de levantar algumas questões conexas que não me parecem estar a obter a atenção que merecem, e na realidade são praticamente excluídas da atenção da maior parte do público.

É completamente verdade que "as instituições e os valores da democracia liberal estão sob ataque" num nível invulgar, mas não só por parte de líderes autoritários, e também não pela primeira vez. Suponho que todos concordamos que entre os valores da democracia liberal o principal será o dos governos irem ao encontro dos eleitores. Quando tal não sucede, a "democracia liberal" é uma farsa.

Já ficou bem estabelecido que tal não é o caso. Existe uma vasta obra da ciência política dominante que demonstra que a maior parte dos eleitores não se encontram representados pelos seus representantes eleitos, que ouvem várias vozes – as vozes da classe dos seus patrocinadores, das grandes fortunas e do sector empresarial . Mais, a obra penetrante de Thomas Ferguson revela que durante muito tempo, as eleições foram substancialmente compradas, incluindo as ao Congresso em 2016, continuando até ao presente.

Estes factos por si só demonstram que o furor acerca da suposta interferência russa no nosso pristino processo democrático revela uma profunda doutrinação – em valores capitalistas, não democráticos.

Mais, aqueles que consideram que a interferência estrangeira é particularmente problemática, apesar da sua marginalidade, devem claramente procurar noutro lado. Nem se questiona que Israel interfere massivamente nas eleições e na governança dos EUA, orgulhosa e ostensivamente. Um caso recente que foi invulgarmente abrasador foi em 2015, quando o primeiro-ministro Netanyahu se dirigiu ao Congresso sem sequer informar o presidente Obama com o intuito de minar o seu programa para o Irão, um mero fragmento dos esforços constantes e amplos de Israel influenciar a política dos EUA.

Fora estas questões secundárias, o principal ataque às instituições e valores da democracia liberal é por parte das influentes classes empresariais, o que se intensifica desde Reagan na medida em que ambos os partidos políticos se viraram para uma maior subordinação a esses interesses – o republicanos a um extremo tal que hoje em dia dificilmente podem ser considerados como um partido político. Quem ficar surpreendido com isto deve estar mal informado acerca da sociedade americana e como esta fun-

ciona. Por esta altura, na medida em que o poderio empresarial foi colocado à solta pelos seus servos no Partido Republicano, o ataque tradicional dos negócios contra "as instituições e valores da democracia liberal" atingiu níveis que não eram vistos desde a Era Dourada, se calhar nem mesmo nessa altura.

Claro, é extremamente legal comprar as eleições, enviar lobbyistas para os gabinetes do congresso para redigirem legislações, e de outros modos "moldar as políticas públicas de maneira a servirem os interesses cerrados [do poder privado]" – de facto, tal constitui "uma parte essencial, não acidental da... estratégia de negócios", escreve Zephyr Teachout num valioso estudo. A investigação demonstrou, afirma ela, que o investimento de um CEO em alterar leis que diminuam os impostos sobre as empresas causa um retorno muito maior que o investimento na redução dos custos de produção. Não é de admirar que tudo isto seja uma estratégia normal de negócios.

Teachout cita uma deliberação do Supremo Tribunal em 1874 que concluiu que, "se qualquer uma das grandes empresas da nação contratasse aventureiros que tomam para si a promoção dos seus interesses privados, a noção moral de todos os homens bem-intencionados denunciaria instintivamente tanto o empregador como o empregado de envolvimento em corrupção." Isso foi, claro está, antes da ideologia da supremacia dos negócios ter subido ao ponto de se tornar em "hegemónico senso comum", utilizando os termos de Gramsci. O contraste desta transição ilustra bem a força da doutrinação numa sociedade com uma influente comunidade empresarial com uma alta consciência de classe.

O projeto Reagan-Thatcher de aumentar o desimpedimento ao poderio dos negócios, desenvolvido e acrescido pelos seus sucessores, foi o reflexo político de uma dedicada e coordenada campanha por parte das classes empresariais para reverter a "crise da democracia" dos anos 60 que afetou profundamente a elite liberal internacional, que dedicou a primeira grande publicação da Comissão Trilateral a esta grave maleita. A sua principal preocupação era o aumento da participação das classes populares na arena política para pressionar as suas exigências, o que impõe demasiada pressão e [a presença do] Estado, ameaçando (embora tal permaneça implícito) o domínio do mundo empresarial. Como notou nostalgicamente o relator americano e professor de governação em Harvard, Samuel Huntington, "Truman conseguiu governar o país com a cooperação de um número relativamente pequeno de banqueiros e advogados de Wall Street", mas esses dias felizes estavam a desaparecer sob o ataque da ampla maioria, cujo papel numa democracia liberal é o da passividade e o da aquiescência, uma doutrina com um rico pedigree, que já analisei noutros lados.

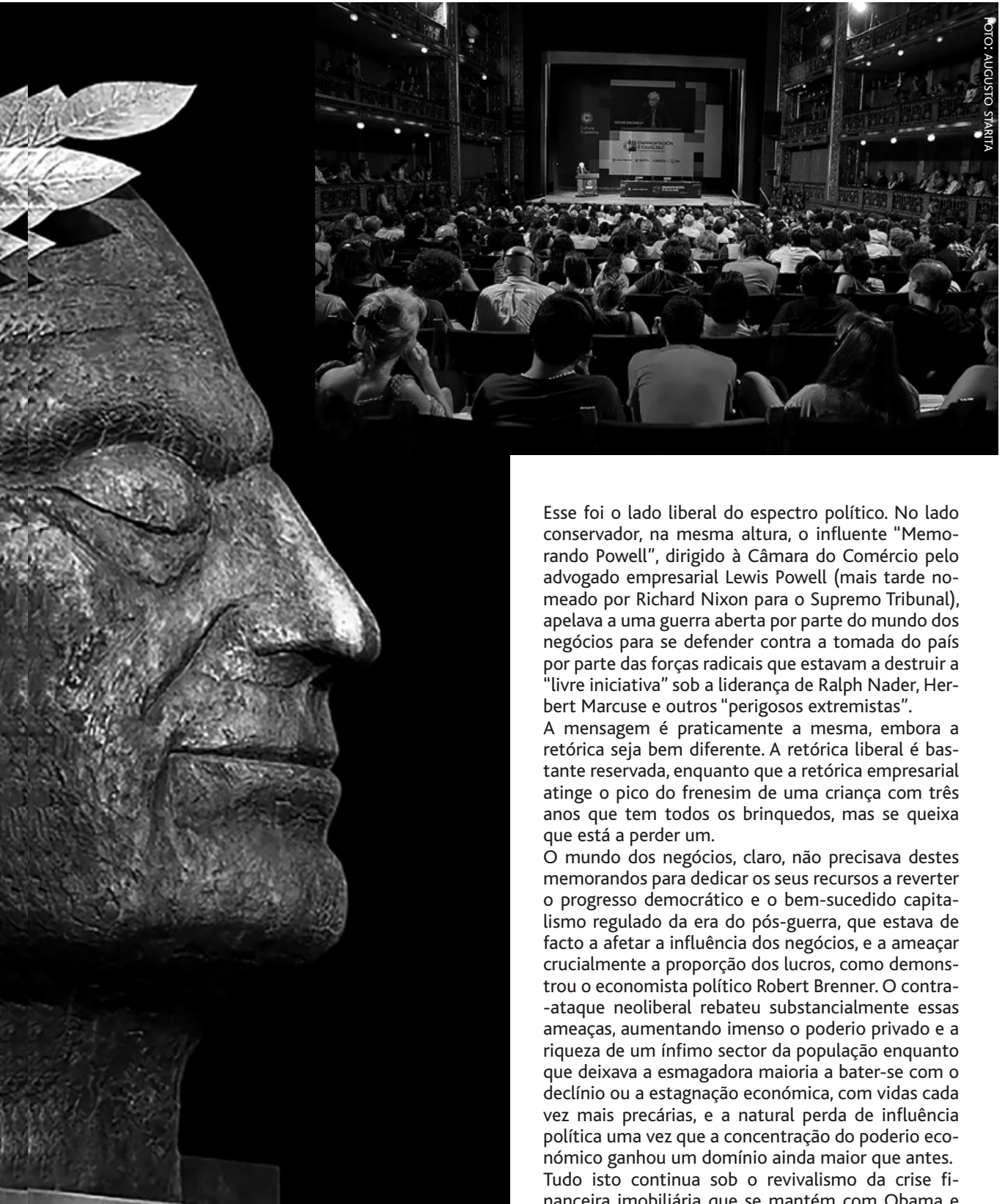



FOTO: AUGUSTO STARITA

Esse foi o lado liberal do espectro político. No lado conservador, na mesma altura, o influente "Memorando Powell", dirigido à Câmara do Comércio pelo advogado empresarial Lewis Powell (mais tarde nomeado por Richard Nixon para o Supremo Tribunal), apelava a uma guerra aberta por parte do mundo dos negócios para se defender contra a tomada do país por parte das forças radicais que estavam a destruir a "livre iniciativa" sob a liderança de Ralph Nader, Herbert Marcuse e outros "perigosos extremistas".
A mensagem é praticamente a mesma, embora a retórica seja bem diferente. A retórica liberal é bastante reservada, enquanto que a retórica empresarial atinge o pico do frenesim de uma criança com três anos que tem todos os brinquedos, mas se queixa que está a perder um.
O mundo dos negócios, claro, não precisava destes memorandos para dedicar os seus recursos a reverter o progresso democrático e o bem-sucedido capitalismo regulado da era do pós-guerra, que estava de facto a afetar a influência dos negócios, e a ameaçar crucialmente a proporção dos lucros, como demonstrou o economista político Robert Brenner. O contra-ataque neoliberal rebateu substancialmente essas ameaças, aumentando imenso o poderio privado e a riqueza de um ínfimo sector da população enquanto que deixava a esmagadora maioria a bater-se com o declínio ou a estagnação económica, com vidas cada vez mais precárias, e a natural perda de influência política uma vez que a concentração do poderio económico ganhou um domínio ainda maior que antes.
Tudo isto continua sob o revivalismo da crise financeira imobiliária que se mantém com Obama e

Trump. O relatório mais recente do Departamento do Trabalho relata que "entre Maio de 2017 e Maio de 2018, os rendimentos reais por hora decresceram 0,1 porcento, com ajustes sazonais. O decréscimo no ordenado real por hora combinado com o aumento de 0,6 porcento da jornada laboral semanal resultou num aumento percentual de 0,5 porcento reais nos rendimentos semanais neste período." Entretanto, os lucros cada vez maiores das empresas são ainda mais inflacionados pelo esquema de impostos que é a joia da coroa do Partido Republicano de Trump, avassaladoramente utilizado para aquisições e outros artifícios que enriquecem os abastados em vez de produzir investimentos que beneficiem a sociedade e aumentem os ordenados.

O outro lado da moeda é o ataque Reagan-Thatcher aos sindicatos, agora impulsionado pelas leis que permitem o direito a surripiar (leis de "direito ao trabalho", na terminologia orwelliana) pelo Supremo Tribunal mais reacionário em mais de um século. A doutrina orientadora é criar um mundo de indivíduos isolados à mercê da concentração do poder privado de acordo com a doutrina thatcheriana de que "a sociedade não existe", a inconsciente paráfrase por Thatcher da amarga condenação por parte de Marx dos líderes autoritários que tentaram transformar a sociedade num "saco de batatas".

Existem outras fontes para as maleitas da população em geral. A radical financeirização da economia nos anos neoliberais e a priorização do valor das ações, animadas pelos "Chicago Boys" de Reagan, alterou por completo o comportamento empresarial do modelo de retenção e investimento dos anos de grande crescimento do capitalismo arregimentado para a "economia de recompra" da reação neoliberal, questões exploradas com grande proficiência por William Lazonick.

A Apple, a maior empresa do mundo no que toca ao valor de mercado, em tempos dedicava-se a produzir inovação e desenvolvimento. Sob o seu novo CEO, Tim Cook, tornou-se na "rainha da recompra", enriquecendo acionistas (e executivos). Outras fazem praticamente o mesmo. Lazonick estima que "triliões de dólares que podiam ter sido gastos em investimentos produtivos foram, em vez disso, utilizados para recomprar ações com o propósito de aumentar o preço das mesmas", enriquecendo os ricos, mas sem criar qualquer quantidade significativa de trabalho fixo ou quaisquer bens úteis. A artimanha de 2018 do Partido Republicano com os impostos está a ter o mesmo efeito, tudo em detrimento dos trabalhadores e da população em geral. O rápido crescimento da especulação teve consequências semelhantes. O mesmo vale para as crises financeiras repetidas que se seguiram

FOTO: AUGUSTO STARITA

à desregulação, afetando gravemente os pobres e os trabalhadores, mas deixando de afetar os prevaricadores da indústria financeira, que foram resgatados pelo sector público e emergiram ainda mais ricos que antes. Existem remédios, mas os seus defensores por enquanto permanecem no limiar da economia política. Embora talvez não por muito mais tempo.
Estas são, é certo, generalidades. Tal como a esmagadora maioria dos processos mais complexos, o surgimento de líderes autoritários e as concomitantes tendências antissociais determinam-se por excesso. Existem muitos mais fatores específicos, mas a essência encontra-se dentro das linhas que acabei de delinear, penso eu.

Os atuais governantes autoritários com maior poder – e.g., Vladimir Putin na Rússia, Viktor Orbán na Hungria, Recep Tayyp Erdogan na Turquia, Bibi Netanyahu em Israel e Donald Trump nos EUA, para nomear só alguns – desfrutam de uma imensa popularidade junto das massas e, de facto, ascenderam ao poder pela via democrática. O que está a acontecer? Há algo de errado com a democracia atual?

Aqui entram algumas causas específicas. No caso das democracias ocidentais – Trump, a Europa Ocidental – o que está errado com a democracia atual é o seu declínio, a par com o ataque às perspetivas de uma vida decente à medida que o sistema político cai cada vez mais do que o habitual sob o controlo de um poder privado centralizado e se torna cada vez menos responsivo às necessidades humanas. Estas são as consequências naturais da concentração da riqueza ao abrigo do assalto neoliberal contra as tendências socialistas democráticas das primeiras décadas do pós-guerra. Há que recordar que a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial fizeram irromper em grande parte do mundo forças radicalmente democráticas, e embora a reação do mundo dos negócios tenha sido rápida (e.g., Taft-Hartley em 1947), foram abafadas até às disrupções económicas dos anos 70, que providenciaram a oportunidade para uma vigorosa luta de classes.
Também vale a pena recordar o um tanto ou quanto tardio reconhecimento em 1978 pelo presidente da United Auto Workers, Doug Fraser, de que os empresários "optaram por levar a cabo neste país uma luta de classes unilateral, uma luta contra os trabalhadores, os desempregados, os pobres, as minorias, os muito jovens e os muito velhos, e mesmo contra muitos da classe média da nossa sociedade" e "quebraram e descartaram o frágil pacto omisso que existira previamente durante o período de crescimento e progresso." De facto, a luta de classes já estava a caminho nos últimos dias dos anos pré-guerra do New Deal, mas ainda não era unilateral, dado que ainda existia um vigoroso movimento trabalhista – alvo de uma amarga e cada vez maior luta de classes unilateral nos anos do pós-guerra.
Na Europa, o ataque à democracia encontra-se amplificado pelas instituições fortemente não democráticas da União Europeia. As principais decisões quanto à política são efetuadas por uma Troika não eleita – a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central – que trazem às costas os bancos do Norte. A população pouco tem a dizer, e sabe-o – sendo esta a principal razão para o colapso dos partidos centristas que têm governado esses países desde a Segunda Guerra Mundial.
Numa análise extremamente reveladora, o economista Mark Weisbrot examinou os relatórios regulares das consultorias do FMI com os governos membros da União Europeia. Descobriu "um notável padrão perturbadoramente consistente." A crise financeira foi explorada como sendo uma oportunidade para se concentrarem em reformas neoliberais: cortes da despesa no setor público em vez de aumento de impostos, redução dos benefícios e dos serviços públicos, cortes na Saúde, a debilitação da negociação coletiva e, no geral, moveram-se para criar uma sociedade "com menor poder de negociação para os trabalhadores e com ordenados mais baixos, mais desigualdade e pobreza, um governo e redes sociais mais diminutas e medidas que reduzem o crescimento e a empregabilidade."

"Os documentos do FMI", conclui Weisbrot, "detalham a agenda dos decisores da Europa, e estes concretizaram muito desta ao longo dos últimos cinco anos." Essa agenda é-nos bastante familiar nos EUA e, de facto, onde quer que o assalto neoliberal tenha sucedido.

Na Inglaterra, Thatcher-Major e o Novo Trabalhismo de Blair, aos quais se seguiu a austeridade dos conservadores, teve efeitos semelhantes. O movimento de Corbyn é uma reação encorajadora, à qual arduamente se opõe o aparelho trabalhista e a maior parte da comunicação social.

Os outros casos que menciona têm as suas próprias características.

Putin aparenta ser genuinamente popular no decorrer da sua governação. Os cidadãos da Crimeia, parece, apoiam a anexação por parte da Rússia. Pareceu haver a possibilidade para avanços socialistas democráticos na Rússia após o colapso da União Soviética, possivelmente até para laços de entreajuda com a Europa socialista democrática. Esperanças essas que foram aniquiladas pelos árduos efeitos das reformas dos mercados apoiadas pelos EUA, que devastaram a economia e causaram milhões de mortes, abrindo também a via para uma imensa corrupção à medida que os oligarcas ocupavam as mais-valias do Estado. Putin foi visto pelo público como uma correção ao desastre neoliberal e ao declínio da Rússia no cenário mundial. Autoritário, sem dúvida, frequentemente brutal, mas, parece-me, popular.

Em Israel, a coligação da direita nacionalista-religiosa é também genuinamente popular. As ameaças a Netanyahu surgem principalmente à sua direita. É uma mudança e tanto do tempo em que Israel conquistou as terras palestinianas em 1967, e rapidamente iniciou a sua política de colunatos ilegais. Esta mudança foi há muito prevista por aqueles que compreendem a dinâmica natural dos que esmagam o povo sob a sua bota. Um comentador que foi particularmente honesto foi o respeitado visionário israelita Yeshayahu Leibowitz. Condenou acerrimamente a ocupação, não por se preocupar com os palestinianos, pelo destino dos quais só manifestou desprezo, mas devido ao previsível efeito que teria nos judeus que, alertou então, se tornariam em "judaico-nazis" à medida que desempenhavam os atos de repressão e deslocamen-

O movimento de Corbyn é uma reação encorajadora, à qual arduamente se opõe o aparelho trabalhista e a maior parte da comunicação social.

FOTO: DANIELLE TUNSTALL

to. Os indícios atualmente são dramáticos, tanto nas ações como na legislação, tanto no que diz respeito a atos criminosos nos territórios ocupados como na mudança para um racismo a descoberto a nível interno. Os territórios ocupados incluem Gaza, apesar da afirmação de Israel em contrário, a qual não é aceite nem sequer pelo seu leal apoiante, os EUA. Estando consciente de que os lares de 2 milhões de pessoas se irão tornar literalmente "inabitáveis" dentro de poucos anos, como têm vindo a prever os observadores internacionais, Israel mantém o seu cerco, oficialmente designado para manter a população em "dieta" enquanto o autoproclamado "Exército mais moral do mundo" se escapa com atrocidades que deixam o resto do mundo boquiaberto.

A Turquia é também um caso especial, com um longo e complexo historial desde que o atual Estado turco tomou forma após a Primeira Guerra Mundial. Cingindo-me aos tempos mais recentes, nos anos 90, a Turquia foi cenário de algumas das piores atrocidades da altura no decorrer da campanha de terror de Estado contra os curdos. Dezenas de milhar foram assassinados, milhares de cidades e aldeias foram destruídas, centenas de milhar – talvez até milhões de pessoas – foram afastadas dos seus lares, alguns mal sobrevivendo agora em edifícios abandonados em Istambul. O principal apoiante destes crimes de Estado foi Washington: Clinton providenciou 80% das armas num fluxo cada vez maior à medida que aumentaram as atrocidades. Pouco foi noticiado pese embora as principais instituições da comunicação social terem delegações na Turquia, claro está. Muitos dos dados disponíveis são oriundos dos minuciosos relatórios do excecional Jonathan Sugden, investigador da Human Rights Watch – tão excecional foi que acabou por ser expulso pelo governo. Particularmente relevante foi um grupo de intelectuais turcos – escritores conceituados, artistas, jornalistas, editores e outros – que não só protestaram contra estes crimes, mas levaram a cabo a desobediência civil, enfrentando e por vezes sofrendo castigos longos e severos. Não conheço mais nenhum grupo como este onde quer que seja.

Ao virar do século, a situação estava a melhorar, até bastante, incluindo os primeiros anos de Erdogan. Mas em breve iniciou-se sob a sua liderança uma regressão, e tornou-se extremamente severa. A Tur-

Em Israel, a coligação da direita nacionalista-religiosa é também genuinamente popular. As ameaças a Netanyahu surgem principalmente à sua direita.

Nos anos 90, a Turquia foi cenário de algumas das piores atrocidades da altura no decorrer da campanha de terror de Estado contra os curdos.

quia tem o pior registo mundial no que toca à perseguição a jornalistas, e a repressão estendeu-se aos académicos e a muitos outros. Os ataques viciosos contra zonas curdas aumentaram. O país encontra-se dividido entre um sector de esquerda-liberal secular e uma população profundamente religiosa na sua maior parte rural. Devoto islamita, Erdogan tem procurado apoio neste sector e conta com ele para criar um Estado arduamente repressivo e autoritário com fortes elementos islamitas. O que está a acontecer é particularmente difícil de testemunhar, não só por causa dos crimes, mas devido a todas as perspetivas positivas que ainda há poucos anos se nos apresentavam e ao facto da Turquia poder ter servido como uma ponte extremamente valiosa, tanto económica como culturalmente, entre o Ocidente e o Oriente.

A Hungria é outro caso especial. Trata-se de uma ilha cultural/linguística, que teve notáveis feitos culturais, mas também um horrendo registo de fascismo e cooperação com os nazis. Do que li – não tenho conhecimento direto – o país há muito que se encontra obcecado com o receio do declínio, até mesmo do desaparecimento – receios exacerbados pela passagem de refugiados através da Hungria para a Europa Ocidental. A população encontra-se em declínio, em parte devido à baixa fertilidade e em parte devido ao enorme êxodo para Ocidente. Orbán explorou esses receios para construir uma "democracia iliberal" dedicada a "salvar a Hungria" e os "valores tradicionais", com os habituais elementos xenófobos e racistas de tais apelos.

Há muito mais a dizer sobre o racismo na Europa, invisível quando as populações são extremamente homogéneas, mas bastante aparente quando há um qualquer "contágio" por parte daqueles que são um pouco diferentes. E não há necessidade de comentar a história dos judeus, e a dos ciganos, até agora.

Falando de líderes autoritários, estou estupefato pela reação do sistema político dos EUA quanto ao modo como Trump lidou com a cimeira com Putin em Helsínquia. Qual é o problema de achar que os EUA e a Rússia trabalharem juntos para tratar dos principais problemas internacionais com que o mundo lida atualmente, incluindo a ameaça das ar-

FOTO: CHATHAM HOUSE

mas nucleares? Como reage a esta questão? Trump estava errado? Estava a ser "antiamericano"?

É certo que não há nada de mal em os EUA e a Rússia procurarem uma reaproximação e a cooperação em questões desse género. É crucial para a esperança num futuro melhor, até para a sobrevivência. A Rússia não deve recusar tratar com os EUA e (se imaginável fosse) impor sanções aos EUA e ao Reino Unido porque estes invadiram e devastaram o Iraque com todas as hediondas consequências regionais, ou (com a França) terem destruído a Líbia com os terríveis efeitos que teve da África Ocidental até ao Levante, juntamente com outros crimes demasiado numerosos para os mencionarmos. Ou o inverso (deixando de lado a escala dos crimes). Existem inúmeras questões nas quais os países devem cooperar, e por vezes o fazem, como no caso da Síria para evitar enfrentamentos que possam espoletar uma guerra. As necessidades são ainda maiores na fronteira russa onde, como resultado da expansão da NATO e do acumular de forças, podem facilmente ocorrer acidentes com consequências indiscritíveis. Existem muitos outros casos nos quais é necessário um intercâmbio sério. Ainda mais, nas questões nucleares. Como discutimos noutro lugar, o programa de modernização das armas nucleares de Obama aumentou o "potencial letal" o suficiente para criar "exatamente aquilo que seria de esperar, se um Estado nuclearmente armado estivesse a planear possuir a capacidade de combater e vencer uma guerra nuclear ao desarmar os inimigos com um ataque surpresa", como explicado num importante estudo do Boletim dos Cientistas Atómicos. Os programas nucleares de Trump aumentam ainda mais a ameaça, com novas armas e sistemas extremamente perigosos e uma redução extrema das necessidades para uma guerra nuclear – uma ameaça existencial para a Rússia, e para o mundo; até o atacante seria devastado pelo seu ataque inicial. Sob George W. Bush, os EUA retiraram-se do tratado de Mísseis Antibalísticos, outra ameaça séria à Rússia. A reação e as iniciativas bélicas russas aumentam também a ameaça de uma destruição terminal.

Voltando a Trump, as suas ações não fazem qualquer sentido se forem guiadas por alguma estratégia geo-

política. Por um lado, conversa polidamente com Putin (dizem alguns até que reverentemente) e a apelar à redução das tensões, enquanto que por outro lado aumenta significativamente a tensão as ameaças. O programa nuclear que acabamos de mencionar é um exemplo muito grave. Está também a enviar armas para a Ucrânia e a aumentar o número de forças e as operações da NATO na fronteira russa – ações que qualquer líder russo consideraria serem uma séria ameaça. Foram impostas sanções ainda mais pesadas à Rússia, que de nenhum modo está inconsciente da escalada das ameaças – como poderia estar? A imprensa empresarial, citando os relatos da Secretaria do Tesouro dos EUA, constata que a Rússia está "a liquidar os seus dólares a um passo record, vendendo quatro quintos da sua quota da dívida governamental dos EUA, no valor de 81 biliões de dólares, num período de dois meses" com o intuito de salvaguardar as suas mais-valias caso as relações se continuem a deteriorar. Embora as políticas de Trump não façam sentido de uma perspetiva geopolítica, encaixam na presunção de que está a concretizar a sua agenda "Primeiro Eu", que se lixem as consequências para o mundo, e os assuntos que mencionamos antes. Esta agenda requer a retenção da lealdade da sua base de apoio e assegurar que esta se mantém leal caso a investigação Mueller descubra algo que o possa prejudicar. O central da sua conferência de imprensa com Putin, duramente criticada pela opinião da elite, foi o seu esforço para desacreditar Mueller. A tática tem funcionado extremamente bem. Uma larga maioria de republicanos aprovam o modo como Trump lida com Putin, e as sondagens demonstram que a imagem pública de Mueller é a mais baixa de sempre.
Entretanto, a súbita escalada e ameaças satisfazem os falcões da política nacional.
Os últimos constituem um amplo espectro. Embora por vezes seja difícil de acreditar, não podemos descurar o facto de que os moderados mais bem cotados se opõem firmemente a doutrinas que sejam, muito literalmente, demasiado estranhas para serem debatidas. Por exemplo, Richard Haass, respeitado académico e diplomata, há muito presidente do influente Conselho de Relações Externas, instrui-nos com cara séria que "há 4 séculos que a ordem internacional tem tido por base a não-interferência nos assuntos internos e o respeito pela soberania de terceiros. A Rússia violou esta norma ao ocupar a Crimeia e ao interferir nas eleições dos EUA em 2016. Temos que lidar [com a] Rússia de Putin como o Estado pária que é". Faltam-me palavras.

Em Israel acabou de ser aprovada uma polémica lei sobre o "Estado-nação judaico" que não inclui quaisquer direitos para as minorias. Há alguma novidade na aprovação desta lei que não fosse já uma realidade no ponto de vista de Israel?

Infelizmente, no seio da própria Israel, a nova lei da nacionalidade de julho de 2018 não foi muito polémica, embora tenha abismado a opinião progressista

FOTO: AUGUSTO STARITA

em todo o mundo. Bastante atípico é o que está a acontecer nos EUA que, desde a guerra de 1967, tem sido o principal apoiante de Israel. Durante muito tempo, Israel foi a menina dos olhos tanto da opinião progressista como da conservadora. Atualmente as coisas mudaram bastante. "De acordo com uma sondagem do Pew Research Center de Abril [2018], os autointitulados democratas progressistas simpatizam duas vezes mais com os palestinianos do que com Israel do que há meros dois anos. Quarenta porcento dos progressistas simpatizam mais com os palestinianos, o número mais alto desde 2001, enquanto que 33 porcento simpatizam mais com Israel." O apoio a Israel mudou-se para a direita ultranacionalista e para os cristãos evangélicos – muitos dos quais combinam o apoio apaixonado a Israel com a doutrina da Segunda Vinda, talvez muito em breve, que irá trazer a todos os judeus os tormentos da danação eterna com exceção dos poucos que descubram Cristo a tempo – um nível de antissemitismo que ultrapassa mesmo o da Alemanha nazi.
Israel está bem ciente de estar a perder apoio entre setores da opinião mundial que têm pelo menos algumas preocupações pelos direitos civis e humanos. Como tal está a tentar expandir a sua base de apoio ao Oriente, principalmente à China e à Índia, a última sendo um aliado muito natural dada uma série de razões, incluindo a deriva de ambas as sociedades para o ultranacionalismo, as políticas internas reacionárias e o ódio ao Islão. Tem também assegurado alianças que têm sido estratégicas com os Estados árabes mais brutais e reacionários, Arábia Saudita e Emiratos Árabes Unidos, aos quais se junta agora o Egipto sob a atual rígida ditadura militar.
A nova lei da nacionalidade declara Israel como sendo o Estado-nação do povo judeu, reduz o estatuto dos árabes e formalmente autoriza à constituição de comunidades estritamente judaicas. Abre algum terreno novo, mas não muito. A novidade é a elevação destes princípios racistas ao Princípio de Lei – ao estatuto constitucional. Há muito tempo, o tribunal de maior instância de Israel já determinara que Israel é "o Estado soberano do povo judeu"... não sendo o Estado dos 20% de cidadãos não-judeus, é essencialmente a mesma doutrina.
Um dos poucos críticos mais articulados da nova lei, o soberbo autor israelita Yitzhak Laor, recorda-nos que nos debates da Lei da Terra em 1960, Zerach Warhaftig, um dos fundadores do Partido Nacional Religioso e signatário da Declaração de Independência, declarara

que "queremos deixar claro que a terra de Israel pertence à nação de Israel. A nação de Israel é um conceito mais amplo que o da nação que vive no Sião, pois a nação de Israel encontra-se espalhada por todo o mundo... [nesta nova lei] há uma imensa novidade judicial: estamos a atribuir uma cobertura legal aos regulamentos do Keren Kayemet leYisrael [Fundo Nacional Judaico, ou FNJ)" (traduzido do hebreu).
Os regulamentos do FNJ por sua vez obrigam a organização a trabalhar em benefício das "pessoas de raça, religião ou origem judaica." Pode acrescer-se que estas violações radicais dos direitos humanos são financiadas pelos contribuintes americanos graças ao estatuto de isenção fiscal de que o FNJ desfruta como organização de caridade.
Warhaftig estava completamente certo há quase 60 anos. Um leque de regras legais e administrativas foram criadas para assegurar que o FNJ teria autoridade sobre todas as terras estatais – 93% do território do país – assim detendo a autoridade para assegurar que as leis seriam exclusivamente reservadas para judeus, com pequenas e irrisórias exceções. Os detalhes encontram-se descritos e documentados no meu "Rumo a uma Nova Guerra Fria" (1982) [editado no Brasil pela Record em 2008 - NDE].
Laor recorda-nos que desde que a lei surgiu, "foram criados 700 colunatos, todos para judeus, com exceção de algumas cidades para beduínos [deslocados] (o que roça o ridículo)." Entretanto, a minoria de 20% de não-judeus foi restringida a 2% da terra quando o Estado foi fundado há 70 anos.
Em 2000, os acordos racistas de administração das terras chegaram finalmente ao Supremo Tribunal de Israel. Atribuiu uma estreita decisão de que os requerentes, um casal de profissionais árabes, podiam mudar-se para a cidade estritamente judaica de Katzir. Muito em breve, começaram a surgir novos acordos para contornar a lei, mas tal deixou de ser necessário, uma vez que a segregação se encontra legalmente permitida pelo Princípio de Lei.
Muito disto devia soar familiar aos americanos. Os projetos de habitação social do New Deal cingiram-se aos brancos por leis que se mantiveram em efeito até ao final dos anos 60, quando já era demasiado tarde para auxiliar os afroamericanos dado que os anos de rápido crescimento igualitário do pós-guerra, que lhes trouxeram algumas oportunidades, estavam a chegar ao fim, e estava prestes a chegar o assalto neoliberal, impondo a estagnação. Outro arrepiante capítulo da história do racismo na América.

Também familiar aos americanos é o isolamento dos EUA no apoio a tais medidas (com as atrativas exceções que realçamos antes), que atinge agora novos patamares no executivo de Trump. Nos últimos dias do regime de Apartheid na África do Sul, Reagan estava isolado no mundo no seu apoio ao mesmo, negando mesmo a existência do Apartheid, mesmo depois de Thatcher e Israel terem abandonando esse barco em vias de naufragar. Podemos também recordar que nos últimos estertores do Apartheid, em 1988, o executivo de Reagan apodou o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela de "um dos mais notáveis grupos terroristas" do mundo. Embora alvo de imensas honras a nível internacional, Mandela permaneceu na lista de terroristas dos EUA até 2008, quando uma última resolução do Congresso lhe permitiu entrar "na terra dos livres" sem uma dispensa especial. Frequentemente, realmente há muito pouco de novo sob o Sol.

O Banco Mundial continua a apoiar regimes autoritários em todo o Sul Global ao providenciar fundos e resgates. Como podem a ONU e os governos democráticos do Ocidente tolerar tamanho posicionamento por parte do Banco Mundial?

Infelizmente, a resposta é demasiado clara. Como ilustram consistentemente as suas próprias práticas, os "governos democráticos do Ocidente" aplicam com entusiasmo políticas semelhantes. Devia ser supérfluo ilustrá-lo, mas dado que vivemos num ambiente de autocongratulação, poderá ser útil considerar pelo menos um exemplo. Vejamos o Congo, que devia ser um dos países mais ricos e desenvolvidos do mundo, com enormes recursos e sem quaisquer ameaças – por parte dos seus vizinhos, quero dizer. Quando a Europa espoliava África, o Congo estava sob o domínio do rei Leopoldo da Bélgica, cujos hediondos crimes ultrapassavam mesmo os padrões habituais para o Ocidente "iluminista". Não passou sem censura. Na famosa 11ª edição da [enciclopédia] Britannica, a entrada referente ao monarca lauda os seus feitos, mas acrescenta no final uma frase relatando que tratava rispidamente os seus súbditos – chacinando milhões e ordenando torturas atrozes de modo a obter mais borracha para os seus cofres sobrelotados.

"O horror, o horror" terminou finalmente em 1960, quando o Congo declarou a independência. A sua principal figura foi o carismático jovem Patrice Lumumba, que podia ter erguido o Congo da miséria do colonialismo. Mas não estava destinado. Foi atribuída à CIA a tarefa de o assassinar, mas os belgas chegaram lá primeiro, e juntamente com outras democracias liberais, ajudaram a afundar o Congo novamente no terror e na destruição sob a liderança de um favorito do Ocidente, o cleptomaníaco homicida Mobutu, que se assegurou de que as riquezas do Congo fluiriam na direção certa. Avançando até hoje, todos aqueles que desfrutam dos smartphones e de outras delícias tecnológicas beneficiam dos ricos minerais do Leste do Congo, entregues às multinacionais que ali sobrevoam nas proximidades por milícias hostis e saqueadores oriundos do Ruanda apoiado pelos EUA enquanto a taxa de óbitos ultrapassa muitos milhões. Que as democracias ocidentais tolerem o apoio aos regimes autoritários não é lá grande mistério.

O que julga ser necessário para travar a disseminação do autoritarismo político?

O conselho já é conhecido, fácil de constatar, difícil de seguir, mas se há outra maneira, esta foi-me ocultada: honestidade, dedicação, um compromisso persistente e corajoso, desde a educação e da organização até ao ativismo direto, cuidadosamente amolado para ser eficaz sob as condições mais predominantes. Trabalho duro, trabalho necessário, do tipo que já venceu no passado e que o pode novamente fazer.

Noam Chomsky é Professor Emérito em Linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, socialista libertário e autor de vários best-sellers, em Portugal tem editadas mais de duas dezenas de obras, sendo as mais recentes "Requiem Para o Sonho Americano" (Presença, 2018) e "Otimismo e Não Desespero" (Elsinore, 2017), esta última em parceria com C.J. Polychroniou, cientista e economista político.

INGREDIENTES para um golpe militar e a IMPOSIÇÃO de uma agenda neoliberal

Há 45 anos, a 11 de setembro de 1973, os militares chilenos comandados pelo General Augusto Pinochet, esmagaram o governo de Unidade Popular democraticamente eleito de Salvador Allende. O objetivo era substituir o governo progressista e democraticamente eleito por uma ditadura militar brutal.

Por Michel Chossudovsky

SALVADOR ALLENDE GOSSENS (1908-1973)

"TENGO FE EN CHILE Y SU DESTINO" 11 DE SEPTIEMBRE DE 1973

O golpe militar foi apoiado pela CIA. O Secretário de Estado Henry Kissinger desempenhou um papel direto na conspiração militar.

Nas semanas que antecederam o golpe, o embaixador norte-americano Nathaniel Davis e membros da CIA participaram em reuniões com as chefias latoadas de topo chilenas, com líderes do Partido Nacional e da ultradireita nacionalista do Patria y Libertad. Enquanto que o papel discreto da administração Nixon se encontra amplamente documentado, o que raramente é mencionado nos relatos dos media é o facto de o golpe militar ter sido apoiado por um setor do Partido Democrata Cristão (PDC).

General Augusto José Ramón Pinochet Ugarte [1915-2006], fotografado em 10 de setembro de 1973

Patricio Aylwin, que viria a tornar-se presidente do Chile em 1989, assumiu a presidência do PDC nas semanas anteriores ao golpe militar de setembro de 1973 (de março a setembro de 1973). Aylwin foi um instrumento essencial na quebra do "diálogo" entre o governo da Unidade Popular e os Democratas Cristãos.

O PDC acabou partido ao meio, entre os que preferiam a "saída democrática", e a fação dominante Aylwin-Frei, que preferiam a "solução militar".

A 23 de agosto de 1973, a Câmara Chilena de Deputados delineou uma moção, para a eventualidade de o governo de Allende "procurar impor um regime totalitário". Patricio Aylwin era membro do grupo de trabalho que preparou a moção. Patricio Aylwin acreditava que uma ditadura militar temporária seria "o menor de dois males".

Esta moção foi adotada quase unanimemente pelos partidos da oposição, incluindo o PDC, o Partido Nacional e o PIR (esquerda radical).

A liderança do Partido Democrata Cristão, incluindo o antigo presidente chileno Eduardo Frei, acabava de dar luz verde aos militares.

E a continuidade do "Modelo Chileno" anunciado como "uma história de sucesso económico" ficou assegurada quando, 16 anos depois, Patricio Aylwin foi eleito presidente do Chile numa denominada transição para a democracia, em 1989.

Por altura do golpe militar de 11 de setembro de 1973, eu era Professor Convidado da Universidade Católica de Economia do Chile. Nas horas que se seguiram ao bombardeamento do palácio presidencial de La Moneda, os novos governantes militares impuseram um recolher obrigatório durante 72 horas.

Quando a universidade reabriu passados vários dias, comecei a colar pedaços da história do golpe a partir de notas escritas. Tinha sobrevivido aos trágicos eventos do 11 de setembro de 1973, bem como tinha falhado o golpe de 29 de junho. Vários dos meus alunos da Universidade Católica tinham sido presos pela Junta Militar.

Nos dias que se seguiram à tomada de poder pelos militares, comecei a ordenar as pilhas de documentos e recortes de jornais, que tinha colecionado diariamente desde a minha chegada ao Chile no início de 1973. Algum deste material, contudo, tinha-se perdido ou sido destruído nos dias depois do golpe.

Segue-se um artigo nunca publicado que foi escrito há 45 anos. Foi esquematizado numa velha máquina de escrever nas semanas que se seguiram ao 11 de setembro de 1973.

O esboço original mais duas cópias feitas com papel químico circularam entre alguns amigos e colegas da Universidade Católica. Nunca foi publicado. Durante 30 anos esteve guardado no fundo de uma caixa de documentos numa sala de arquivo.

Transcrevi o texto a partir das cópias já amareladas. Tirando alguns detalhes de edição, não fiz qualquer alteração ao original.

A história deste período

-1-

The transition to a right-wing military regime in
Chile on September 11 has resulted after a lengthy and [illegible]
drawn-out process of economic boycott, subversion within the
Armed Forces and political opposition to Allende's Popular Unity
Government. In October 1970 General René Schneider is assassinated
in a plot of the ultra-right as well as by seditious elements
of the Armed Forces inspired by General Roberto Viaux. The
assassination of General Schneider was part of a coordinated plan
to prevent Parliament to ratify Allende's victory in the September
1970 elections.

Last years October strike which paralysed the economy for
over a month was organised by the Gremios (opposition labour, self-
employed and employers' organisations) the Partido Nacional (the
right wing National Party), the ultra-right nationalist front
Patria y Libertad as well as some sectors of the Cristian Democrats.
The October strike was initially planned for September1972. "Plan
Septiembre was apparently postponed due to the sudden dismissal
of General Alfredo Canales from the Armed Forces. Canales as
well as Air Force General Herrera Latoja had earlier been in touch
with Miguel [illegible] Ubilla Torrealba of the nationalist front
Patria y Libertad. Ubilla Torrealba was said to have been closely
connected with the C.I.A. Despite General Canales' premature
retirement from the Armed Froces, "Plan Septiembre" was implemented
in October beginning with a transport strike. The right was possibly
hoping that those elements of the Armed Forces which had been inspired
by General Canales would intervene against Allende. The October
"Patronal"(self employed and employers) strike failed due to
the implicit support of the Armed Forces headed by General Carlos
P[illegible] Allende's cabinet as Minister of the
Interior.

Folha do original escrito pelo autor, em 1973

Salvador Allende Gossens [1908-1973], à porta do Palácio La Moneda, em Santiago, no dia 11 de setembro de 1973

tem sido, desde então, amplamente documentada incluindo o papel da administração Nixon e do Secretário de Estado Henry Kissinger, na conspiração que levou ao assassinato de Allende e à instauração do regime militar.

Ensaio neoliberal para um programa de ajustamento estrutural (PAE)

O principal objetivo do golpe militar apoiado pelos Estados Unidos no Chile foi, em última instância, impor uma agenda económica neoliberal. Para além disso, no caso do Chile, não houve qualquer imposição externa por parte do FMI (Fundo Monetário Internacional). A "mudança de regime" foi aplicada através de uma dissimulada operação militar secreta, que deixou o terreno preparado para o golpe militar. Foram implementadas no início de outubro de 1973 radicais reformas macroeconómicas (incluindo privatizações, liberalizações de preços e o congelamento de salários).

Poucas semanas após a tomada de poder pelos militares, a Junta Militar encabeçada pelo General Augusto Pinochet ordenou um salto no preço do pão de 11 para 40 escudos, um pesado aumento súbito de 264%. Este "tratamento de choque económico" foi projetado por um grupo de economistas chamados "Chicago Boys".

Enquanto os preços dos bens alimentares subiam vertiginosamente, os salários foram congelados para assegurar "estabilidade económica e evitar pressões inflacionárias". De um dia para o outro, um país inteiro tinha-se precipitado para um abismo de pobreza; em menos de um ano, o preço do pão no Chile subiu 3700%. Oitenta e cinco porcento da população chilena tinha sido empurrada para níveis inferiores ao limiar de pobreza.

Completei o meu trabalho 'nunca publicado' intitulado "Os Ingredientes de um Golpe Militar" no final de setembro. Em outubro e novembro, acompanhando a dramática escalada de preços de bens alimentares, preparei em espanhol uma avaliação "técnica" prévia das mortais reformas macroeconómicas da Junta. Receando a censura, limitei a minha análise ao colapso da qualidade

Augusto Pinochet e Henry Kissinger, num encontro em Santiago do Chile, em junho de 1976

de vida no despertar das reformas da Junta, resultantes da subida dos preços dos alimentos e dos combustíveis, sem fazer qualquer tipo de análise política.
Inicialmente, o Instituto de Economia da Universidade Católica ficou relutante em publicar esta análise. Enviaram-na previamente à Junta Militar antes de a publicar. Deixei o Chile rumo ao Perú em dezembro. O relatório

acabou por ser publicado como um trabalho de campo (200 cópias) pela Universidade Católica poucos dias antes de eu partir para o Perú. Já no Perú, onde me juntei ao Departamento de Economia da Universidade Católica do Perú, pude escrever um estudo mais detalhado sobre os fundamentos das reformas neoliberais da Junta. Este foi publicado em 1975 em inglês e espanhol.
Desnecessário será dizer que, os eventos de 11 de setembro de 1973 também marcaram profundamente o meu trabalho como economista. Através da manipulação de preços, salários e taxas de juro, a vida das pessoas tinha sido destruída; uma economia nacional inteira tinha sido desestabilizada. A reforma macroeconómica não foi nada "neutral" – como clamavam os académicos da moda – nem separada do processo mais amplo de transformação social e política.
Também comecei a compreender o papel dos serviços secretos militares no apoio ao que é habitualmente descrito como um processo de "reestruturação económica". Nas minhas primeiras crónicas sobre a Junta Militar Chilena, olhava para a designada reforma do "mercado livre" como um instrumento bem organizado de "repressão económica".
Dois anos mais tarde, voltei à América Latina como professor convidado na Universidade Nacional de Cordoba no coração da cintura industrial no norte da Argentina. A minha estadia coincidiu com o golpe de Estado militar de 1976.Dezenas de milhar de pessoas foram presas; os "Desaparecidos" foram assassinados. A tomada de poder dos militares na Argentina era uma "fotocópia" do golpe liderado pela CIA no Chile. E por trás dos massacres e violações dos direitos humanos, as refor-

mas ao "mercado livre" também tinham sido prescritas, desta vez sob a supervisão dos credores da Argentina em Nova Iorque.
As fatais receitas económicas prescritas pelo FMI sob o manto de um "Programa de Ajustamento Estrutural" ainda não tinham sido lançadas oficialmente. A experiência no Chile e na Argentina dos "Chigago Boys" foi um ensaio do que ainda viria.
A seu tempo, os objetivos económicos do sistema de mercado livre já estavam a atingir países atrás de países. Desde a ofensiva da crise da dívida em 1980, o mesmo tratamento económico preconizado pelo FMI tem sido regularmente aplicado em mais de 100 países em desenvolvimento. Desde os meus primeiros trabalhos no Chile, Argentina e Perú, comecei a investigar os impactos globais destas reformas. Alimentando-se implacavelmente sobre a pobreza e as deslocações económicas, uma Nova Ordem Mundial começava a ganhar forma.
Devo mencionar que a contínua desestabilização económica aplicada pelos Estados Unidos à Venezuela, incluindo a manipulação das balanças comerciais externas, que levaram ao colapso da moeda nacional, o bolívar, e os dramáticos aumentos nos preços dos bens essenciais de consumo, comporta uma hábil parecença com os meses que antecederam o golpe militar de 11 de setembro de 1973, no Chile.
A transição para um regime militar de direita no Chile a 11 de setembro (1973) resultou após um processo moroso e extenso de boicote económico, subversões dentro das forças armadas e uma oposição política ao governo de unidade popular de Allende.
Em outubro de 1970, o general René Schneider foi assassinado numa conspiração da extrema-direita com a cumplicidade de elementos das forças armadas lideradas pelo general Roberto Viaux. O assassínio do general Schneider foi parte de um plano combinado de prevenir que o Parlamento ratificasse a vitória de Allende nas eleições presidenciais de setembro de 1970.
A greve de outubro do ano passado (1972) que paralisou a economia durante mais de um mês, foi organizada pelos 'grémios' (organizações de contratadores em conjunto com os trabalhistas da oposição e organizações autoempregadoras), o Partido Nacional e a frente de extrema-direita nacionalista Patria y Libertad. Alguns setores do Partido Democrata Cristão também estiveram envolvidos.
A Greve de Outubro foi inicialmente planeada para setembro de 1972. O "Plan Septiembre" foi aparentemente adiado devido à súbita demissão do general Alfredo Canales das Forças Armadas. Canales, juntamente com o general Herrera Latoja da Força Aérea, estiveram antes em contacto com Miguel Ubilla Torrealba da frente nacionalista Patria y Libertad. Dizia-se que Ubilla Torrealba estava intimamente ligado à CIA. Apesar da retirada prematura do general Canales das Forças Armadas, o Plan Septiembre foi implementado no início de outubro com uma greve de transportes. A direita esperava que esses elementos das Forças Armadas, inspirados pelo General Canales, viessem a intervir contra Allende. A greve "patronal" de outubro (empregadores e autoempregadoras) falhou devido ao apoio das Forças Armadas encabeçadas pelo general Carlos Prats, que tinha integrado o gabinete de Allende como Ministro do Interior.

O golpe falhado de junho

A 29 de junho de 1973, o coronel Roberto Souper comandou a sua divi-

são de tanques num ataque isolado sobre La Moneda, o Palácio Presidencial, na esperança de que outras unidades das Forças Armadas se lhe juntariam. O golpe de junho tinha sido planeado inicialmente para a manhã de 27 de setembro pelo Patria y Libertad em conjunto com várias altas patentes militares. Os planos foram descobertos pela secreta militar e o golpe foi dado como extinto às 6h da manhã do dia 26. Fora emitido um mandayo de captura sobre o coronel Souper. Confrontado com o seu conhecimento do seu mandado pendente, o coronel Souper em conjunto com os oficiais sob o seu comando, decidiu agir da forma mais improvisada. Às 9h da manhã, no meio da hora de ponta do trânsito, a Divisão de Tanques Número Dois cruzou a Bernardo O'Higgins, a avenida central da baixa de Santiago em direção ao Palácio Presidencial.

Apesar de o abortado Golpe de junho parecer uma iniciativa isolado e descoordenada, havia indícios claros de um apoio considerável em vários setores da Marinha bem como do general Gustavo Leigh da Força Aérea, agora (setembro de 1973) membro da Junta Militar (em 11 de setembro de 1973 o general Leigh integrou a Junta Militar liderada pelo general Pinochet). De acordo com fontes bem informadas, vários oficiais de alta patente da base aeronaval de Quintero, perto de Valparaíso, tinham proposto o bombardeamento de empresas do Estado controladas por militantes da extrema-esquerda, bem como o estabelecimento de um corredor aéreo para transportar tropas da Marinha. Mais tarde, foi programada uma união com as forças do coronel Souper em Santiago.

A conclusão do golpe de junho foi "útil" na indicação aos elementos sediciosos das Forças Armadas chilenas de que um esforço isolado e descoordenado falharia. Após 29 de junho, os elementos de direita da Marinha e da Força Aérea envolveram-se num processo de consolidação orientado para adquirir apoio político entre os oficiais e suboficiais. O Exército, contudo, ainda estava sob controlo do comandante-chefe general Carlos

Prats, que já tinha integrado o gabinete de Allende e era um forte apoiante do Governo Constitucional.
Entretanto, no meio da arena política, os Democratas Cristãos pressionavam Allende a trazer membros militares para o governo bem como a rever o programa e a plataforma da Unidade Popular. Líderes dos partidos que formavam a coligação de governo consideraram esta alternativa (proposta pelos Democratas Cristãos) como um "golpe militar legalizado" e avisaram Allende para que o recusasse. Carlos Altamirano, líder do Partido Socialista exigia que a aprovação do programa da coligação Unidade Popular pelos militares fosse condição 'sine qua non' para entrar no governo. Perante a impossibilidade de trazer os militares para o governo sob termos aceitáveis, Allende propôs a formação de um chamado "Gabinete de Consolidação" composto por personalidades bem conhecidas. Fernando Castillo, reitor da Universidade Católica e membro do Partido Democrata Cristão, Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras personalidades proeminentes foram também abordadas, mas declinaram.

"O Diálogo"

Pressionado pelo bloqueio económico e a greve dos transportes, uma inflação de mais de 15 porcento ao mês e a crescente oposição política, Allende procurou durante o curso de julho (1973) retomar o diálogo político com o Partido Democrata Cristão. Após as eleições parlamentares de março (1973), Patricio Aylwin tinha substituído Renan Fuentealba (maio de 1973) como líder do Partido Democrata Cristão (PDC). Fuentealba, que representava a ala progressista do PDC, era conhecido por estar a favor de uma aproximação a Allende. Noutras palavras, esta movimentação para a direita e endurecimento dos Democratas Cristãos em relação à Unidade Popular, contribuiu para reforçar a aliança tácita com a ala direita do Partido Nacional. Esta aliança foi inicialmente concebida como um pacto eleitoral que resultou das eleições parlamentares de março (1973) nas quais o Unidade Popular obteve 43 porcento do voto popular.
O diálogo entre Allende e Aylwin foi um falhanço. Aylwin declarou: "não tenho qualquer confiança na lealdade democrática dos partidos marxistas porque eles não acreditam na democracia. Têm uma conceção totalitarista inerente. Estamos convencidos que o caminho democrata irá resolver os problemas de fundo da economia".
A resposta do senador do Partido Comunista e um proeminente intelectual, Volodia Teitelbaum, foi: "os Democratas Cristãos não são tão inocentes. Basicamente, são a favor de um Golpe de Estado porque isso constitui o meio de obter o poder político convenientemente. Os democratas Cristãos encostaram-se à direita. Não estão interessados num diálogo que im-

plicaria a consolidação de alterações revolucionárias". Enquanto a direita se tornava mais coesa, uma fratura política da esquerda parecia iminente. O Partido Comunista colocou-se ao lado da estratégia constitucional de Allende enquanto uma secção do Partido Socialista (partido do próprio Allende) liderada por Carlos Altamirano e o MAPU (Movimiento de Acción Popular Unitaria – inicialmente um grupo de Democratas Cristãos que se juntaram ao Unidade Popular em 1969) liderado por Oscar Garreton, dignificava a sua desconfiança na "legalidade burguesa" e do processo constitucional e moveu-se cada vez mais para a frente de esquerdismo revolucionário Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). O MIR mantinha relações estratégicas e ideológicas com grupos revolucionários cubanos bem como com os bolivianos e uruguaios Tupamaros. Embora apoiando muitos aspetos do programa do Unidade Popular, o MIR rejeitava a "via para o socialismo chileno" de Allende: "devemos criar poder popular com base nas cinturas industriais".
As cinturas industriais estavam organizadas em grupos de trabalho políticos. Juntamente com o MAPU, o MIR estava no processo de desenvolver os Grupos de Acción Urbana, com a tarefa de educar e preparar as massas para a resistência armada em caso de um golpe militar.

Purgas nas Forças Armadas

Em agosto (1973), as Forças Armadas iniciaram uma série de violentas rusgas e prisões direcionadas contra o MIR e as empresas estatais integradas nas cinturas industriais. Estas rusgas eram conduzidas de acordo com o Ato de Controle de Armas de Fogo, adotado pelo Congresso após as greves de outubro (empregadores, em 1972) que conferiram poder às Forças Armadas (sobrepondo-se às autoridades policiais civis) para implementar (por lei militar) o controle de armas de fogo (o objetivo desta medida era confiscar armas automáticas dos membros das cinturas industriais e restringir a resistência armada dos civis a um golpe militar). Ao mesmo tempo, elementos de direita da Marinha e Força Aérea envolveram-se em eliminar ativamente apoiantes de Allende com uma operação bem organizada de propaganda anti-Governo, purgas e tortura. A 7 de agosto (1973), a Marinha anunciou que um "grupo subversivo de esquerda" integrado pelo MIR tinha sido descoberto. Entretanto, de acordo com fontes credíveis, um plano sedicioso da direita com a intenção de derrubar o governo de Allende, utilizando o controlo naval de entrada de produtos no país, tinha sido descoberto. Marinheiros e oficiais (da própria Marinha), que tinham conhecimento destes planos, foram torturados e espancados.

O papel da direita política

Em agosto (1973), altas patentes militares e membros do Patria y Libertad, encontraram-se com o senador Bulnes Sanfuentes do Partido Nacional. O agora Almi-

rante Merino (setembro 1973), membro da Junta, participou em reuniões com membros do Partido Nacional, senadores do Partido Democrata Cristão e pessoal da embaixada americana. De facto, até meados de agosto (1973), uma moção a declarar o embaixador americano Nathaniel Davis como 'persona non grata' tinha sido elaborada por um comité parlamentar da Unidad Popular. Mais ainda, as Forças Armadas estavam em conluio com a Ultradireita na preparação da chamada Base Operacional de Fuerzas Especiales (BOFE). As unidades BOFE integravam membros da frente nacionalista Patria y Libertad.

As unidades BOFE eram divisões paramilitares que recebiam material e apoio financeiro das Forças Armadas. Era sua intenção eliminar atividades subversivas e terroristas que as Forças Armadas não podiam tomar abertamente. A BOFE foi responsável pelos muitos ataques bombistas às condutas tubulares, pontes e instalações elétricas nos meses que antecederam o golpe militar de setembro (1973).

Renúncia do general Prats das Forças Armadas

A 9 de agosto, Allende reestruturou o seu governo e integrou os três chefes de Estado-Maior, Carlos Prats (Exército), Cesar Ruis DAnyau (Força Aérea) e Raul Montero (Marinha) num dito "Governo de Salvação Nacional". Allende apenas pretendia resolver a greve de transportes, que estava a paralisar a economia do país, estava ansioso para obter qualquer apoio à esquerda nas Forças Armadas.

A situação não era oportuna para um golpe militar enquanto o general Carol Prats fosse membro do governo, comandante chefe do Exército e presidente do Conselho de Generais. Até meados de agosto, as Forças Armadas pressionaram Allende exigindo a renúncia e afastamento de Prats "devido a desentendimentos básicos entre Prats e o Conselho de Generais". Allende fez uma tentativa final de reter Prats e convidou o general, Pinochet (agora, em setembro de 1973, chefe da Junta Militar), Bonilla (agora Ministro do Interior), e outros para um jantar na sua residência pessoal. Prats demitiu-se oficialmente em 23 de agosto, tanto do Governo como das Forças Armadas: "não queria ser um fator que pudesse ameaçar a disciplina institucional... ou servir

como pretexto para aqueles que querem derrubar o governo constitucional".

A reunião secreta de generais

Como o general Prats fora do caminho, estava livre a via para uma ação consolidada do Exército, Marinha e Força Aérea. O sucessor de Prats, o general Augusto Pinochet, convocou o Conselho de 24 generais para uma reunião secreta a 28 de agosto. O objetivo e discussão desta reunião não foi tornado público. O mais provável, terá sido uma instrumentação no planeamento do golpe militar de 11 de setembro. A remodelação do gabinete de Segurança Nacional de Allende teve lugar no mesmo dia (28 de agosto). Resultado de intensas discussões com os líderes partidários da coligação Unidade Popular, e em particular com o líder do Partido Socialista, Carlos Altamirano. No dia seguinte, 29 de agosto, num intenso discurso político proferiu a seguinte declaração: "contamos que as nossas Forças Armadas não tenham abandonado as suas tradições históricas, a Doutrina Schneider... e que possam perseguir uma via que leve à instalação de uma ditadura de estilo reacionário brasileiro (militar)... Estamos convencidos que as nossas Forças Armadas não estão preparadas para serem instrumentos na restauração de privilégios das elites financeiras e industriais e da aristocracia proprietária. Estamos convencidos que se o golpe de direita fosse bem-sucedido, o Chile tornar-se-ia um novo Vietname."

Durante o fim de semana que antecedeu o golpe militar, líderes do Partido Nacional e do Partido Democrata Cristão fizeram grandes declarações políticas, denunciando o governo de Allende como ilegal e inconstitucional. Sergio Onofre Jarpa do Partido Nacional declarou: "após a queda dos marxistas, o renascimento do Chile!... Prosseguiremos a nossa luta até que tenham sido afastados todos os que falharam no cumprimento das suas obrigações. Desta luta, uma nova solidariedade e um novo institucional surgirá."

Poucos dias depois, o Palácio Presidencial foi bombardeado e Allende foi assassinado. O renascimento do Chile, e um novo quadro institucional tinha surgido.

Michel Chossudosvky é economista canadiano, professor da Universidade de Otava e diretor do Centro de Pesquisa Sobre a Globalização, em Portugal tem editada a obra "A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial" (Editorial Caminho, 2003).

Pamela Anderson no tumulto Europeu

Pamela Anderson conversou com David Broder e com o filósofo Srecko Horvat, sobre os protestos em França, a crise na União Europeia e o seu próprio ativismo. *David Broder*

As últimas semanas testemunharam um choque para as elites francesas. O aumento do imposto sobre o combustível do presidente Emmanuel Macron desencadeou protestos generalizados, com bloqueios de estradas em todo o país e violentos confrontos com a polícia em Paris. O movimento gilets jaunes (assim denominado devido aos distintos coletes amarelos dos manifestantes) impôs um humilhante retrocesso ao presidente liberal, sendo forçado a abandonar o imposto e a aumentar o ordenado mínimo.

Esses protestos deram voz a sectores da sociedade francesa frequentemente ignoradas. Enquanto muitos media mostraram o seu desprezo pelos envolvidos, o movimento encontrou um aliado em Pamela Anderson. A ex-estrela de Baywatch e modelo da Playboy já se tinha manifestado em diferentes causas, desde o seu trabalho na defesa dos direitos dos animais com a PETA até às suas posições ambientais e apoio às vítimas do terremoto no Haiti. Tornou-se agora uma grande defensora da revolta contra a austeridade.

Nos seus tweets e posts no seu blogue, Anderson enfatizou a importância da amplitude dos protestos, lançando uma batalha entre a "política representada por Macron e os 99% que estão fartos de desigualdade, não apenas em França, mas em todo o mundo". Também respondeu às alegações de violência dos manifestantes por Twitter, "eu desprezo a violência..., mas qual é a violência de todas essas pessoas a queimar carros luxuosos, em comparação com a violência estrutural das elites francesas e globais?"

Demonstrando o seu amplo interesse pelas convulsões políticas que atualmente agitam o continente, manifestou também nos últimos dias o seu apoio ao líder de esquerda do Partido Trabalhista britânico, Jeremy Corbyn, ao mesmo tempo que criticava fortemente o ministro italiano da Administração Interna, de direita, Matteo Salvini, pela sua agenda racista.

Os protestos dos coletes amarelos em França atraíram muito escárnio por parte dos media e das elites políticas, mas os seus comentários foram favoráveis, tendo em conta que essa "revolta está em ebulição há alguns anos". O que representam estes protestos? Correspondem de um modo geral aquilo que vê em França, uma vez que vive lá?

Os meus comentários foram inicialmente provocados pelas imagens de violência. Todos ficaram hipnotizados. Por quê? E porque é que isso surge como uma surpresa? O que está por detrás da violência? Queria entender. Sei que não é fácil aceitarem-me como sou. Eu agito as coisas de uma maneira não convencional, e continuarei a fazê-lo.

Alguns dias depois de os protestos deflagrarem em França, viajei para Milão. Aí, li nos jornais o Sr. Salvini a dizer que "Macron é um problema para os franceses". Mas eu vejo isto de forma diferente. Eu penso que é um problema europeu. Do mesmo modo que a crescente xenofobia em Itália é um problema europeu. Não apenas italiano.

Pouco antes de eu chegar a Itália, o principal chef italiano, Vittorio Castellani, foi instruído a não utilizar "receitas estrangeiras" no seu programa de TV. Eu adoro comida italiana. Mas o que é comida – ou qualquer comida – italiana sem "influências estrangeiras"? Eu tenho a certeza que o Sr. Salvini também gosta de "comida estrangeira". Ok, continuemos com os coletes amarelos...

SH: Esta é uma excelente deteção do problema. Isto começou realmente em 2009 com a campanha de Silvio Berlusconi contra a comida "não italiana" em Itália, é um processo contínuo de "normalização" – a lenta introdução de medidas ou até mesmo leis que num futuro próximo parecerão "normais".

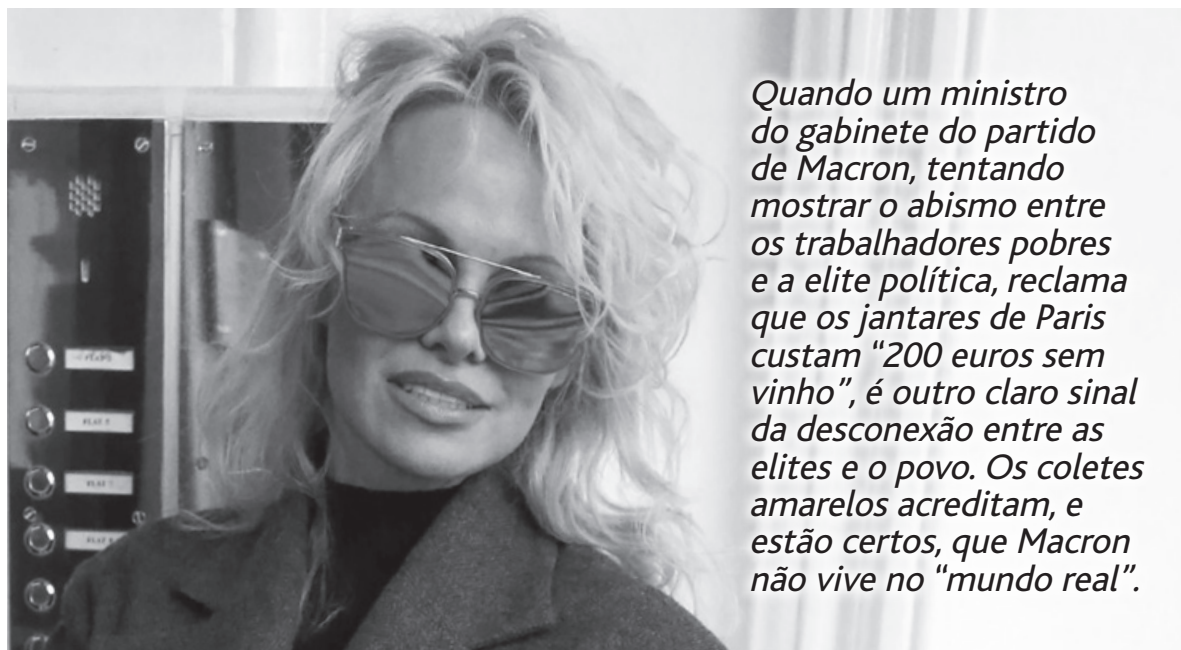
Se bem me lembro, foi Vittorio Castellani quem, há já quase dez anos, assinalou que não existe "comida italiana" autêntica, porque o tomate vinha do Perú e o esparguete da China. Assim, sem influência estrangeira, a "comida italiana" teria literalmente um sabor diferente. Quando diz que Salvini provavelmente gosta de "comida estrangeira", então aborda o verdadeiro problema.

Tal como no caso de Macron, que falou com os coletes amarelos do seu Salon Doré cercado por decorações douradas, há uma desconexão entre as elites políticas e as pessoas. Além disso, é um cinismo absoluto por parte das elites dominantes. Quanto à França, ficou claro que o "espírito do mundo a cavalo" (assim como Hegel viu Napoleão, Jürgen Habermas vê Macron) não é nada além do que o rei Jacques Lacan, que é louco em acreditar que é rei.

Quando um ministro do gabinete do partido de Macron, tentando mostrar o abismo entre os trabalhadores pobres e a elite política, reclama que os jantares de Paris custam "200 euros sem vinho", é outro claro sinal da desconexão entre as elites e o povo.

Os coletes amarelos acreditam, e estão certos, que Macron não vive no "mundo real". Ao mesmo tempo, estes dias você poderia ter visto, como se viesse da realidade alternativa dos próprios situacionistas, um graffiti dizendo simplesmente, "Pamela Anderson Président!"

Autoridades do governo francês e alguns meios de comunicação afirmam que os manifestantes estão a ignorar a necessidade de proteção ambiental. Considerando que é alguém com um grande interesse em conservação, acha que as exigências dos coletes amarelos podem encaixar-se numa agenda verde?

Eu não acho que os pobres devam pagar pela mudança climática. No entanto, são os pobres que estão a pagar o maior preço. Alguns dizem que os manifestantes em França protestaram para continuarem a poluir o planeta. Mas eu não acho que isso seja verdade. Eles protestam porque os ricos continuam a destruir o planeta. E os po-

Quando um ministro do gabinete do partido de Macron, tentando mostrar o abismo entre os trabalhadores pobres e a elite política, reclama que os jantares de Paris custam "200 euros sem vinho", é outro claro sinal da desconexão entre as elites e o povo. Os coletes amarelos acreditam, e estão certos, que Macron não vive no "mundo real".

bres é que estão a pagar. Em 2013, após o terremoto devastador, visitei o Haiti para distribuir ajuda. Visitei um hospital infantil e campos de refugiados. Uma vez mais, foram os pobres a pagar o preço. Desde então, têm decorrido no Haiti vários projetos básicos, que mostram como poderia parecer uma transição verde.

Os protestos em França começaram quando o presidente Macron anunciou um aumento nos impostos sobre carbono e poluição do ar. Isso deveria arrecadar mais dinheiro para o orçamento do Estado e também motivar as pessoas a usar alternativas aos carros movidos a diesel. Macron gostaria de proibir os carros a diesel até 2040. Mas o Estado francês encorajou as pessoas a comprar carros movidos a diesel durante muitos anos.

Por exemplo, em 2016, 62% dos carros em França eram carros a diesel, assim como 95% de todas as camionetes e pequenos camiões. Portanto, não é de admirar que muitas pessoas considerem a nova política como uma traição total.

Conseguir comprar um carro novo, provavelmente, não é um grande problema para o presidente Macron e para os seus ministros. Mas é muito difícil para muitas pessoas que já estão financeiramente sobrecarregadas. Muitas pessoas pobres não poderão trabalhar, principalmente se não houver transporte público confiável. Muitos idosos não poderão ir às lojas ou ao médico.

SH: Temos o mesmo problema na Alemanha. É excelente que muitas cidades alemãs estejam a proibir o uso de carros a diesel. Mas sabe para onde serão exportados? Principalmente para os Balcãs e Europa Oriental. E não podemos culpar essas pessoas por comprarem carros a diesel, porque é mais barato e eles já vivem em condições precárias. Assim, como sempre acontece com o capitalismo, não temos só a divisão interna, dentro das sociedades da Europa Ocidental, entre os ricos metropolitanos e os pobres em áreas rurais ou banais, há também uma divisão entre o centro e a periferia da União Europeia.

De acordo com o banco de dados de monitoramento do ar, aqueles que vivem na parte da Europa de onde eu venho costumam respirar partículas mais tóxicas por causa da poluição do ar do que aqueles que vivem na Europa Ocidental. Se você olhar para o mapa, verá que a Alemanha, França, Bélgica, Portugal, Espanha, partes do Reino Unido, têm melhor qualidade do ar, e Croácia, Hungria, Roménia, Sérvia, Bulgária e Polónia têm ar tóxico.

Durante estes meses de inverno, a crise da poluição do ar em Sofia ou Sarajevo está a tornar-se o novo normal. Assim, enquanto a Europa Ocidental caminha para uma "transição verde", as economias dos países da Europa Oriental ainda dependem fortemente da exploração das reservas de carvão.

Ao mesmo tempo, apesar da Energiewende [transição energética], a Alemanha continua extremamente dependente das importações de combustíveis fósseis. Levando tudo isto em consideração, podemos ver que a solução para nossos problemas atuais não é uma "transição verde" de base nacional; precisamos de um Green New Deal Europeu (programa macroeconómico e financeiro dos Verdes Europeus), conforme defendido pelo DiEM25 (O Movimento Democracia na Europa 2025). Além disso, precisamos de um Green New Deal Global.

Num post recente, defendeu a ideia de "Lexit": um Brexit organizado de uma maneira que defenda as pessoas comuns, e também falou sobre a convocação de Jeremy Corbyn para uma eleição geral em vez de um segundo referendo sobre o Brexit. O que espera que Corbyn possa fazer?

É vital que a União Europeia seja completa e fundamentalmente reformada. A Europa merece uma melhor forma de cooperação organizada. E eu realmente apoiaria o Reino Unido tentando criar uma alternativa para a Europa. Mas recuar para tendências nacionalistas não é uma alternativa. O único caminho para a liberdade é através de uma luta conjunta dos desprivilegiados. Isso significa a inclusão dos trabalhadores estrangeiros.

O atual acordo proposto por Theresa May não oferece essa alternativa. Eu brinquei que tenho a certeza que

poderia ter negociado melhores condições do que esta oferta idiota. Negoceio com Hollywood há décadas. Eu poderia lidar com o Sr. Michel Barnier [o negociador--chefe da União Europeia].
Viram que Theresa não conseguia sair de seu carro enquanto Merkel a esperava do lado de fora? Essa é a melhor metáfora para o Brexit. Neste tipo de situação, a solução não é um segundo referendo, mas uma eleição geral. E espero que Jeremy Corbyn seja o próximo primeiro-ministro.
SH: Uma boa pergunta é o que é que Corbyn será capaz de fazer. A solução, na minha opinião, não é o recuo para a política nacional, mas sim que o Partido Trabalhista continue a trabalhar em laços estreitos com outros progressistas europeus.
E uma questão interessante é como é que o Partido Trabalhista se relacionará com as próximas eleições europeias em maio de 2019 [as eleições teoricamente não ocorreriam na Grã-Bretanha, assumindo que o país devia ter saído da União Europeia até o final de março], onde acho que poderiam desempenhar um papel importante. E, ao mesmo tempo, acho que devemos todos fazer campanha no Reino Unido, mostrando por que as eleições europeias são de grande relevância também para o Reino Unido.
A menos que a crise profunda da União Europeia seja resolvida, o que não é apenas interno, mas também diz respeito à sua política externa, receio que a situação se deteriore ainda mais. Então, em vez da simples solução "Lexit", acho que precisamos de mais políticas transnacionais, não apenas uma política internacional (entre nações), mas uma política transnacional. Precisamos ir além do Estado-nação.
Tanto os protestos do Brexit como os dos coletes amarelos viram pessoas que normalmente não dominam as audiências a fazerem-se ouvir. Mas, apesar do passado ativista de Pamela, alguns meios de

comunicação pareceram surpresos por ela ter falado sobre estas questões. Por que acha que isso acontece?

SH: A minha única surpresa é que qualquer um fique surpreendido, ela tem estado ativa há anos em várias campanhas ou visitando lugares devastados por terremotos. Certamente, entendo que as pessoas ainda relacionem a Pamela a Baywatch ou à Playboy e podem surpreender-se por ela ter uma opinião sobre o Brexit ou sobre os coletes amarelos, mas não é exatamente a beleza disso?

Se o Baywatch, um programa de TV que era assistido semanalmente por 1,1 bilhões de pessoas em 148 países, deu a Pamela uma base para elevar a sua voz e não só comentar, mas intervir no terrível cenário político atual, então devemos abraçá-lo.

Ainda me lembro como nos anos 90, durante a guerra na Jugoslávia, eu e minha irmã assistíamos a Baywatch e como para nós, crianças de um país que estava a ser desintegrado em pedaços diante dos nossos olhos, a televisão era muitas vezes a fuga para um futuro possível e desejado.

No caso de Baywatch, era a realidade alternativa dos "felizes anos 90": agora que o "socialismo realmente existente" estava acabado, estávamos a caminho de alcançar o "capitalismo realmente existente". Sim, claro, o Baywatch estava cheio de tubarões, serial killers e terremotos, mas para as crianças da Jugoslávia, os empregos que Mitch Buchannon (David Hasselhoff) e CJ (Pamela Anderson) tinham como salva-vidas nas belas praias da Califórnia eram a personificação do "fim da história".

É claro que, enquanto crianças, não sabíamos o que significava o "fim da história" e ainda não sabíamos que Pamela, por acaso ou não, fez a sua primeira capa da Playboy precisamente em 1989, ano em que Francis Fukuyama publicou o seu famoso ensaio. Nós também não sabíamos que a transição pós-jugoslava do comunismo para o capitalismo não transformaria essa parte da Europa numa nova Califórnia. No entanto, não há ninguém entre a minha geração e muitas outras gerações que não tenha assistido a Baywatch. Não há cultura sem cultura popular.

Acha que tem a responsabilidade de utilizar a sua plataforma pública para falar sobre essas causas?

Eu ouço muitas vezes esses tipos de histórias de partes remotas do Zimbábue. Baywatch foi visto em tendas

cercadas de pessoas nativas. E em áreas perigosas de todo o mundo, incluindo a América. Nós apenas não estávamos cientes do que estávamos a infiltrar [nesses lugares] à nossa maneira – sim, com o sonho de uma vida "boa". A praia. Califórnia. Escapismo. Eu fiz parte disso. E isto dá-me o privilégio e a oportunidade de erguer a minha voz para muitas questões em que acredito.

Recentemente, quando a *Deutsche Welle* me pediu para apoiar a sua campanha sobre o septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o artigo 19, a declaração a favor da liberdade de expressão, falei sobre Julian Assange, que ainda está em "detenção arbitrária" (conforme definido pela própria ONU) e que enfrenta a extradição para os Estados Unidos.

Eu tenho a responsabilidade de falar sobre esses assuntos. Toda a gente tem. Sem liberdade de expressão e jornalismo independente, incluindo organizações como o WikiLeaks e Whistleblowers (Denúncia de Atos Ilícitos), não há oportunidade de construir um mundo melhor.

Tem participado ativamente de campanhas para a PETA e também para a ajuda do terremoto no Haiti e, recentemente, publicou mais algumas intervenções políticas. Em que tipo de ativismo está envolvida neste momento? Que publicações lê e que pensadores ou escritores mais a influenciaram?

Eu leio livros, assisto filmes, estou a aprender francês, estou a viajar pelo mundo – um lugar misterioso e maravilhoso. Mas um lugar muito preocupante. Estou preocupada com as alterações climáticas. Sobre a extinção. Ainda sou ativa no apoio à Sea Shepherd e às organizações de ajuda aos refugiados. E penso frequentemente em Julian Assange, principalmente agora que o Natal (a entrevista foi efetuada em dezembro 2018) está a chegar e ele não pode estar com sua família e amigos.

Acho que tudo está conectado. Estou cada vez mais preocupada com a Europa, um lugar que amo. Quando estive em Itália nos últimos dias, pouco antes dos meus comentários sobre o governo de Matteo Salvini, estive a ler o ensaio "Eternal Fascism", de Umberto Eco de 1995. Nesse ensaio ele define quatorze propriedades gerais do fascismo, que para ele não era um sistema coerente. Então, fala do "Ur-fascismo" e características como o "culto da tradição", "medo da diferença", "apelo a uma classe média frustrada", "obsessão por conspiração", "desprezo pelos fracos" e "machismo".

Olhe para líderes como Trump, Bolsonaro e Salvini e verá exatamente essas características. Eles estão a destruir a Amazónia, o Ártico, todo o planeta em "tempo real". E não há um planeta B.

SH: Exceto aqueles brancos utópicos libertários do Vale do Silício que poderiam escapar para Marte, enquanto o resto de nós habitará uma distopia realmente existente. Acho que a Pamela está certa. Quer chamemos isto de "pós-fascismo", como Enzo Traverso, ou o chamemos de "Ur-fascismo" como Eco, o facto é que o fascismo nunca morreu. É um pequeno passo da "Internacional Negra", do século

XX para a formação de um "eixo da vontade" entre a Itália, a Alemanha e a Áustria, proposto pelo atual primeiro-ministro da Áustria, Sebastian Kurz.
Acrescentemos a isso os avanços tecnológicos da IA à automação, do Vale do Silício à Cambridge Analytica, e temos uma combinação explosiva para algo que pode ser ainda pior do que o fascismo tradicional. Provavelmente, a melhor figura histórica que incorpora o "fascismo" é o poeta e belicista italiano Gabrielle D'Annunzio, que ocupou a cidade costeira croata de Rijeka. Lá, ele inventou uma bizarra utopia fascista ou distopia, que não era apenas fascista (Lenine até apodou D'Annunzio de "o único revolucionário na Europa"), mas que já incluía todas as características fascistas, abrangendo as novas tecnologias.
Ele praticamente inventou os "discursos de varanda" (que Mussolini adotaria), mas Marconi permitiu que este transmitisse uma mensagem ao mundo do seu iate. Ele também inventou uma forma fascista de "narcocapitalismo", mesmo antes de os nazis produzirem toneladas de Pervitin – Fiume estava cheia de drogas. Ou, como Pasolini costumava dizer, a verdadeira anarquia é a anarquia do poder.
Graças ao recente interesse renovado em D'Annunzio – por exemplo, a biografia seminal de Lucy Hughes Hallett, "The Pike", o romance de ficção científica de Bruce Sterling, "Pirate Utopia", e o trabalho do cineasta croatá Igor Bezinovic – espero que as lições deste curto período histórico possam ser descobertas.
Conversei com Adam Curtis recentemente, quando visitamos Rijeka juntos, observámos que é muito fácil descartar este período louco apenas como uma manifestação precoce do fascismo. O que o torna verdadeiramente traumático, mas tremendamente interessante, é que o Fiume de D'Annunzio não pode ser descrito como distopia nem como utopia – pois foi ao mesmo tempo as duas coisas.

Em muitos países, a extrema-direita está em alta, mas ao mesmo tempo há uma radicalização na esquerda, sacudindo as antigas certezas políticas. O que acha que está por trás de tudo isso?

SH: Depois de visitar as ruas em chamas de Paris, Jerome Roos publicou recentemente uma magnífica análise dizendo que os coletes amarelos explodiram as antigas categorias políticas, o que apresenta perigos e oportunidades. Ele lembra-nos de uma citação bonita e apropriada de Saint-Just, que disse: "A ordem atual é a desordem do futuro". Infelizmente, depois de todos os "motivos" que testemunhamos, devemos invertê-los e perguntar se a desordem atual – todas essas energias libidinais e potencial revolucionário – não se transformará numa nova ordem do futuro.
O "Estado de exceção", como definido por Carl Schmitt e elaborado por Giorgio Agamben, já é uma regra – não uma exceção – em toda a Europa. Depois dos protestos do G20 em Hamburgo, onde os líderes da Europa já defendiam um "registro de ativistas" pan-europeu. Uma espécie de Minority Report para preservar a ordem. Ou a anarquia do poder.
Concordo com o Srecko. Como eu disse, quando estava a comentar sobre os coletes amarelos, a verdadeira questão é se a desobediência pode ser construtiva, o que vem no dia seguinte: os progressistas em França e em todo o mundo podem usar essa energia para que ao invés da violência vejamos sociedades iguais e igualitárias a ser construídas? Foi um despertar.
Tenho o sonho de uma sociedade em que as pessoas devoram livros e arte. Temos a responsabilidade de preencher os nossos corações e mentes com música e arte, não com PlayStations. As conexões humanas estão a morrer. Quando nos esquecemos de como fazer amor. É aqui que nos esquecemos um do outro. Vamos lutar juntos. E aprender juntos.

Pamela Anderson é atriz e ativista | Srećko Horvat é filósofo e co-fundador do DiEM25, em Portugal tem editado "O Que Quer a Europa" com Slavoj Žižek (Relógio d'Água, 2015) | David Broder é historiador do comunismo francês e italiano atualmente a residir em Roma.

Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- Ofereça a Libertária, a revista impressa é um autêntico livro repleto de autores criteriosamente seleccionados e de renome internacional, embora ainda pouco conhecidos em Portugal, não sabe o que oferecer aos seus familiares e amigos de esquerda pelo aniversário ou em épocas festivas como o Natal? Ofereça a Libertária;
- Divulgue e doe a Libertária junto da sua biblioteca local. Em todo o território nacional e ilhas adjacentes existem bibliotecas, sejam estas municipais ou propriedade das juntas de freguesia, a maior parte destas aceitam sugestões de aquisição, sugira a compra da Libertária na caixa de sugestões ou, caso seja daquelas pessoas que não gostam de acumular revistas e livros que já leu, doe o seu exemplar, o mesmo vale para as bibliotecas das escolas secundárias, faculdades e universidades da sua zona;
- Distribua a Libertária, seja a título pessoal ou colectivo (grupos de amigos, associações e colectividades de âmbito local, nacional ou internacional) pode adquirir um mínimo de cinco exemplares com 50% de desconto sobre o preço de capa e aplicar o lucro nas suas actividades ou, pura e simplesmente, ganhar uns trocos – em tempo de austeridade ninguém leva a mal;
- Escreva para a Libertária, faça-nos chegar as suas notícias, sugira colectivos, artistas e autores que se coadunem com a nossa linha editorial, seja no portal libertaria.pt ou na edição em papel, queremos dar uma voz a novas vozes socialistas, ambientalistas, democratas e libertárias;
- Passe a palavra, estamos a preparar várias opções de autocolantes e panfletos para divulgação da Libertária, os mesmos estarão disponíveis para venda no libertaria.pt ao preço de custo acrescido de portes de envio, transformemos a Libertária numa comunidade viva!

patreon.com/libertariapt

POR DIETER DELLINGER

Demografia e Ecologia

A população mundial tem estado a crescer a uma média de 100 milhões de pessoas por ano, podendo chegar aos 10 mil milhões em 1950 e aos 15 mil milhões no fim do século atual.

É certo que a tecnologia pode fazer muita coisa para aliviar o peso dos gases de estufa e evitar a catástrofe das alterações climatéricas. mas não parece que se possa fazer muita coisa sem estabilizar a demografia atual. A temperatura mundial pode subir mais de 4ºC a partir de 2050, o que fará aumentar o nível dos oceanos com os degelos árticos e antárticos. Nada evitará a poluição provocada por uma população excessiva, já que tudo o fazemos polui e até a nossa respiração e dos animais que servem para a nossa alimentação.

Mesmo com células fotovoltaicas, automóveis a eletricidade, irrigação dos desertos com água dessalinizada não parece que seja possível alterar muita coisa.

Contudo, a Humanidade atua mesmo sem o comando dos políticos e pensadores. No seu todo, a sociedade humana, tal como as de muitos animais tem uma espécie de pensamento coletivo.

É um facto que nos países em que se verificou um maior desenvolvimento, a natalidade tende a diminuir, mesmo em muitos países africanos que estão longe do desenvolvimento.

Hoje, a natalidade mundial média rondará os 2,2 filhos por mulher com tendência a descer ainda mais.

No continente africano, a tendência para os 7 ou mais filhos por mulher desceu já para os cinco ou quatro, o que continua a ser excessivo e um caminho para o desastre se a descida não continuar, o que a acontecer passará pela redução da influência das organizações religiosas que lutam contra toda a planificação familiar e contraceção.

Há países muçulmanos como o Irão que sabem controlar

a natalidade, mas há também grupos muçulmanos mais ou menos radicais que querem conquistar a Índia e o continente africano, sonhando com a Europa também, pela via sexual, isto é, pela multiplicação dos seus acólitos.

Há um autocontrole da natalidade como se verifica em Portugal e em toda a Europa e nos EUA, Canadá, Japão, Oceânia e nalguns poucos países sul americanos desde que se verifiquem os seguintes fatores, educação generalizada, incluindo das raparigas, assistência médica, principalmente nas crianças e adultos até os filhos serem independentes, emprego para todos ou quase e segurança social.

Claro que a ordem pode começar pelo emprego por via de atividades económicas como turismo, indústria, agricultura, exploração de recursos naturais, etc. e os resultados em termos de natalidade menor não resulta da perfeição dos sistemas, mas começa logo com pequenos avanços.

Observou-se o fenómeno em dois países, a China e a Tailândia.

No primeiro, durante muitos anos foi seguida a política obrigatória de um só descendente que estabilizou um pouco o crescimento populacional. No segundo, não houve nenhuma política de controle da natalidade, mas o progresso no turismo, indústria e outras atividades permitiu um aumento do nível de vida e o trabalho feminino com a escolarização e assistência na saúde e na velhice para se se produzir automaticamente uma queda da natalidade.

Quando as famílias sentem que os filhos não morrem em criança e que o pai também vai ter uma esperança de vida maior deixam de pensar em muitos filhos como forma de garantir a segurança social na velhice por via

do trabalho dos filhos.
Este fenómeno produz aquilo que já aqui escrevi. A baixa natalidade com o progresso começa por provocar um aumento da população devido a uma maior esperança de vida, mas a prazo a situação demográfica tende a equilibrar-se, havendo mais pessoas idosas, mas ninguém fica por cá.
O nosso planeta deveria poder chegar ao fim do século com não mais de 7 mil milhões de habitantes para evitar as alterações climatéricas ao mesmo tempo que promove o referido desenvolvimento e uma mudança tecnológica no sentido de evitar a produção de CO_2.
O projeto de instalar uma grande central de energia solar fotovoltaica flutuantes nas águas da barragem de Alqueva é um excelente exemplo para permitir três grandes vantagens como a retenção de água no sul da Europa que tende para a seca cada vez mais permanente, a dupla produção de energia elétrica por via do sol e da água ou tripla se forem adicionadas na região torres eólicas destinadas a permitir o funcionamento de bombas de recuperação da água de Alqueva retida na barragem da Rocha da Galé.
A construção de mais uma barragem na zona de Portalegre tornará aquela região quase desprezada mais rica em energia e água para desenvolvimento futuro.
Nenhum país da bacia do Mediterrâneo e zonas limítrofes pode dar-se ao luxo de desprezar a pouca chuva que cai, lançando-a para o mar.

O homo sapiens que somos está destinado a colonizar o espaço, nomeadamente os exoplanetas em zonas habitáveis, mas tecnicamente estamos ainda muito longe de tornar isso possível, pelo que devemos preservar o ambiente até emigrarmos para o espaço.

Recordemos que o homo sapiens nasceu em África e há uns 200 mil anos iniciou a grande aventura de colonizar toda a Terra porque antes de ter inventado a agricultura e a pecuária necessitava de muito espaço para que pequenas tribos pudessem sobreviver com a caça e recolha de plantas silvestres comestíveis. Conseguiu povoar zonas árticas e as mais distantes ilhas do Pacífico, incluindo a Austrália e Nova Zelândia, navegando em jangadas ou pirogas duplas em mares e oceanos completamente desconhecidos, orientando-se pelas correntes, ventos e muito especialmente pelo voo das aves que se admite que se dirigiam sempre a alguma terra fértil ou acompanhava a caça que ia escasseando enquanto permaneciam numa dada região muito tempo.

Mas, hoje sabe-se que a primeira emigração do h. sapiens para a Europa deverá ter acontecido há uns 100 a 150 mil anos e que esses nossos antepassados desapareceram misteriosamente. Somos descendentes de uma outra emigração de h. sapiens mais recente e que poderá ter acontecido há uns 50 mil anos.

Dieter Dellinger foi um dos fundadores do Partido Socialista e do jornal "A Luta", passou pelas publicações "Sol XXI", "Jornal de Negócios" e "A Ideia".

A pilhagem sistemática de África

Um relatório recente do Banco Mundial, "A Mudança na Riqueza das Nações 2018", apresenta provas em como África está a ficar muito mais pobre graças às desenfreadas explorações de minerais, petróleo e gás. No entanto, tanto as políticas como as práticas do Banco mantêm-se orientadas no reforço dos empréstimos estrangeiros e repatriações de lucros de corporações transnacionais (TNC), mantendo assim o saque. *Por Patrick Bond*

No centro da sua "contabilidade de capital natural", o Banco utiliza uma medida de "Ajustamento da Economia Líquida" (ANS) para as alterações nas riquezas económica, ecológica e educativa. Seguramente preferível ao "Rendimento Interno Bruto" (GNI, uma variante menor do Produto Interno Bruto), que falha na consideração da diminuição dos recursos naturais não renováveis e da poluição (sem mencionar o trabalho comunitário e feminino não-pago).

No seu último estudo mundial (com dados entre 1990 e 2015), o Banco conclui que a África subsaariana perde anualmente 100 mil milhões em ANS por ser

a "única região com períodos de níveis negativos – em média, 3 porcento negativos em GNI durante a última década – o que sugere que as suas políticas ainda não são suficientemente promotoras de um desenvolvimento económico sustentável... Claramente, a diminuição dos recursos naturais é uma das chaves para o ANS negativo da região". O Banco questiona, "como se compara a África subsaariana a outras regiões? Não favoravelmente". Contrariamente à mitologia perniciosa de uma "África em crescimento", o declínio do ANS da África subsaariana foi pior nos períodos 2001-2009 e 2013-2015.

Outras regiões no mundo conheceram fortes crescimentos positivos do ANS, numa faixa entre os 5-25 porcento. Países mais ricos e de recursos intensivos como a Austrália, Canadá ou Noruega mostram resultados positivos de ANS em parte por causa dos seus retornos de TNC para acionistas nacionais.

As políticas africanas de desenvolvimento do estilo arranhar-e-agarrar que pretendem atrair investimento estrangeiro direto têm-se, até o Banco sugere, tornado contraproducentes: "especialmente para países de ricos recursos, o esgotamento dos recursos naturais não é frequentemente compensado por outros investimentos. O aviso dado pelo ANS negativo em muitos países e na região como um todo não deve ser ignorado".

Tais avisos, incluindo a Declaração de Gaborone feita por dez governos africanos, têm sido essencialmente ignorados, pela simples razão, sugere o Banco: "a medida (ANS) mantém-se muito importante, especialmente nos países mais ricos em recursos. O que ajuda a preconizar investimentos a favor da diversificação que promovam exportações e crescimentos sectoriais fora do sector dos recursos".

África precisa desesperadamente de diversificação, mas em vez disso, os governos dos países com recursos malditos são excessivamente influenciados pelas intenções de extrações por parte dos TNC. Mesmo com as evidentes influências do Banco, como mostra o caso da Zâmbia.

O cobre desaparecido da Zâmbia

No ano passado, o Banco apontou a Zâmbia como alvo de estudo de um projeto piloto para países incluído no projeto "Contabilidade de Riqueza e Avaliação dos Serviços dos Ecossistemas" (WAVES, no acrónimo em inglês). As florestas, as zonas húmidas, terras de cultivo e recursos aquíferos da Zâmbia foram considerados "contabilidade prioritária". Proeminentemente desaparecido estava o cobre da Zâmbia, o principal componente da riqueza da Zâmbia.

Terá sido o cobre negligenciado no WAVES pois tal contabilidade mostraria uma substancial perda líquida? Uma estimativa do Banco da contribuição do cobre para a contribuição anual do declínio da riqueza mineral há uma década colocava-o nuns enormes 19.8 porcento do GNI. Tivessem esses dados sido amplamente discutidos, poderiam instigar uma reconsideração da desesperada privatização de minas da Zâmbia e a exportação do minério não-processado. Naturalmente, a

maioria do pessoal do Banco Mundial não trabalha para os interesses da Zâmbia, mas em nome de outros bancos internacionais e de TNCs. Isto força-os a espremer a balança internacional da deficitária Zâmbia: primeiro, para que os TNCs possam tirar lucros domésticos, e, segundo, para que Lusaka volte a pagar empréstimos sem olhar à incomportabilidade e sem preocupação com o governo corrupto. Voltar a pagar esses empréstimos é agora especialmente difícil dado que o kwacha caiu dos níveis de 1 por cada dólar americano em 1990, para cinco por cada dólar entre 2003 e 2015, e para os 9 a 12 dólares desde então.

Desde o período 2002-2008, o governo zambiano, liderado por Levy Mwanamasa (1948-2008), ficou sob forte pressão do Banco Mundial para que vendesse os bens mais valiosos do Estado para pagar de novo os empréstimos mais antigos, incluindo os contraídos pelo seu antecessor, Frederick Chiluba (1943-2011). Essa dí-

vida devia ter sido recusada e anulada. Mesmo então, ao vender a maior mina africana de cobre em Konkola, Mwanamasa devia ter assegurado que, pelo menos 400 milhões de dólares entrariam no tesouro zambiano. Mas o comprador, o diretor-executivo da Vedanta, Anil Agarwal, riu-se maliciosamente gabando-se numa conferência de investidores em Bangalore, Índia, em 2014, de ter enganado Mwanamasa a aceitar apenas 25 milhões de dólares. "Já passaram nove anos e desde então, todos os anos, tem-nos rendido entre 500 e mil milhões de dólares". (Agarwal está agora envolvido no processo de aquisição dos ativos das minas sul-africanas anglo--americanos, tendo já adquirido 20 porcento da empresa em 2016-2017).

Vampire World Bank Protest

Ao contrário ou do avesso?

A Zâmbia não está sozinha. O Banco relata que entre 1990 e 2015 muitos países africanos sofreram um encolhimento massivo no ANS (um processo polidamente chamado "despoupança" para substituir pilhagem), incluindo Angola (39 porcento). Enquanto os preços das mercadorias viveram o seu pico durante o super ciclo entre 2007 e 2014, a diminuição de recursos foi o maior fator para o encolhimento das riquezas de África. O que pode ser feito? Só existem duas formas de caraterizar a captura dos TNC da riqueza de África: virando do avesso e bloqueando as ações de extração, ou invertendo-as através de reformas.

A futilidade do que vem depois é exemplificada pela Visão Alternativa à Mineração da União Africana em 2009 (AMV). Esta proclama (sem qualquer referência à contabilidade do esgotamento do capital dos recursos naturais), "seguramente, o veículo mais importante para a constituição de capitais locais são os investidores estrangeiros em recursos – NCs – que possuem o capital necessário, conhecimentos e qualificações". O ativista sul africano Chris Rutledge opôs-se a esta lógica neoliberal no ano passado no relatório da Action Aid, "AMV: Estamos a Redesenhar o Paradigma Colonial?", "ao incrementar os modelos de máxima extração, a AMV opõe-se mais uma vez às nossas próprias prioridades em assegurar condições de vida resilientes e garantir justiça climática. Mostra-se completamente contra qualquer tipo de Liberdade Prioritária e Acordos Informados. E não se dirige às causas da violência estrutural vivida pelas mulheres, raparigas e pelas comunidades afetadas".

A primeira estratégia – oposição com base na comunidade – poderia ser muito mais eficiente. De acordo com um panfleto preparado pela protetora de mineração com sede em Joanesburgo, a Bench Marks Foundation, para a sociedade civil Alternative Mining Indaba na Cidade do Cabo, "prevalecem conflitos incontrolados de interesses com contínuas interrupções às operações

Colin Powell em reunião com Levy Mwanawasa

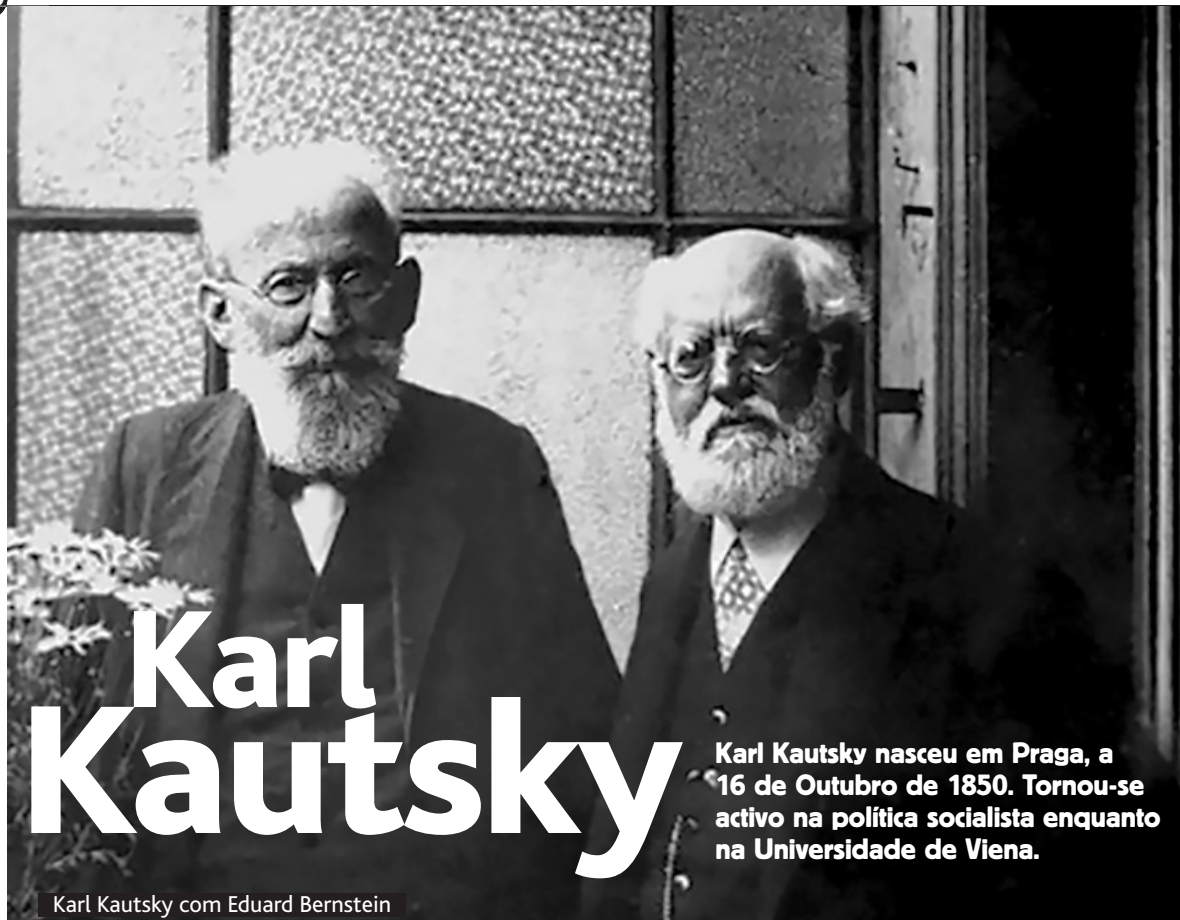
mineiras. A resistência a operações mineiras continua a crescer com estabilidade, a par com os conflitos a estas associados".

O desafio da Alternative Indaba é adotar esta resistência, não retirar para casulos reformistas das ONG – e não continuar a ignorar o impacto adverso da mineração na segurança energética, climática e na diminuição de recursos como muitas vezes aconteceu. De facto, há três anos, o CEO anglo americano Mark Cutifani admitiu que, dados os protestos das comunidades "há algo como 25 mil milhões de dólares em projetos que estão travados ou parados", uma proeza espantosa dado que todas as novas minas do mundo estavam avaliadas nesse ano em 80 mil milhões (pode encontrar um mapa delas no Environmental Justice Atlas, http://ejatles.org). Entretanto, os funcionários por empréstimo do Banco Mundial (ao contrário do que alvitram os pesquisadores de "The Changing Wealth of Nations") ainda estão sujeitos a protestos sobre mineração. As mulheres que vivem nos bairros de lata de Marikana, organizadas como Sikhala Conke, continuam indignadas com o compromisso de financiamento de 150 milhões de dólares feito à Lonmin que, entre 2007 e 2012, o Banco bizarramente considerou ser "o melhor exemplo" de investimento na comunidade – até ao massacre policial de 34 trabalhadores locais durante a greve selvagem (o presidente do Banco Jim Yong Kim até chegou a visitar Joanesburgo duas semanas após os eventos, mas não ousou men-

cioná-los e muito menos visitar "os melhores casos" das instituições afetas ao acordo mineiro). Outras notáveis operações sul-africanas do Banco incluíram créditos generosos ao regime de apartheid, implacáveis promoções de ideologias neoliberais após 1990, um corrupto empréstimo de 3,75 mil milhões de dólares à Eskom em 2010 (o maior de sempre do projeto de empréstimos do Banco, que ainda continua a financiar as mais poluidoras fábricas alimentadas a carvão em construção em todos os locais do mundo), e a liderança contínua de investimentos de acionistas no CPS-Net 1 no roubo de 11 milhões dos mais pobres cidadãos beneficiários de apoios sociais. E no final disto tudo, apesar de todas as revelações sobre a inquestionável exploração dos TNC em "The Changing Wealth of Nations" de 2018, o Banco é o principal financiador da semana Africa Mining Indaba no centro de convenções da Cidade do Cabo. Todos os anos, é o local onde se divide o pão e se apreciam os melhores vinhos Stellenbosch (e talvez nenhuma água nesta cidade catastrófica) com os patrões mais agressivos da mineração e as elites políticas africanas suas aliadas, debatendo jovialmente sobre como ampliar a pilhagem.

Patrick Bond leciona Economia Política na Wits University of Governance em Joanesburgo, e é o autor de, entre outros livros, "Looting Africa: The Economics of Exploitation", Zed Books, 2006 e, mais recentemente, "BRICS, An Anti-Capitalist Critique", Pluto Press, 2015.

Karl Kautsky

Karl Kautsky nasceu em Praga, a 16 de Outubro de 1850. Tornou-se activo na política socialista enquanto na Universidade de Viena.

Karl Kautsky com Eduard Bernstein

Em 1880 Kautsky mudou-se para Zurique onde conheceu e foi influenciado pelo escritor marxista Eduard Bernstein. Posteriormente, quando residia em Londres, manteve uma relação de estreita proximidade com Frederick Engels.
Kautsky fundou a revista marxista "Neue Zeit" em 1883. A revista foi publicada em Zurique, Londres, Berlim e Viena.
Filiou-se no Partido Social-Democrata (SPD) e foi um dos responsáveis pela redacção do Programa de Erfurt, que assumia o compromisso do SPD enveredar por uma forma de marxismo evolutivo. Também escreveu e editou as obras "Doutrinas Económicas de Karl Marx" (1887) e "Thomas Moore e a Sua Utopia" (1888).
Kautsky cortou laços com Eduard Bernstein depois deste publicar "Socialismo Evolutivo" (1899). Nesta obra Bernstein argumenta que as previsões de Karl Marx quanto ao desenvolvimento do capitalismo não se concretizaram. Realçando que o ordenado real dos trabalhadores aumentara e a polarização de classes entre o proletariado oprimido e os capitalistas, não se materializou. Nem se tinha o capital acumulado nas mãos de uns poucos.
Kautsky, tal como Eduard Bernstein, alinhou-se com a ala esquerda quanto à participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e em 1915 votou contra os créditos de guerra.
Em Abril de 1917 os militantes de esquerda do Partido Social-Democrata (SPD) fundam o Partido Social-Democrata Independente. Entre eles encontram-se Kautsky, Kurt Eisner, Eduard Bernstein, Julius Leber, Rudolf Breitscheild e Rudolf Hilferding. Contudo, continuou a opor-se à ideia da revolução violenta.
Kautsky regressou ao SPD após a guerra. Mudou-se para Viena e continuou a escrever até ser forçado a abandonar o país após o Exército alemão ocupar a Áustria em 1938. Karl Kautsky faleceu em Amesterdão, a 17 de Outubro de 1938.

O Programa de Erfurt

O programa adoptado pelo SPD em Erfurt, em 1891, divide-se em duas partes. Na primeira parte realça os princípios fundamentais pelos quais o socialismo se deve basear, e na segunda enumera as exigências do socialismo democrático perante a sociedade actual. A primeira parte detalha aquilo em que os socialistas acreditam; a segunda como propõem concretizar essas crenças.
Iremos debruçar-nos apenas sobre a primeira destas partes. Esta separa-se em três secções: (1) uma análise

da sociedade actual e do seu desenvolvimento; (2) os objectivos do socialismo democrático; (3) os meios a empregar na concretização desses objectivos.
Na primeira secção do programa lemos o seguinte: "a produção em pequena escala tem por base a propriedade dos meios de produção por parte do trabalhador. O desenvolvimento económico da sociedade burguesa leva necessariamente à queda desta forma de produção. Separa o trabalhador das suas ferramentas e transforma-o num proletário expropriado. Os meios de produção tornam-se cada vez mais monopólio de um número relativamente pequeno de capitalistas e proprietários.
Juntamente com esta monopolização dos meios de produção vem a exclusão e o desmantelar da pequena produção, a evolução da ferramenta para a máquina, e um aumento extraordinário da produtividade laboral. Mas todas as vantagens desta transformação são monopolizadas pelos capitalistas e pelos proprietários. Para o proletariado e para a minguante classe média – os pequenos empresários e agricultores – significa o aumento da incerteza quanto à sua subsistência; significa a miséria, a opressão, a servitude, a degradação e a exploração. Crescerá sempre o número de proletários, irá agigantar-se o exército dos trabalhadores supérfluos, e irá agudizar-se a oposição entre explorados e exploradores. A luta de classes entre a burguesia e o proletariado é uma característica comum de todos os países industriais; divide a sociedade moderna em dois campos opostos e a guerra entre estes torna-se cada vez mais amarga.

O abismo entre os proprietários e os expropriados aumenta ainda mais nas crises industriais. Estas têm a sua causa no sistema capitalista e, à medida que o sistema evolui, ocorrem naturalmente numa escala cada vez maior. Tornam a generalização da incerteza na condição normal da sociedade e provam que perdemos o controlo do poder de produção, que a propriedade privada dos meios de produção se tornou irreconciliável com a sua eficácia e com o pleno desenvolvimento."

John Simkin é historiador com dezenas de obras editadas, tendo sido publicado também nos "Daily Telegraph" e "The Guardian", entre outros.

Kautsky entre os delegados da Segunda Internacional

International Institute for Social History

POR LUKE SAVAGE TRADUÇÃO: JORGE MATIAS

LIBERALISMO na TEORIA e na PRÁTICA

Os liberais contemporâneos são temperamentalmente conservadores – e o que querem conservar é uma ordem política moralmente falida. “Na política ativa... o homem navega um mar sem limite e sem fundo; não existe um porto de abrigo, nem chão para ancorar, nem ponto-de-partida ou destino declarado. O objetivo é tentar manter o equilíbrio.” *Michael Oakeshott*

Não é provável que alguém da minha geração se esqueça de onde estava no dia 4 de novembro de 2008. Do lado de fora da minha residência-estudantil na Universidade de Toronto, as pessoas elaboravam um cenário repleto de lágrimas a escorrer-lhes pelas faces. Era um momento que nunca tinham experienciado. A improvável possibilidade acabava de acontecer: Barack Obama acabava de ser eleito presidente dos Estados Unidos. Naquele espaço de minutos em que a CNN projetava os resultados, um sentimento coletivo em partes iguais de euforia e descrença pareceu querer estourar-nos no peito. Foram precisas semanas, talvez até meses, até se dissipar.

A eleição de Barack Obama não é certamente a minha primeira memória histórica, mas pode bem ter sido a minha primeira verdadeiramente formativa. É até embaraçoso escrever sobre isto depois de passada uma década, e terei mesmo de admitir que fui engolido pelo entusiasmo e cheguei a vender com emoção a promessa romântica do "Change We Can Believe In". Este oferecia uma narrativa irresistível encorpando tudo aquilo que a minha imaginação política já tinha formado à época: uma imagem de progresso tal como eu a entendia; um líder carismático que nos lideraria na saída da obscuridade rumo à terra prometida; a negação da odiada presidência Bush e tudo o que representava, desde o reinado da direita cristã à idiotice maldosa de Fallujah e Abu Ghraib. Eu nem sequer era americano, mas a vitória de Obama foi sentida como um momento grandioso, e uma afirmação histórica até.

Isto não vem a propósito de eu me ter tornado num escritor de esquerda em busca de penitência, ou a querer declarar um 'mea culpa' contido (já todos tivemos 19 anos), nem sequer como parte de um esforço redutivo para basear as raízes da minha própria politização à volta de um acontecimento ou de um momento.

Basicamente, sou socialista porque simplesmente não consigo compreender e reconciliar-me com uma

sociedade onde tantos sofrem por nenhuma razão e por conta de circunstâncias que estão para além do seu controle; onde a dignidade humana é distribuída com uma lógica de mera sorte e onde a um sistema social de castas é permitido interferir em cada aspeto da vida diária; e em que tudo isto é considerado perfeitamente normal e aceitável numa civilização que desintegrou o átomo e enviou homens à Lua.

Mas por muito fácil que fosse atribuir a responsabilidade sobre a minha política a um puro sentimento moral, isso seria mentira. Porque a menos nobre verdade, para ser sincero para comigo e com o leitor, é que algo mais que isso desempenhou um papel formativo ao animar a minha política e prendendo-me à esquerda: nomeadamente, uma antipatia excruciante pelo liberalismo como visão hegemónica da nossa cultura e um profundo e persistente desdém face à classe política que tão pretensiosamente a defende.

Talvez já estivesse predisposto ao socialismo democrático – sempre considerei "ser de esquerda" – mesmo enquanto adolescente. Em qualquer caso, uma retrospetiva tornou claro que a observação das respostas da classe liberal aos eventos da última década tem consistido num poderoso estímulo para a minha politização.

O que é o mesmo que dizer, eu não absorvi políticas radicais apenas por ter lido Marx na escola (embora isso tenha certamente ajudado ao processo). Nem fiquei incorrigivelmente frustrado com o liberalismo apenas por ter absorvido qualquer argumento abstrato sobre as suas falhas. Não tive uma revelação do tipo "caminho de Damasco" enquanto folheava as páginas de algum volume de Chomsky ou David Harvey. E mesmo que pudesse contar com eles na formação da minha evolução política, não foi por gostar de Ralph Miliband e Tony Benn – deixando em paz Bernie Sanders ou Jeremy Corbyn – que me tornei definitivamente imbuído de um ódio profundo por tudo e todos que se intitulem como "moderado" ou "centrista".

Não, tal instinto deve muito mais a ter observado a convocação de Barack Obama a uma vaga de boa vontade popular, para depois convidar os mesmos quadros de 'apparatchiks' e financeiros de volta à Casa Branca para prosseguir com os negócios de sempre apesar da mais violenta crise económica desde a Grande Depressão; ou ver a "guerra ao terrorismo" instalar-se permanentemente na paisagem global muito depois de os seus arquitetos originais terem sido corridos dos corredores do poder, cortesia dos supostamente iluminados humanitários; ou testemunhar como um potencialmente e monumental apetite por mudanças foi sacrificado no altar da gestão e da respeitabilidade tecnocráticas. Vem de

ter visto um sorridente Nick Clegg ao lado de David Cameron no Jardim Rosa do número 10 de Downing Street antes de carimbar uma série de lancinantes cortes na segurança social britânica e de no processo trair a geração estudantil; ver a habilidade com que os liberais canadianos acenaram à esquerda para depois governar à direita; e de ter visto as reivindicações de movimentos radicais da anti-austeridade global interminavelmente reduzidas e regurgitar com estrondo uma poesia neoliberal a ser recitada em Davos pelos modernos jovens inovadores da época.

Estas triangulações, e muitas outras idênticas, ajudaram-me a compreender que a doença estava na caraterística congénita do produto em vez de um 'blip' temporário. O problema, por outras palavras, não era que o liberalismo contemporâneo estivesse a falhar em sobreviver aos seus negócios, mas antes que vivia muito bem com eles.

Desde tenra idade fui treinado pela cultura política vigente para pensar no liberalismo como uma orientação sinónimo de mudança, progresso, e até dissidência. Isto, pelo menos em teoria, mantém-se na sua identidade oficial face à alarmante catástrofe climática e ao ascendente nacionalismo de direita. Contudo, durante o curso da década particularmente escura entre 2008 – 2018 os liberais posicionaram-se como agentes persistentes de precaução, hesitação e garantias, muitas vezes direcionando uma maior hostilidade para com círculos eleitorais da esquerda do que os da direita que se opõem ostensivamente. Face à escolha entre a figura radical e populista, ou um político ortodoxo da engrenagem em 2016, os executivos da Corporação Liberal deixaram esta antipatia muito clara – e estamos agora a viver as consequências desastrosas.

Numa época onde uma estrela demente oriunda de uma realidade antiga possui códigos nucleares, muitas elites liberais ainda insistem inflexivelmente que na verdade nunca esteve melhor e que, sob o caos do nosso tumultuoso presente, obstinadamente, a espécie marcha em linha reta em direção a algo mesmo muito excitante. (É por isso que o brilhante Steven Pinker, e não o renitente Jordan Peterson, é seguramente a figura que melhor reflete a ordem caótica liberal – observando o mundo a arder à sua volta e proclamando Pangloss como qualquer professor pós-moderno enquanto as labaredas lhe chegam aos pés que, na verdade, está tudo bem).

Naturalmente, o liberalismo moderno, tem no seu historial uma rica e diversificada tradição filosófica onde os socialistas e conservadores têm igualmente recolhido recursos e inspiração. Mas, talvez por ter sido uma vítima do seu próprio sucesso ou porque falhou em se readaptar desde a sua maior marca re-

cente durante a década de 90, as correntes liberais atuais parecem menos preocupadas com as ideias do que com comportamentos mais dirigidos por impulsos.
Esta pode ser a razão pela qual o pensamento liberal é obcecado pela linguagem utilizada no debate político e parece dar mais valor ao tom com qualidade do que a conteúdo e resultados. Também é por isso que, suspeito, os atuais Trudeaus e Obamas parecem muito mais preocupados em como as coisas parecem estar sempre melhor do que seria de esperar, e dar valor à santidade dos processos apesar das implicações que possam ocorrer nas vidas das pessoas.
O mote que anima esta missão, é menos o de combater injustiças populares do que o de gerir descontentamentos: tomando o pulso ao sentimento popular, contendo aspirações radicais, depois servir com o mais belo embrulho que os praticantes liberais conseguirem, e rezar com toda a força para que ninguém dê disso nota enquanto os dourados não perderem o brilho e, ao primeiro soluço dos mercados, surja um deficit orçamental, uma intervenção estrangeira, ou um verdadeiro desafio vindo da esquerda.
Com o passar do tempo, as medidas vão-se desgastando e o pacote tem de ser redesenhado de acordo

com as modas atuais dos possíveis eleitores. Emprestadas pelo mundo do marketing, as políticas liberais tornaram-se assim um objetivo cada vez mais absurdo, apenas tendo em conta a mera reconfiguração retórica e o suave redesenho de políticas e ideias velhas como se fossem capítulos novos para a história de século XXI.

Assim nasceram os políticos Teflon, como o representante do Massachusetts, John Kennedy III, que se treinaram em anunciar políticas ousadas que pouco mais são do que simples cosmética superficial – sendo a mais recente o radical sistema de pensamento a que o congressista chama "capitalismo moral". Na sua visão, este é uma muito melhor metáfora para o liberalismo em crise do que a quixotesca versão dos 'Iluminados Pinker': os descendentes de terceira geração de uma dinastia aristocrática que se tentam colar a um manto de novidade com um slogan que poderíamos encontrar em qualquer seminário de aeroporto e que mais não é que um esquema em pirâmide. É um impulso idêntico ao que leva os mega estúdios de Hollywood a reeditar os mesmos franchisados consecutivamente, e também algo que permite a alguns liberais acreditar que irão descobrir a negação da era Trump numa Oprah, Michael Bloomberg, ou Beto O'Rourke.

Em teoria, o liberalismo moderno assenta em ideias sobre a liberdade humana, dos mercados e em governos representativos. Na prática, ou talvez nem tanto, tem-se tornado num simples afeto político, essencialmente conservador: um lote de reflexos comuns àqueles que defendem uma fé Panglossiana dos mercados e instituições que tentam sustentá-la num ambiente global agitado. Em teoria, é uma ideologia de progresso. Na prática, tem-se tornado numa teologia secular sobre estatutos; um mecanismo através do qual os endinheirados piratas de Silicon Valley, Wall Street, e capitais multinacionais racionalizam uma certa hierarquia e exploração enquanto acolhem resignações e uma educada reverência entre aqueles que pretendem governar.

A etiqueta acima da igualdade, modos acima da moral, processos acima de programas, reconciliações após os conflitos, vícios privados acima dos bens públicos, o liberalismo moderno faz cada vez mais política à imagem do que o filósofo conservador Michael Oakeshott uma vez recomendou: manter as coisas em níveis equilibrados e recusar definir um rumo definitivo. O problema é que, enquanto os seus representantes oficiais se mostram alegres e confiantes no leme, o navio continua a afundar-se e muitos dos passageiros dos pisos mais baixos, já se afogaram.

Luke Savage graduou-se em Teoria Política na Universidade de Toronto, faz parte da redação da revista "Jacobin" e os seus textos têm sido publicados nos "The Guardian", "New Statesman" e "Current Affairs".

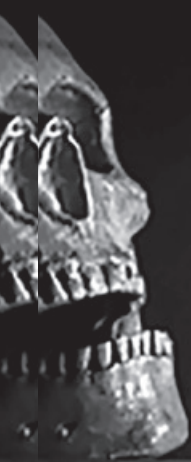
É uma pergunta que se tem revelado e colocado insistentemente neste início de viragem de século e para a qual têm surgido muitas outras questões agregadas, mas muito poucas respostas: qual é, hoje, a perceção que temos sobre a democracia e sobre o seu rumo?

REFLEXÕES sobre a DEMOCRACIA

Entre o surgimento desta corrente política na Grécia antiga, e o seu desenvolvimento durante o Império Romano (já muito depois de ter sido afastada pelos gregos), e as práticas atuais, a democracia tem vindo a sofrer várias alterações de ordem e regimento, e inúmeras adaptações a novas condicionantes sociais de origem doméstica e estrangeira.

Comparar, hoje, qualquer regime democrático com o original grego ou o seu sucessor romano é uma tarefa que – para além de se afigurar patética – seria impossível de concretizar dadas as clivagens sociais, políticas e geográficas que o próprio mundo tem vivido e sofrido ao longo dos tempos e, sobretudo, durante o passado meio século.

Não é fácil, atualmente, aferir sobre as perceções e conceitos que o cidadão comum das sociedades democráticas tem sobre certos conceitos e normas sociais. Quer seja pela via educativa ou académica, quer seja pela via da experiência comum de vida, ou até por via da introdução de novos conceitos no quotidiano, algumas perceções podem estar bastante desfasadas da verdadeira realidade condicionando, por isso, essa mesma perceção.

Se não se pode negar as evidências do bem-estar

social que a implementação de regimes democráticos nos trouxe durante a primeira metade do século XX, também é verdade que são inegáveis alguns efeitos nefastos que este regime trouxe para o seio do ambiente político e social, como sejam as clivagens ainda mais agudas entre classes sociais (a espaços, algumas latitudes foram conseguindo um certo equilíbrio, mas esse nunca mostrou uma estabilidade mínima para que se tornasse duradoura), um sentimento generalizado de corrupção que é inerente ao próprio sistema regimental e uma ideia, também generalizada, que o valor de um voto útil, não passa disso mesmo: um voto entre muitos e o consequente sentimento de frustração em caso de perda.

Isso mesmo está bem patente na frase que marca sem a menor dúvida o final da primeira metade do século XX, da autoria do dirigente britânico Winston Churchill: a democracia é o pior dos sistemas, excluindo todos os outros.

Churchill estava certo?

Se a primeira metade do século XX se caracteriza pelas ditaduras fascistas de esquerda e de direita que se dedicaram a sonegar todos os direitos e li-

berdades aos povos que sofriam a sua influência; durante a segunda metade do século XX, foram sendo paulatinamente introduzidos novos conceitos que comportavam novidades como "segurança social", "direito à educação", etc. O que veio destruir uma parte dos conceitos filosóficos anteriormente enunciados. De repente, direitos e obrigações pareciam mesmo ser abrangentes, sob o imenso manto de uma democracia que tudo e a todos protegia e promovia. É difícil inebriar melhor grandes massas populacionais locais ou nacionais; de repente, ser democrata significava "ser o melhor" e todos queriam assumir o papel para si mesmos.

Desta forma, foi possível repetir o sucesso de uma fórmula fictícia que garantiu igual sucesso à fórmula da época da Revolução Industrial (um século depois), e que, hoje, permanece como a fórmula base para a revolução globalizante, digital e tecnológica que se assiste no primeiro quartel do século XXI.

Porquê "fictícia"? Porque o que se tem observado é que o equilíbrio macroeconómico destas sociedades é frágil e ténue, suportado por manobras económico-financeiras de carácter duvidoso e que, em casos extremos, resultam em auxílios externos e agiotas para escapar a bancarrotas e ao consequente empobrecimento de toda a massa produtiva dos países, remetendo-os para uma zona escura da qual dificilmente conseguiriam sair por si mesmos. Exemplos bem recentes e claros disto são grande parte dos países da América do Sul (com a Argentina na liderança), e Portugal, Espanha e Grécia, na Europa.

Os 30 anos subsequentes ao Tratado de Roma que estabelece uma parceria económica exclusiva entre seis países são perfeitamente alucinantes. Ainda que com algumas conturbações sociais importantes e históricas como o Maio de 1968, em França; as benesses sociais e participativas encontram um zénite de aceitação social e política que passa a tornar-se uma regra inquestionável a nível europeu – um continente que se queria unir em torno de algo que era maior que a sociedade ou a política, oligarquias ou hierarquias, era um sonho popular há centenas de anos.

O sucesso desta medida internacional foi tal que mais países quiseram auferir de um admirável mundo novo que se abria de forma quase pueril e inocente: de repente, todos os direitos eram instituídos e todos os acessos eram abertos, para todos, fosse qual fosse a sua condição social, política ou económica.

E esta tem sido a via que nos tem conduzido a uma profunda deterioração dos sistemas democráticos. De repente – graças a uma sociedade mais digitalmente integrada e globalizada – as notícias boas e más surgem a cada minuto creditando ou desacreditando os atores e medidas políticas sociais ou económicas, planos de emergência ou contingência, justiça civil ou criminal, enfim, todo um sistema.

existem, atualmente, uma vasta lista de exemplos que, de várias formas, tem alterado muitos conceitos atrás referidos. Nesta área específica, os efeitos da globalização de um planeta sustentado por tecnologias digitais é um dos mais recentes e flagrantes condicionantes dessa alteração de perceção. Basta enumerar os fatores de encurtamento de distâncias – que se tornou muito evidente logo nos primeiros anos do século XXI, com os 'booms' da informação mas também do e-commerce – , ou também os mais recentes casos conhecidos como "fake news" que visam claramente condicionar as opiniões públicas de forma localizada mas, nalguns casos, também visam a total desinformação em relação a factos verídicos e/ou comprovados (basta lembrar declarações recentes do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a negar a teoria do aquecimento global, atribuindo a mesma responsabilidade do conceito ao arqui-inimigo da República Popular da China).
Ao mesmo tempo, vemos que a democracia – enquanto sistema político dominante nas sociedades ocidentais – pouco mudou desde os tempos do feudalismo medieval: as classes dominantes ou diretoras continuam a auferir imensas regalias e abonos, enquanto as classes mais dedicadas à produção (como explicam e bem Karl Marx e Friedrich Engels) são mantidas sob um regime de salários controlados. E, como também explicam, a ideia na base desta filosofia social viria a permitir a aplicação aleatória e indiscriminada de todo o tipo de impostos e taxas.
Só muito mais tarde, essa imposição de impostos (peço desculpa pelo pleonasmo puro) passa a ser regulada por câmaras legisladoras que as tornam abrangentes e assim atingem todos de igual forma. Contudo, uma leitura mais apurada e muito posterior no tempo, da autoria de George Orwell no seu "Triunfo dos Porcos", isso não é assim tão linear e abrangente. O feudalismo senhorial mantém-se intacto durante a primeira metade do século XX e continua a auferir de benesses que, agora, lhes chega por via de uma educação mais qualitativa – ou uma posição social hierárquica mais próxima dos poderes políticos instituídos – e acesso a instâncias que o cidadão da classe menos privilegiada não consegue atingir, sobretudo por conta desse "salário a níveis controlados".

A emergência do populismo

Acontece que as regras do jogo mudaram, mas as sociedades não tiveram capacidade de se adaptar em tempo útil. O que tem vindo a verificar-se há já muito tempo – apesar da imensa divulgação mediática – e tem vindo a provocar a acelerada erosão da democracia tal como a imaginamos (é importante nunca esquecer que cada um de nós tem uma ideia muito própria sobre o que é e como funciona, em função das tais vias de aprendizagem e de experiência co-

López Obrador, México

Daniel Ortega, Nicarágua

mum de vida que foi absorvendo e que também é, necessariamente, diferente de pessoa para pessoa), são mesmo as "fake news" que têm permitido o ressurgimento de ideais populistas que nos habituámos a conotar com tendências fascistas ditatoriais, mas na verdade, não o são.
São muitas vezes apresentadas como sendo baseadas em factos comprovados e fidedignos, mas fazem leituras muitas vezes distorcidas dos resultados desses factos.
As "fake news" são, por excelência, o alimento principal da dieta do predador político populista. Não passam do que normalmente consideramos ser o resultado de uma conversa de café entre amigos que, apesar de serem de áreas diferentes do espectro político, no café, estarão sempre de acordo. São as teorias do senso comum onde apenas surgem ou são referidos os aspetos negativos de um determinado Governo, ou da tendência do mesmo. E não serve de nada argumentar muito sobre isto, porque são muito diversos os exemplos em que encontramos populistas de esquerda e de direita, que baseiam os seus discursos nestes fatores de conversa, ou pulsação, do tecido social.
Surgem, sobretudo, a partir dos "buracos" criados pela sufocante necessidade de emergência e socorro que grupos de pessoas organizadas apontam às políticas vigentes. Estes "buracos" – que vão sendo deixados para trás ao sabor da urgência de socorro – não são depois ocupados por nenhuma força política institucionalizada, uma vez que estas preferem cavalgar a espuma dos tempos e associar-se a esse socorro, sem garantir a segurança dos que, não sendo organizados, vão entrando em precariedade de recursos e soluções. Nascem assim os populismos; nichos de setores deixados ao acaso e ao sabor dos acontecimentos que, oportunisticamente, passam a ser liderados por pessoas ou organizações de natureza e origem menos clara, e que, nesses espaços, encontram um eleitorado que lhes oferece todo o suporte que não iriam encontrar num espaço livre e democrático.
Atualmente, os exemplos vindos da esquerda e da direita são bem claros em todo o mundo. À esquerda são exemplo disso México (López Obrador), Nicará-

Andrzej Duda, Polónia

Viktor Órban, Hungria

Evo Morales, Bolívia

Nicolas Maduro, Venezuela

gua (Daniel Ortega), Bolívia (Evo Morales), Venezuela (Nicolas Maduro) e a Grécia com o Syriza de Alexis Tsipras; à direita, Estados Unidos (Donald Trump), Brasil (Jair Bolsonaro), Polónia (Andrzej Duda), Hungria (Viktor Órban), Sérvia (Aleksander Vucic), Turquia (Recep Tayyip Erdogan), Israel (Benjamin Netanyahu), Índia (Narendra Modi), Filipinas (Rodrigo Duterte) e os colossos russo, com Vladimir Putin, e Chinês, liderado por Xi Jinping.
Contudo, esta erosão tem criado uma cultura nova de populismo antissistema que também já ocupam grande parte da zona populista mundial, como são casos: a Indonésia (Joko Wikodo), Bielorrússia (Alexandre Lukashenko), Bulgária (Bolko Borisov), República Checa (Andrej Babis) e uma inesperada Itália liderada pela coligação entre o Movimento 5 Estrelas e a Liga.
E é impressionante, podermos tomar nota de que, nestes dois últimos parágrafos, não consta a França de Emanuel Macron que, tendo surgido do nada a não ser a contestação populista aos sistemas, é alvo de uma contestação urbana e social que é transversal a todas as classes sociais francesas (os Gilets Jaunes) e, contudo, se tem conseguido manter à margem de uma classificação mais efetiva (esquerda ou direita).
Nem um Reino Unido que está em modo "pausa" enquanto não encontra formulação para um Brexit impossível de concretizar e para o qual, muitos dos contribuintes filosóficos já debandaram, possivelmente com receio do resultado e das consequentes reações sociais. Certo é que, neste caso – David Cameron, Boris Johnson, Nigel Farage e até Theresa May e Michael Corbyn – todos vão ficar mal na fotografia...
Já sobre a metodologia de tomadas de poder absoluto, são bem claras e podemos tomar como "bons exemplos" o da Hungria de Viktor Órban e o da Rússia de Vladimir Putin. Em ambos os casos, o método passa pela descredibilização e desautorização dos poderes legislativo e judiciário, retirando poderes e força às câmaras representativas e a tribunais superiores. Poderia até pensar-se que o caso magiar de Órban é o mais emblemático, mas não é – o melhor exemplo é a eleição para Presidente de um fraco Dimitri Medvedev que mais não fazia do que dar seguimento às

Aleksander Vucic, Sérvia

Narendra Modi, Índia

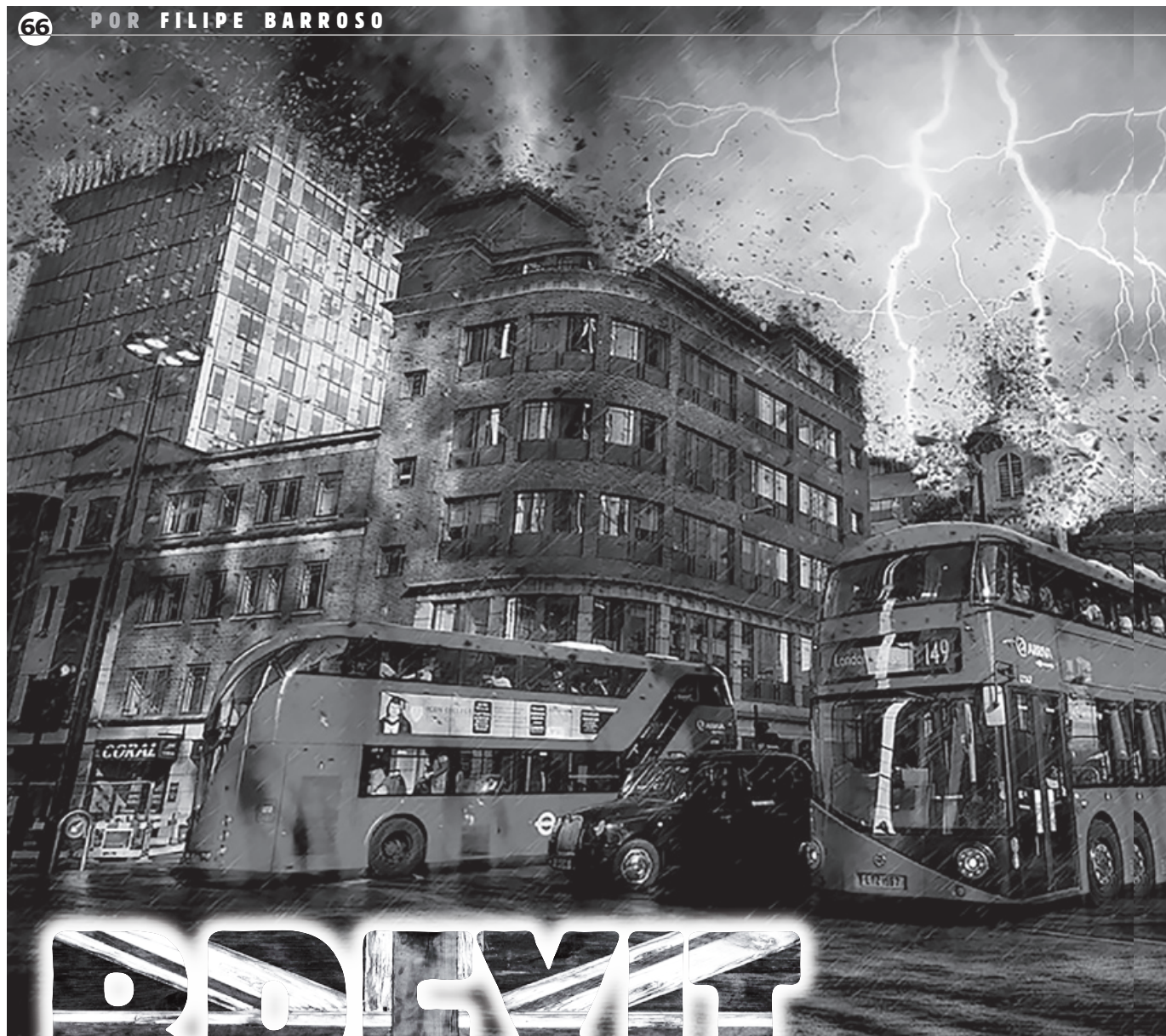
diretivas do seu Primeiro-Ministro (nada menos que Vladimir Putin), porque a Constituição não permitia a reeleição de Putin durante um determinado período. Nesse aspeto, Órban, apenas tem sido mais rápido e eficiente.

Perceção e perspetivas

A frase do filósofo espanhol "aqueles que não se lembram do passado estão condenados a repeti-lo", define claramente a perceção e as perspetivas do que o futuro nos guarda. Com a erosão acelerada de uma democracia corrupta e decrépita que não soube adaptar-se a um mundo moderno e tecnologicamente vertiginoso, as sociedades já estão à procura de algo diferente, que lhes possa oferecer o que já têm como adquirido e ainda mais do que alguma vez conseguiram imaginar.

Dificilmente isso vai acontecer, dado que a história nos revela claramente que os 'status quo' vigentes ao longo de séculos, não serão alteráveis nem por convicção, nem por acidente. Apenas podem surgir com novas e ilusórias vestimentas.

Da mesma forma que (atrás) referimos que o século XX se caracteriza pelo fascismo e pela democracia, já podemos aferir que o século XXI não será assente em nada disso.

Vejamos assim: os metais e pedras preciosas da idade média, deram lugar ao carvão no século XIX; e este deu lugar ao petróleo no século XX; e este alimentou a inventividade humana para analisar os efeitos negativos, e a capacidade de idealizar alternativas energéticas suficientes para alimentar tecnologia e inteligências artificiais que nos dominam já neste início do século XXI. Entrámos há muito (20 anos que hoje já parecem 200) numa espiral em que é inevitável que os dados pessoais venham a representar – no século XXI – o petróleo do século XX.
Puerilmente, alguns analistas ainda se permitem questionar se essa Inteligência Artificial não nos vai transformar a todos em dados, eliminando quase totalmente a capacidade inventiva e criativa que é própria e inerente ao ser humano. Puerilmente, digo eu, porque é óbvio demais que isso já está a acontecer perante os nossos olhos diariamente.
O "Admirável Mundo Novo" (Aldous Huxley, 1894-1963) já nos está a bater à porta e o "1984" (George Orwell, 1903-1950) já está sentado nos sofás das nossas casas.
Sabemos já, muito bem, que a atenção para a história, dará garantias de que ela não se repetirá – como diria Pacheco Pereira: da primeira vez em forma de comédia, da segunda em forma de tragédia. Por isso, também sabemos que o século XXI não será marcado nem pela democracia nem por fascismos.
Antes por um formato de Autocracia em que uma pequena parte da democracia – por ser ilusória – se manterá por algum tempo (eleições ditas democráticas) para sustentar uma certa idoneidade dos eleitos e um apaziguamento generalizado das populações e das organizações sociais e políticas, servindo essa ilusão para alterar radicalmente as formas de comportamento e controle por parte dos Estados e das suas instituições.
Em paralelo com ações rápidas de desgaste de outras instituições que sejam garante de direitos que (novamente) tendem a ser constrangidos e contidos, estaremos a constituir sociedades em que o elemento democracia – base de toda a corrupção – será substituída por um sistema em que a corrupção é inerente e instituída, tendo por base essa ilusão contraditória em que "todos os votos contam".
Sejamos claros, esses votos serão uma amálgama reunida por algoritmos, a partir de conversas de café, atividades sociais e a cruzinha aposta num pedaço de papel que será contabilizado e que valerá pouco mais de 30% da intenção de voto, efetivamente. Mas o curso e o futuro dos sistemas sociais e políticos são – como a história também demonstra – efémeros e temporais.

BREXIT A desgraça

Uma desgraça chamada Brexit podia ser um título de um bem sucedido filme de terror ou de uma comédia de Verão, daquelas que são tão bem sucedidas comercialmente como artisticamente patéticas. Infelizmente nem o Brexit é um filme, nem as suas consequências serão boas para ninguém.

Tudo nesta tragédia à escala Europeia(e sim, não é nenhuma oportunidade de renovação Europeia, é uma tragédia) ganhou forma com a promessa de um referendo de David Cameron (Primeiro-Ministro do Reino Unido de 2010 a 2016) a ser realizado para depois das eleições legislativas de 2015.

Ora com os crescentes populismos, a desinforma-ção constante numa campanha marcada pelas "fake

news", pelo discurso radical de Extrema-Direita sob a batuta dos irresponsáveis e perigosos Nigel Farage e Boris Johnson, baseando-se em falsas premissas, utilizando o ódio, a xenofobia, em que o serviço nacional de saúde Inglês (banda e orgulho da Esquerda Democrática Inglesa) foi utilizado como joguete dos extremistas para enganar um eleitorado mal informado e desiludido, aproveitando os impulsos primários perante a grande dose de imigração e problemas graves como a questão dos refugiados. Ora com a vitória do não à permanência do Reino Unido na União Europeia (por 51,9 %), perante o espanto de parte considerável dos observadores e até de muitos que votaram dessa forma arrependendo-se literalmente logo em seguida, o Reino Unido entrou numa espiral que pode levar em última instância á sua própria desagregação.

É importante lembrar que no final da campanha a Deputada Trabalhista, Jo Cox, favorável à continuação do Reino Unido na Europeia, foi brutalmente assassinada pelo membro da Extrema-Direita "Britain First" Thomas Mair com 3 tiros e 7 facadas. Numa era em que parece que só a linguagem economicista é entendida para se compreender de forma clara a dimensão da tragédia que é o Brexit, a City (centro de negócios financeiros na Europa através da bolsa de valores Britânica) perdeu nos dois dias seguintes ao referendo de 23 de Junho de 2016 mais dinheiro do que os fundos recebidos pelo Reino Unido vindos da União Europeia desde que entrou na Comunidade em 1973.

Isto perante o desespero dos mais jovens, habituados a circular em liberdade e a reconhecer as vantagens de viver numa Europa unida e em liberdade, dos universitários, do eleitorado mais cosmopolita e até dos dois maiores partidos Ingleses (o Partido Trabalhista e o Partido Conservador), embora reconhecendo erros graves na gestão e no rumo da UE (União Europeia), sabem que é muito melhor viver fazendo parte dela, a todos os níveis, do que a sua saída de consequências imprevisíveis, quer para a Europa, quer para o próprio Reino Unido em que como referi anteriormente a sua desintegração está em cima da mesa de negociações, tudo isto porque ao contrário do que sucedeu no referendo de 1975, desta vez foi a maioria do eleitorado de Inglaterra(não incluindo Londres) e do país de Gales que são favoráveis à saída, ao contrário da Escócia e da Irlanda do Norte que defendem de forma muito firme a sua permanência na União Europeia, nem que para isso tenham de sair do Reino Unido!

Nem para ser executado o Brexit serve, pois os representantes do povo não se entendem sobre a saída. É um imbróglio sem limites. Os inimigos da UE (Putin e Trump à cabeça) esfregam as mãos de contentamento. Após o referendo milhões de pessoas logo em seguida se têm manifestado contra a decisão do mesmo, tendo em conta que a pergunta do próprio referendo não estava bem formulada e a campanha feita com base em todo o tipo de mentiras e a ideia de um novo referendo, feito de forma adulta e responsável, vai ganhando espaço nas ruas Britânicas e até no próprio parlamento Inglês, com o líder Trabalhista Jeremy Corbyn finalmente a reclamar essa posição, perante o desespero da atual Primeira-Ministra, a conservadora Theresa May. É a única solução responsável que qualquer Europeísta digno desse nome pode ter em tão complexa matéria. Os cidadãos Ingleses residentes em Portugal e a grande comunidade Portuguesa que vive e trabalha no Reino Unido agradecem. A História fará o mesmo.

Filipe Barroso é licenciado em História pela FLUL, autarca, foi vice-presidente da JS FAUL e membro do Secretariado Nacional da JS.

POR **PAULO QUERIDO**

No rescaldo das EUROPEIAS

Estão a ver o medo do fim da democracia, instilado em doses magistrais e repetidas ao longo de anos por quem se auto-declara o guardião indispensável dela?

Bem, digamos que as eleições europeias que ontem se concluíram deixam bem claro que a democracia vive uma fase no mínimo pujante, com a multiplicação da quantidade de propostas e uma participação recorde dos eleitores.
Lá se foi esse papão.
Estão a ver o medo das fake news e da intromissão dos russos e chineses nos processos eleitorais do Ocidente?
Outro bicho-papão que teve falta de comparência no mega-processo eleitoral que ontem terminou em 28 países.
Estão a ver o terror injetado no público do centro e das esquerdas com a ameaça da ultra-direita?
Bem: ficou claro que o avanço da ultra-direita faz parte, sim, de um movimento maior, o da limitação do centro bi-partidário hegemónico que capturara a governação dos países e da própria UE. É indesejável e é de combater, pois claro que é, mas esfriemos a cabecita, o fascismo não vai regressar. Há apenas pessoas assustadas também do lado direito, pessoas a quem o centro hegemónico deixou de valer, e que votam nos que falam com eles.
As eleições europeias deixaram os media ainda em

OLITIK.

FOTO: SPD SCHLESWIG HOLSTEIN

As eleições europeias deixaram os media ainda em piores lençóis do que eles já estavam. Fazem parte do problema, sendo o problema o afastamento das pessoas do centro bi-partidário que afunilou o sistema criando um regime de favorecimento das classes privilegiadas.

piores lençóis do que eles já estavam. Fazem parte do problema, sendo o problema o afastamento das pessoas do centro bi-partidário que afunilou o sistema criando um regime de favorecimento das classes privilegiadas.

Como os partidos do centro, os jornalistas falharam às pessoas. Estas, como sempre fizeram, descobrem novas formas de diálogo e de formação de opinião. E votaram desavergonhadamente nas pessoas que falaram com elas, as ouviram e lhes deram respostas convincentes em vez de discursos gastos e de circunstância.

A "onda verde" (que Portugal ajudou a formar com o PAN, e contra a ditadura dos meios de comunicação) e o reforço de partidos liberais europeístas significam MAIS democracia e não menos.

A realidade é esta: a maior participação de sempre em eleições europeias votou o parlamento europeu mais diversificado de sempre, obrigando os políticos europeus ao exercício do diálogo democrático e da negociação para mais cargos e mais decisões na UE. Isso é MAIS democracia, não menos.

(Fora da UE, este ano houve MAIS democracia nas eleições regionais da Turquia, onde Erdogan já está em rota de eclipse. E há mais exemplos.)

Era bom que nos desmamássemos de vez da execrável dieta de medo e terror com que os media vão capturando as migalhas dos anúncios, adiando o inevitável.

Paulo Querido, ex-jornalista.

Uma leitura mais apurada

Na Europa: Le Pen em contra-ciclo, mas também ela a alimentar o sinal: o crescimento da extrema-direita deu sinais de se encontrar esgotado e o recuo começou até nalguns países. Nada que me surpreenda: era evidente à partida que ninguém daqueles lados era capaz de cumprir as promessas, se é que algum pensou alguma vez nisso.

FOTO: YOUNG EUROPEAN FEDERALISTS

Tão importantes ou mais, os significativos (e surpreendentes) avanços de partidos liberais pró-europeus e da autêntica onda verde.

Nota para os bons resultados na Península Ibérica mas também em Itália dos socialistas tradicionais.

As eleições europeias foram francamente positivas. Um mar de boas notícias, que começou, mas não acabou, com a infame derrota de Melo e Cristas e a eleição do primeiro eurodeputado verde português.

Nesta sequência, inaugurei uma coluna de Facebook. Chama-se "Explicações Para A Abstenção Que Só Os Homens Brancos Privilegiados Não Entendem".

Recentes: nos últimos 10 anos o Estado injetou 23.800 milhões nos bancos, tendo recuperado só 5.400 milhões. O Governador do Banco de Portugal - o regulador, portanto - publicou parte do relatório sobre os bancos que receberam ajudas, mas nada sobre os grandes devedores com a "explicação" de que isso comprometia o sistema económico.

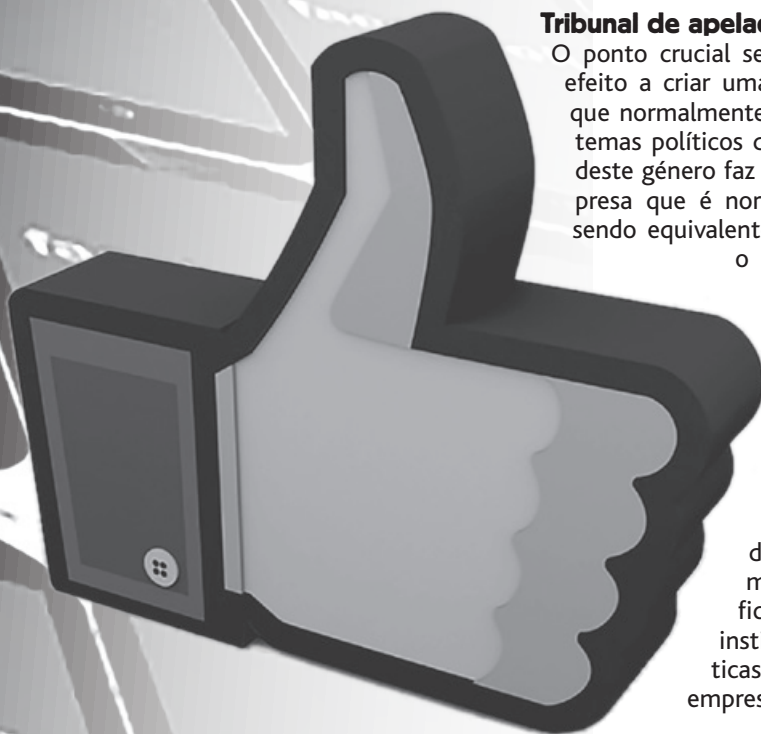
De NADA serviu a pressão na AR de alguns deputados. Uma parte dos quais, de resto, esteve na última década séria e profundamente comprometida com o setor financeiro que agora finge querer regular.

Um modelo democrático para o Facebook

O Facebook aparece frequentemente nas notícias como uma força disruptora da política democrática por todo o globo, mas e se a democracia pudesse ser o modelo que salvasse o Facebook?

A rede social que une 2,2 milhões de pessoas ultimamente tem tido uns maus tempos. Desde a suposta malévola interferência por parte de agentes estrangeiros nas últimas eleições presidenciais via o escândalo da Cambridge Analytica até às fugas de dados e documentos mais recentes, a empresa está frequentemente nos cabeçalhos noticiosos por todas as razões erradas.
Um dos problemas mais persistentes com que a empresa de Mark Zuckerberg tem tido de lidar é o discurso de ódio. De facto, algum do conteúdo distribuído pelo Facebook divide amargamente as sociedades e afasta as pessoas em vez de as aproximar – o principal propósito da rede social ("tornar o mundo mais aberto e próximo", diz o fundador). Contudo, decidir onde colocar a linha divisória entre opiniões polémicas, mas legítimas, e o incentivo ao ódio não é uma tarefa assim tão frontal e a empresa tem-se debatido para delinear regras e processos capazes de lidar com esta questão. Contudo, uma das ideias mais recentes de Zuckerberg poderá mostrar a via para um interessante novo modelo de governo empresarial.
O mesmo quer estabelecer um organismo independente para apelos, apodado pela comunicação social de "Supremo Tribunal do Facebook", por três razões essenciais. Primeira, um organismo externo afastaria essas decisões do próprio Facebook. Segunda, criaria um aparelho de responsabilidade e monitorização. E, terceira, um organismo independente iria assegurar que as decisões não seriam tomadas por razões comerciais, e sim no melhor interesse da comunidade do Facebook.

Tribunal de apelação

O ponto crucial será Zuckerberg estar com efeito a criar uma jurisdição independente que normalmente só encontramos nos sistemas políticos democráticos. E uma Ação deste género faz todo o sentido numa empresa que é normalmente descrita como sendo equivalente a uma nação global ou o equivalente moderno às praças públicas de outrora. Mas estabelecer um "tribunal de apelação" será suficiente para uma empresa que tem mais utilizadores do que os cidadãos de qualquer país? Ou será que o slogan "dar o poder às pessoas", a principal missão do Facebook, significa também mimetizar as instituições mais democráticas no modelo de governo empresarial numa empresa com

o tamanho e alcance singulares do Facebook como a via daqui em diante?

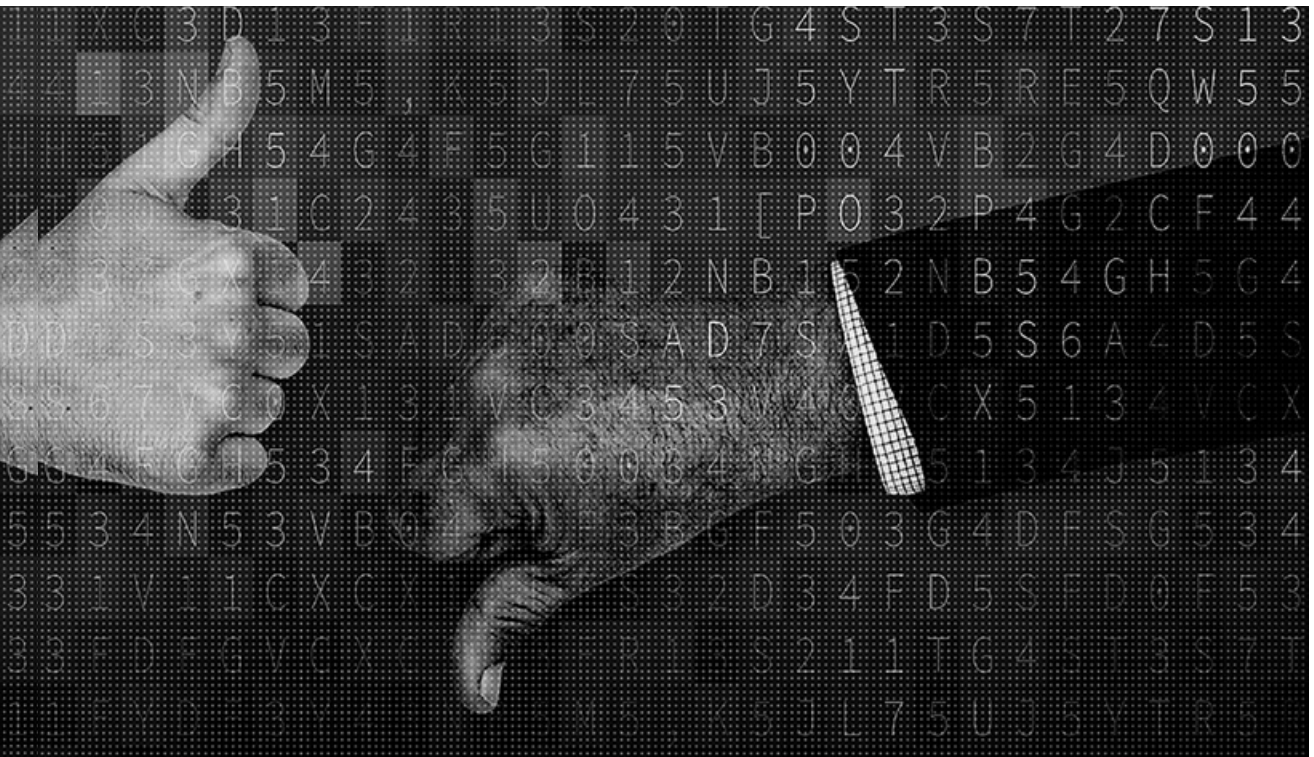
O problema com os seus padrões comunitários não se trata apenas da sua aplicação, mas mais frequentemente com o próprio conteúdo das suas diferentes políticas. Mesmo que se consulte amplamente o que deve ser ou não aceitável, como faz o Facebook, a decisão final ainda é tomada pela própria empresa. Se o Facebook não só estabelecer um aparelho judicial, mas também criar um processo legislativo digital que empodere os seus utilizadores, as próprias políticas deste teriam uma fonte diferente de legitimidade e estariam realmente a dar "o poder às pessoas".

Iniciar um processo destes, claro está, não é assim tão frontal uma vez que existem diferenças culturais relevantes entre os utilizadores do Facebook. Mas nenhuma das opções alternativas para lidar com os problemas com os quais a empresa tem que lidar é mais fácil que esta. O Facebook já anunciou estar a planear permitir um maior nível de personalização no conteúdo que é visto pelos utilizadores, mas se a personalização pudesse casar-se com uma legitimidade mais ampla das políticas genéricas subjacentes à empresa, tal poderia ser o mais acertado.

Não é coincidência que o longo prevalecimento da

divisão de poderes em executivo, legislativo e judicial tenha servido bem às nações democráticas. Talvez adotar este modelo já testado ao governo de uma empresa que tem todas as características de uma nação digital mais que qualquer outra empresa no planeta seja o caminho a seguir. Estabelecer mais políticas legítimas incluindo diretamente os utilizadores no processo decisor e policiar essas políticas mais ativamente com filtros de IA para o conteúdo e reactivamente por via da intervenção humana seria um experimento interessante. Principalmente se em cima disto se acrescentasse um mecanismo de apelos semelhante a um tribunal independente.

No mínimo, valerá a pena explorar estes novos conceitos de regulamentação. O modelo atual falhou claramente e é difícil vislumbrar como futuros falhanços podem ser evitados sem uma inovação na gestão institucional. Como o próprio Zuckerberg afirmou na sua nota sobre a regulamentação dos conteúdos e o seu policiamento, há questões que não podem ser aprimoradas para sempre, mas meramente aperfeiçoadas. É, contudo, tentar aperfeiçoá-las com os utilizadores do que para os utilizadores.

Henning Meyer é editor chefe da "Social Europe" e investigador associado da Escola de Economia e Ciência Política de Londres. É também diretor da consultora New Global Strategy Ltd. e escreve frequentemente colunas de opinião em jornais internacionais como "The Guardian", "Die Zeit", "The New York Times" e o "El Pais".

Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- Acompanhe-nos no Facebook e no Twitter, o mundo real hoje passa muito pela realidade virtual e pela dinâmica das redes sociais, nas nossas páginas encontrará os textos mais recentes do nosso portal, o meme ocasional e a divulgação de textos pertinentes à nossa linha editorial, partilhe-os com os seus amigos e seguidores;
- Efectue um donativo, no portal patreon.com/libertaria.pt poderá encontrar várias opções de donativos, sejam pontuais ou frequentes, não há um valor mínimo, contribua com o valor que achar que merecemos;
- Inclua-nos no seu testamento, caso preze os valores da liberdade, da igualdade e da democracia – que actualmente se encontram sob ataque cerrado – garanta a perpetuação da Libertária como foco de disseminação do socialismo democrático, seja uma módica quantia ou uma cave que possamos utilizar como armazém ou sala de conferências, a Libertária perpetuará o seu legado;
- Organize uma tertúlia ou sessão de apresentação da Libertária, faremos o possível por estar presentes (convém agendar com algumas semanas ou um mês de antecedência). A tertúlia é uma tradição portuguesa que em muito contribuiu para a disseminação do ideário libertário e socialista democrático, queremos ouvir a sua opinião e trocar ideias.

patreon.com/libertariapt

"Que ciganice" ou de como é URGENTE repensar a posição dos ciganos na sociedade portuguesa

As palavras têm peso porque adquirem significados culturais que lhes conferem uma dimensão particular, veiculando sentidos sociológicos específicos. Tanto o que é dito, quanto o que não é dito, são expressões culturais que aportam a determinadas mundividências. É por isso que a perceção de que o racismo não existe em Portugal, ou que tem uma dimensão social reduzida, não é coincidente com o número de expressões populares de pendor discriminatório, como "que ciganice", "isso é trabalho pra pretos", "só fazes judiarias", entre tantas outras.

Apesar delas, toda a gente sabe que Portugal não é racista, e quem não estiver bem com tal disposição diacrítica pode ir embora. É o jeito português de lidar com as coisas, à superfície, na espuma dos acontecimentos. Um povo que se revolta mais com o feminismo do que com o femicídio. Um país que, à imagem do Brasil, resolveu os problemas de tensão racial com recurso à segregação. O conflito não existe se o "outro" não fizer parte da malha urbana. À Brandoa quem é da Brandoa.

Ora, uma das comunidades com maior dificuldade de integração social é a comunidade rom, os ditos "ciganos". Um dos primeiros entraves é o caráter histórico de nomadismo. Todavia, se tal facto, aliado ao ambiente de perseguição durante o Estado Novo, contribuíram para atrasos significativos nos processos de integração desta comunidade, não é menos verdade que há pelo menos três décadas que uma grande parte dos ciganos portugueses se encontram fixados nas principais cidades portuguesas. O que falha então? Muita coisa. Em primeiro lugar, falha a perceção social em torno dos ciganos. Existem inúmeros lugares-comuns que, pela sua capacidade de propagação popular, produzem uma falaciosa noção de conhecimento da "cultura cigana", em que se confundem aspetos culturais com padrões de reação aos contextos sociais. Explicitando: é parte da cultura cigana os casamentos combinados como estratégia de gestão de alianças familiares; é parte da cultura cigana o luto definitivo, no qual as mulheres abandonam os aspetos mais vincados da sua feminilidade e os prazeres mundanos, como ouvir música; é parte da cultura cigana os matrimónios de vários dias; é parte da cultura cigana a virgindade feminina como elemento de honra familiar. Não é parte da cultura cigana, mas antes produto de circunstâncias sociais, o crime e a alteridade contrastativa, isto é, o conflito étnico face aos cidadãos mainstream, "os senhores". Ainda que se tenham entranhado nos comportamentos sociais recorrentes, estes são respostas ao contexto de marginalidade histórica e à incapacidade de contrariar a tendência da segregação social.

Há, todavia, sinais de mudança. O crescimento de jovens rom nas universidades é um aspeto de extrema relevância, servindo de indicador para mudanças comportamentais e de perceção social em curso. Isto porque, contrariamente a mais uma disposição popular que afirma que é parte da cultura cigana a baixa frequência escolar, expressa no vocábulo "os ciganos só vão à escola para aprender a contar o dinheiro, é da cultura deles", a verdade é que a baixa escolaridade é produto da incapacidade de dialogar com a comunidade cigana, da sua segregação e, consequentemente, da autoexclusão social como mecanismo de defesa identitária. No entanto, o facto de cada vez mais ciganos terminaram o secundário e seguirem para a universidade diz-nos que no seio daquela comunidade o ensino começa a receber o reconhecimento de mais-valia social, de fator de abertura e mobilidade.

Assim, é falacioso o argumento da Direita de que deve ser permitido aos ciganos manterem-se à margem da sociedade a fim de preservarem o seu modus vivendi. Esta lógica é, sobretudo, um ilusionismo que por baixo de um argumento que parece responder à defesa da cultura cigana, esconde uma motivação contrária: a da preservação da distância social. Pelo contrário, a solução passa por políticas de maior inclusão, nomeadamente pela integração gradual de famílias ciganas pelos vários bairros das diversas cidades onde habitam, acabando com os bairros sociais onde estes são realojados, mas onde permanece ativa a lógica de guetização. A mobilidade social e a educação, não afetam os pilares centrais das culturas, pelo contrário, permitem uma maior consciência de si, uma capacidade de reflexão crítica, de mobilização na preservação das identidades culturais, sem com isso rejeitar os fatores de ascensão social, crescimento económico e integração ativa.

João Ferreira Dias é Doutor em Estudos Africanos ISCTE-IUL, Mestre em História e Cultura das Religiões pela FLUL e doutorado em estudos africanos e investigador do CEI-IUL.
www.joaoferreiradias.net

POR RUI MARTINS

FOTO: JOAQUIN ARANDA

Teoria e Prática dos Grupos de Vizinhos

Existe uma nova realidade em Lisboa que resulta da criação do primeiro grupo de cidadania local na freguesia do Areeiro (os "Vizinhos do Areeiro") em Novembro de 2016. Nos anos seguintes o movimento foi-se alargando por freguesias vizinhas, até Alvalade, Avenidas Novas, Arroios e, mais recentemente, até Alcântara tendo sido criada, em 2018, uma associação para abrigar todos estes núcleos de cidadania local sob o mesmo chapéu de personalidade jurídica e de representação local: a Vizinhos em Lisboa.

Estes grupos de cidadania local estão onde estão as pessoas: nas redes sociais e na rua. Existem com intervenções de base hiper-local, reportando e propondo soluções para as ruas, bairros, jardins e espaços públicos que mais perto estão dos cidadãos e funcionando onde estes estão - as redes sociais - e onde são mais mobilizáveis e em relação aos quais são mais intervenientes, reclamativos e propositivos. São assim formas de expressão de uma Democracia de Proximidade e um veículo de expressão de uma Democracia Local aprofundada e um caminho na direcção de uma Democracia avançada de qualidade, mais participada e participativa a nível nacional.

Os grupos de Vizinhos têm um papel reactivo, de reacção a problemas; um papel propositivo, de apresentação de propostas ou sugestões e um, muito importante, papel de transparência (p.ex. através de "pedidos de informação"), porque tentamos partilhar, com todos, a informação do orçamento da junta e da câmara colocando questões sempre que tal se revelar necessário, e também informativo quanto a direitos, deveres ou actividades da autarquia. Assentes nas Redes Sociais estes grupos têm uma presença que seria muito difícil de alcançar de outra forma. Recebem informações em tempo real e lidam com estes temas ao mesmo ritmo. As autarquias locais têm de se adaptar a estas novas realidades e ritmos, num mundo que funciona em tempo real sendo que em algumas juntas de freguesia encontramos maior dificuldade de adaptação a este processo: formatadas para um "tempo lento" e criadas no começo do século XX as juntas adaptam-se a um tempo que, agora, não é apenas rápido, mas imediato e a um registo em que a cidadania não dorme nem vai de férias... Potencialmente, estes grupos locais têm um grande alcance na comunidade e na rede de bairros da freguesia que mais ninguém pode ter: as pessoas participam melhor e com mais intensidade quanto mais local for a causa e estes grupos de vizinhos são um veículo ideal para esta participação. Cada um dos núcleos de freguesia tem uma personalidade distinta e uma autonomia quase total em que a principal regra é que não podem ser expressão de um partido político nem podem ser usados para veicular propaganda ou agendas partidárias locais o que não impede nem filiações partidárias nem a presença dos seus membros e coordenadores em listas partidárias.

Estes grupos de Vizinhos funcionam assim em três vectores principais:

a) Propositivo: a partir de propostas dos aderentes (que podem ser todos os que moram ou trabalham na freguesia), por exemplo, o pedido de instalação de um parque canino ou a descrição do detalhe, por componentes, dos contratos públicos da construção de um novo centro social da freguesia.

b) Reclamativo: novamente a partir de uma chamada de atenção de moradores o grupo de Vizinhos pode requerer à autarquia competente (que, em Lisboa

tem uma matriz de repartição algo complexa) a reparação do betuminoso de um dado arruamento ou a instalação de semáforos numa passadeira particularmente perigosa.

c) Inquisitivas: envio de mensagens ou de "pedidos de informação" escritos em "requerimentos" em papel (disponibilizados nas instalações da Câmara ou da Junta) em que se pedem detalhes sobre um dado projecto do Orçamento da Junta ou da Câmara Municipal (com repercusões directas na freguesia) ou pedido de informação detalhada sobre um determinado contrato por ajuste directo. A todos estes pedidos aplicam-se os prazos legalmente delimitados pelo Código do Procedimento Administrativo ou, se mais exigentes, pelo regulamento da Assembleia de Freguesia.

Dentro dos vectores Propositivo e Reclamativo os grupos de Vizinhos têm como principal ferramenta as "Subscrições Públicas": textos que propõem algo a uma autarquia: câmara municipal ou junta de freguesia (executivo) e que ficam no grupo criado no facebook durante alguns dias recolhendo apoiantes que podem, durante esse período, enriquecer o texto com correcções ou acrescentos. Quando a quantidade de subscritores atinge um patamar mínimo (tipicamente algumas dezenas de apoiantes) a sua lista é recolhida, o texto estabiliza e é enviado por e-mail ou na forma de carta ou requerimento em papel à autarquia local destinatária ou à entidade (empresa ou órgão de governo) mais adequada. Se uma dada subscrição é particularmente polémica ou se reúne a oposição directa de muitos participantes no grupo a um ponto tal em que somente uma alteração demasiado profunda ao texto resolveria essa oposição, os membros do grupo podem escolher "Ira" em vez de "Gosto" (o que equivale

a “Subscrevo”) e se uma Subscrição alcançar, a qualquer momento, mais oposições que apoios, cai e não chega a ser enviada ao destinatário inicial. O estado de resposta destas subscrições [por responder, em resolução, respondidos (de forma não eficaz) ou resolvidos] é monitorizado e actualizado sempre que for alterado. Quando o prazo legal de resposta de dez dias úteis é ultrapassado sem resposta o colectivo entra em “modo de insistência” até que essa resposta surja: as questões, reclamações ou propostas são levadas à Assembleia de Freguesia (momento de intervenção do público), Assembleia Municipal, Reunião Descentralizada ou Aberta do Executivo da Câmara ou da Junta de Freguesia. Por outro lado, quando a proposta, reclamação ou pedido de informação é enviado às entidades competentes, o texto segue sempre com os nomes dos subscritores que fizeram “Gosto”. A proposta ou reclamação não é enviada em nome do grupo de vizinhos, mas dos subscritores que fazem parte daquele coletivo e que validaram a proposta. Não são sempre as mesmas pessoas para as diferentes propostas, é muito flexível e é relativamente fácil mobilizar e motivar para a acção os cidadãos através das redes sociais o que garante, geralmente, níveis elevados de participação.

Estes grupos recorrem também a outras formas de participação que estão ao dispor dos cidadãos: organizam e levam propostas aos Orçamentos Participativos (da Câmara ou das Juntas que os têm), à plataforma participativa Lisboaideia da CML, ao uso de petições requerendo uma dada iniciativa ou medida à Assembleia Municipal ou à Assembleia da República, participam nas Consultas Públicas em empreitadas de construção ou em regulamentos municipais e fazem levantamentos de situações no espaço geográfico da freguesia que, depois, entregam à autarquia (p.ex. Prédios com varandas em risco de queda, lista de aparentes devolutos ou concentração de tags e grafitos ilegais, etc.).

Os Grupos de Vizinhos são uma forma de exercer política local para além dos partidos num modelo de intervenção que é tanto mais eficaz quanto maior se mantiver o foco não partidário e transversal a todas as forças políticas locais. Este modelo de cidadania assenta numa intervenção propositiva e reactiva em que cidadãos funcionam não numa lógica de competição com os eleitos locais, disputando uma presença nos órgãos locais, mas colaborativa em que as iniciativas e decisões merecedoras de apoio têm tanto destaque como aquelas que merecem críticas ou uma proposta de teor correctivo. Estes grupos não podem assim ser um actor político-partidário local mas um agente que pressiona e exige uma democracia de qualidade e a execução dos mandatos electivos com competência, transparência e responsabilidade. Mais de dois anos depois do lançamento do primeiro grupo de Vizinhos em Lisboa, no Areeiro, os efeitos das iniciativas dos grupos de vizinhos são já bastante visíveis em várias iniciativas e medidas que foram sendo tomadas e ajustadas pelas autarquias locais de Lisboa.”

FOTO: LEONARDO ROSA

Tem 25 anos, é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Pós-Graduada em *Corporate Governance* pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito de Lisboa. É Vereadora substituta do PS na Câmara Municipal da Amadora. Presidente da JS Amadora, membro da Comissão Política Federativa da JS FAUL, membro da Comissão Nacional da JS e membro da Comissão Política Concelhia do PS Amadora. Livre pensadora.

Primeiro, e tendo em conta que a tua candidatura à presidência da JS FAUL focava a questão da apatia entre os jovens quanto à política, o que te levou inicialmente a militar numa juventude partidária?

Quero, antes de mais, começar por agradecer o convite para esta entrevista. Saúdo a "Libertária" por um trabalho que, apesar de ainda se encontrar numa fase inicial, se mostra já importante e faço votos de que o sucesso seja uma pedra firme neste projeto.

Cresci no seio de uma família onde a militância partidária e, acima de tudo, a participação cívica ativa e proativa era uma constante e quase uma obrigatoriedade. Cresci no seio de uma família onde me ensinaram que devemos sempre trabalhar e contribuir para transformar a nossa sociedade e o nosso mundo: numa sociedade e num mundo mais justos, mais igualitários, mais fraternos. No fundo, que devemos preencher a nossa vida de condutas que contribuam mais do que para um presente melhor, para um futuro melhor. Ambos os meus pais eram militantes ativos do Partido Socialista, ambos falavam aberta e apaixonadamente sobre os valores e princípios que norteiam este Partido e, a acrescer a estes fatores, cresci acompanhando o trabalho autárquico desenvolvido pelo meu pai numa freguesia da Amadora. Considero quase

uma inevitabilidade a minha decisão em me juntar a uma juventude e a um partido; aliás, o que não me fazia sentido e me parecia ir contra os valores que me foram incutidos era não militar e não me envolver proativamente numa juventude partidária – fosse ela qual fosse.

Uma das bandeiras desta candidatura foi o escrutínio da ética na política, tentando implantar na JS uma Comissão para a Ética e Transparência e uma espécie de contrato ético, estas medidas obtiveram uma boa recepção junto das bases?

Um dos pontos mais sensíveis com que nos deparamos quando nos envolvemos ativamente na vida partidária e andamos na rua, junto das pessoas, é perceber como se combate o descrédito e a ideia, errada do meu ponto de vista e que é por diversas vezes aumentada pelo aproveitamento que é feito pela comunicação social de diversos casos, de que quando alguém se junta a um partido – e em particular os jovens nas juventudes partidárias – o faz somente tendo em vista a obtenção de um trabalho, de uma mais valia para si próprio e que não olhará a meios para atingir este fim. Isto não só não é verdade, como deve ser mudado.

Quando me decidi candidatar à JS FAUL sabia que não podia ignorar o "elefante na sala" e, por isso, apresentei uma série de propostas para fomentar a Ética na Política e que tornasse mais transparente as candidaturas à JS FAUL, entre as quais a criação de uma Comissão de Ética e Transparência que procedesse ao escrutínio dos candidatos à estrutura federativa e a assinatura de um documento em como todas as afirmações curriculares realizadas aquando de essas candidaturas são verdadeiras.

Por diversas vezes se alimenta a ideia de que, para se poder aspirar ou ascender a algum cargo mais relevante – seja ele dentro de uma juventude partidária ou de um partido, ou mesmo fora – é necessário ter uma licenciatura, um mestrado ou um doutoramento, levando a que se fizessem afirmações falsas ou que sejam em parte falsas, esquecendo que o que verdadeiramente conta e importa é não defraudar as expectativas das pessoas. A sociedade precisa e as pessoas querem acreditar em Políticos que pensem no que é melhor para elas, que sejam empáticos e, principalmente, que não lhes mintam. Assim, todas as medidas que sejam apresentadas no sentido de aumentar a confiança das pessoas acabam por ter uma boa aceitação pelas bases, pois sabem que estas terão um impacto muito positivo na mente das pessoas.

Nota-se que actualmente os partidos possuem imensos quadros técnicos, mas muito poucos quadros políticos que compreendam ou sequer conheçam a ideologia fundacional dos seus partidos. Consideras que seria útil a utilização das sedes da JS, tanto FAUL como locais, para a organização de conferências e acções de formação política para militantes?

Sim, sem dúvida. Não basta ter bons quadros técnicos, é preciso ter também bons quadros políticos. ***A ideologia, os valores e os princípios que norteiam cada um dos Partidos existentes no espetro político são a sua espinha dorsal. Como podemos ter jovens a militar numa juventude partidária que não saibam, não conheçam, não se revejam ou não saibam defender aquilo que é a essência do seu Partido?***

É essa ideologia, esses valores e princípios que nos diferenciam. Bons quadros técnicos todos os Partidos têm, afinal esta é a geração mais formada e mais bem preparada de sempre; assim, o que nos distingue é o resto. E que melhor sítio para se formar os nossos quadros existe, que não a nossa própria casa? Esse é, na minha ótica, o trabalho mais importante que as várias estruturas (núcleos, concelhias, federações)

têm pela frente: preparar, ensinar, dar todas as armas e todas as ferramentas para que todos conheçam, saibam explicar e defender quais são as nossas ideias.

Na tua moção mencionas a necessidade de unir, crês haver uma divisão entre as prioridades das secções urbanas (Lisboa, Amadora) e as das mais suburbanas (Arruda dos Vinhos, Cascais, Vila Franca, etc.)? Há falta de comunicação?

Não, não me parece que haja uma divisão de prioridades; o que me parece é que existe alguma falta de comunicação e entreajuda entre as várias concelhias e núcleos e entre estas e a própria federação. Há uma inclinação, que compreendo natural, em concentrar as atividades e muitas vezes a própria militância em Lisboa, mas que tem de ser combatida. Dou um exemplo: a maioria dos militantes universitários acabam inscritos em Lisboa, mesmo quando provêm da Amadora, Arruda dos Vinhos ou Oeiras. Acho que esta é uma situação a ser analisada com cuidado e atenuada, visto que retira força e vitalidade às concelhias da restante federação. Defendi na minha moção, e continuo a defender, que é desígnio da federação ajudar e amparar todas as concelhias, que se devem fazer atividades e debates descentralizados, que deve haver uma mobilização forte para todas as atividades que existam e que mesmo entre concelhias se deve trabalhar mais vezes em conjunto. Uma atuação forte e concertada não só tem mais visibilidade como igualmente atrai mais jovens a participar e a juntar-se à estrutura.

Dada a crescente apatia da juventude para com a política, verias com bons olhos a criação de uma disciplina obrigatória de Civismo e Cidadania do primeiro ao 12º ano de ensino? Seria uma maneira de elucidar e formar os jovens para serem cidadãos activos e politicamente conscientes?

Sim. É importante incutir nas crianças e jovens a necessidade de participação cívica. E com isto não penso em participação político-partidária. Refiro-me em participar ativamente na vida da nossa cidade e do nosso país, seja através da prática de voluntariado, de nos associarmos a associações jovens, associações desportivas. O fundamental é desenvolver a intervenção de todos na sociedade.

Virando-nos agora para o ensino superior, a nosso ver hoje em dia o acesso depende mais da disponibilidade

financeira das famílias dos estudantes do que da sua origem étnica, não seria mais eficiente em questões de igualdade a gratuitidade do mesmo em vez da implementação de quotas?

Sem dúvida que seria mais eficiente, no entanto, a gratuitidade do ensino superior coloca desafios económicos que devem ser tidos em conta. Assim, e não sendo ainda possível implementar a gratuitidade do mesmo, outras estratégias de combate à desigualdade devem ser tomadas, como é o caso das quotas.

No século XXI faz ainda sentido o formato do nosso ensino, em que alunos que queiram seguir estudos em matemática têm que fazer exames de línguas e vice-versa? Não devíamos estar a apostar na especialização?

Não. A especialização é boa até certo ponto e a partir de certo momento. Mesmo um aluno que queira seguir os estudos em matemática (e quem diz matemática diz física, química ou medicina) necessitará sempre de línguas para se expressar. Somos pessoas mais completas quanto mais completos sejam os nossos estudos enquanto o nosso corpo e mente se desenvolvem na sua plenitude; veja-se quais eram, na Antiguidade Clássica, as 7 artes liberais que levavam ao conhecimento: a lógica ou dialética; a gramática; a retórica; a aritmética; a música; a geometria e a astronomia.

Aliás, é quase como a questão de se a educação física deve, ou não, contar para a média de secundário: sou acérrima defensora de uma resposta positiva. Tal como diz o provérbio latim Mens sana in corpore sano – mente sã em corpo são –, está comprovado que a atividade física tem benefícios não apenas a nível físico, mas também mental, como também é veículo para a integração e desenvolvimento de competências sociais. Desta forma, deve haver especialização, sim, mas esta deve acontecer após este momento de desenvolvimento de competências.

Na minha geração, aos 20 anos já se esperava que os jovens tivessem casa própria, hoje em dia a realidade são adultos com 30/40 anos a viver em casa dos pais e com empregos precários, sem vínculo permanente

ou a recibos verdes. Como socialistas devíamos apostar na criação de habitação acessível e regular a especulação imobiliária?

Sim, claro. Costumo brincar que, apesar de trabalhar e de não receber o ordenado mínimo, se eu saísse de casa do meu pai rapidamente teria de voltar porque não conseguiria ter dinheiro para todas as despesas associadas a uma casa mais a minha alimentação. E isto não pode ser visto como normal. Sendo o direito à habitação um direito fundamental social, o Estado tem o dever de intervir, criando programas de habitação acessível (o que este Governo tem projetado bem, veja-se, por exemplo, o novo Programa de Arrendamento Acessível) e regulando a especulação imobiliária.

Portugal tem estado demasiado dependente do betão e do alcatrão, consideras que uma renovação e extensão da rede ferroviária poderia resolver em parte o problema da questão anterior? Comboios rápidos que cobrissem 200km em 30/40m não combateriam a desertificação do interior criando uma área suburbana de Lisboa ao Porto, como defende Pedro Nuno Santos?

Sou defensora da renovação e extensão da rede ferroviária: por motivos ambientais, de segurança, comodidade e por ser uma aposta no desenvolvimento do interior do país. Ter uma via férrea fiável, robusta e que dê resposta a grande parte dos longos trajetos que milhares de portugueses têm de fazer, seja por motivos laborais seja por lazer, deve ser uma das bandeiras de um governo socialista.

Nota-se que a JS é ainda o grande centro de esquerda no seio do PS, defendendo políticas progressistas no que toca à legalização da canábis, avanços na causa LGBT e o reconhecimento e regulamento de questões delicadas como a prostituição e o aborto. Numa era em que os socialistas europeus se tornaram tão moderados ao ponto de serem indistinguíveis dos partidos da direita capitalista e liberal, achas que a abertura à esquerda que Costa e Corbyn nos têm mostrado devem alastrar ao restante continente?

Sim, sem se entrar em extremismos exagerados e sem nos esquecermos das questões mais clássicas e que fazem a diferença na Vida das pessoas. O que não se pode esperar, nem defender, é que este tipo de políticas aqui enumeradas – cada vez mais importantes nos tempos que correm – não excluam os restantes desafios que existem na sociedade. A par do avanço nas soluções para os problemas habitacionais, laborais, económicos, da saúde e ambientais, devem ser tomadas medidas que fomentem a igualdade e que regulem setores que, ao existir, pedem o máximo de dignidade.

Para terminar, que políticas defendidas pela JS mais te agradariam que o próximo governo socialista implementasse?

Todas as políticas defendidas pela JS, sendo que já várias foram abrangidas no Programa Eleitoral do Partido Socialista, são uma mais valia para os jovens portugueses e contribuem positivamente para um país mais coeso e mais avançado, assim, a implementação de qualquer uma delas revelar-se-á um jogo de soma positiva para os jovens portugueses.

Evolução da ficção especulativa em Portugal

uma perspectiva pessoal

Quem anda há mais décadas no meio fala de uma época longínqua em que se traziam, com bastante regularidade, os autores mais importantes do género a Portugal. Fala, também, de uma quantidade absurda de livros publicados que englobava clássicos e novidades. Como exemplo desta época mais produtiva, ficaram as extensas colecções de livros de bolso, Argonauta, Caminho ou Europa-América, que ainda hoje são procuradas por fãs portugueses e brasileiros.

Pois bem, nessa época, eu ainda não conhecia o que se produzia em Portugal, pelo que a minha perspectiva dos tempos actuais não é tão catastrófica. Recordo-me da existência de uma publicação regular de ficção científica e fantasia, mas foi só há uns 15 anos que tive finalmente acesso à internet e me apercebi que existiam outros leitores destes géneros. E pasme-se, novas editoras a publicar livros clássicos e a produzir antologias! Existiam, até, autores portugueses com boas obras que nada ficavam a dever às estrangeiras!

Falava-se de ficção científica e fantasia. Mas sobretudo em fóruns (Filhos de Athena, Scifi freaks, com os respectivos canais IRC, ou Bad Books Don't Exist) onde conheci algumas das pessoas que ainda hoje são referências no meio. A Saída de Emergência estava a dar os primeiros passos, com livros como "À Boleia pela Galáxia", "Elric" ou a "Invenção de Leonardo" de Paul McAuley. A Safaa Dib ainda não pertencia à editora mas organizava, com o Rogério Ribeiro, o Fórum Fantástico. Várias editoras (como a Gailivro ou a Editorial Presença) publicavam, regularmente, livros de ficção científica e fantasia onde se encontravam autores portugueses como João Barreiros, Luís Filipe Silva, Filipe Faria, Ricardo Pinto, Sandra

Carvalho ou Inês Botelho. Para além das mais conhecidas existia, ainda, uma pequena editora que lançou poucos livros, em edições de pequena tiragem, mas de grande qualidade – A Livros de Areia.
Então, quais têm sido as grandes mudanças no género em Portugal na publicação? Bem, a maioria destas grandes editoras quase que deixou de publicar no género. Quer autores portugueses, quer autores estrangeiros. As poucas que o fazem raramente indicam o género a que os livros pertencem. Ficam-se pela etiqueta de ficção, e algumas descrições mais filosóficas sobre o conteúdo. A Saída de Emergência tem publicado excelentes livros mas, nos últimos anos, tem tido algumas escolhas mais conservadoras e menos arriscadas. Mais recentemente, a Topseller tem-se distinguido com boas leituras de autores menos conhecidos em Portugal e nem sempre ligados à indústria cinematográfica.
Mas a publicação de autores portugueses tem sido feita, sobretudo, por pequenas editoras. Destacam-se as edições de autor, a Imaginauta e a Editorial Divergência. Estas duas têm feito um esforço para publicar romances e contos em antologias, existindo adicionalmente a Bang! que publica o melhor conto do prémio com o mesmo nome. Esta revista é gratuita e é lançada em parceria com a FNAC. As fanzines, muito em voga há uns anos, praticamente desapareceram e a crítica literária nos meios oficiais (jornais, revistas ou televisão) é praticamente inexistente ou centrada na componente mais filosófica das obras. Restam os blogues e os comentários em grupos de facebook - o que não é mau, mas nem sempre garante a exposição necessária para o crescimento dos novos autores portugueses.

Então e os eventos?

Nesta componente acho que estamos a evoluir a passos largos. O Fórum Fantástico persiste, conseguindo melho-

rar a cada ano, e têm surgido outros eventos interessantes no género. O Sci-fi LX tem decorrido no IST. A Saída de Emergência tem organizado o seu próprio evento fantástico (com uma grande adesão de leitores), o Festival Bang!. Surgiu a Comic Con no Porto que passou no ano passado para Lisboa (com todos os seus defeitos e vantagens, mas é mais um meio para os que gostam do género). O Contacto organizou-se pela primeira vez o ano passado e regressou agora em 2019 destacando-se pelo programa diverso e apropriado para várias idades. Estes eventos não se centram apenas nos livros, mas também no cinema, na arte, na banda desenhada e, até, nos jogos (sejam de computador ou de tabuleiro).

Prémios literários

Ainda que a publicação seja, sobretudo, em pequenas edições, existem alguns prémios que visam incentivar novos autores. O Prémio Bang! organizado em parceria com a FNAC possibilita a publicação de contos na revista Bang!, o prémio António de Macedo possibilita a publicação de um livro pela Editorial Divergência (para além de conceder um prémio monetário) e o Prémio Ataegina premeia um conto, mas não está associado, ainda, a uma publicação. Também durante o Fórum Fantástico são atribuídos prémios para diversas categorias – os Prémios Adamastor.

E a projecção dos autores portugueses para o estrangeiro?

Era baixa e continua a ser baixa. Entre 2001 e 2006 o Luís Rodrigues participou (e mais tarde assumiu) a publicação de Fantastic Metropolis e em 2007 João Barreiros teve um conto publicado numa antologia estrangeira em 2007 (The SFWA European Hall of Fame). Mais recentemente, Dormir com Lisboa de Fausta Cardoso Pereira venceu um prémio galego e foi publicado em Espanha, Mário de Seabra Coelho teve dois contos publicados em revistas anglo--saxónicas e foi um conto deste autor que a Imaginauta escolheu para levar a uma convenção internacional e dar a conhecer algo do que se produz em Portugal. Destaca-se Rui Zink que venceu o prémio Utopiales em 2017 com uma distopia forte e irónica.

Os próximos anos

Enquanto algumas iniciativas recuperam livros quase esquecidos de autores portugueses, disponibilizando--os gratuitamente, como o Projecto Adamastor, as pequenas editoras portuguesas já abriram submissões para várias antologias, o que auspicia uma continuação da produção actual, e está em curso a construção de um Portal Português de Ficção Científica e Fantasia que tentará ser uma porta de entrada para a produção nacional. Resta-nos prosseguir e divulgar!

Notas finais: esta perspectiva centra-se, sobretudo, nos autores portugueses que se assumem como escritores de ficção científica e fantástico, ficando de fora a publicação por vanity press.

Cristina Alves anima o blogue "Rascunhos", dedicado a banda desenhada, ficção científica e jogos de tabuleiro | osrascunhos.com

Os apontamentos de António Campos

18:07: Mais de uma dezena de anos da minha vida foram dedicados a organizar o PS a nível nacional. Era um período de consolidação da Democracia e os actos eleitorais sucediam-se.

A organização das listas era sempre um período de turbulência interna em que Mário Soares se abstinha e eu, por norma, não participava. Ao ler o que vai por aí vem-me à memória o saudoso Eduardo Pereira, que com o seu feitio especial assumia essa espinhosa missão.

Hoje a perigosa e insustentável abstenção política exigia uma maior abertura dos Partidos à sociedade civil e a votação em listas nominais, isto é votarem em pessoas nas listas propostas pelos Partidos.

Num País historicamente sem grande cultura democrática era um grande serviço prestado à Liberdade e à Democracia.

27/07: Vivo num dos países mais envelhecido do Mundo. Leio que desde 2010 nasceram dentro e fora 1.228.823 crianças com a nacionalidade portuguesa, 410.221, isto é 33,7 porcento foram filhos de emigrantes.

Esta enorme sangria demográfica nacional é na grande maioria dos casos por razões salariais ou de realização pessoal.

Faltam-nos empresários do século XXI, ligados ao conhecimento e à evolução tecnológica que retenha os melhores e possa competir nos salários e na realização pessoal com os países mais desenvolvidos.

Há muito que defendo a criação de uma bolsa financeira sedutora durante um ano para os 5.000 melhores alunos universitários que anualmente terminam os seus cursos. São cerca de 10 porcento dos que terminam.

Esse ano de bolsa seria para os que na sua área tivessem e desenvolvessem uma ideia para a instalação de empresas ligadas ao conhecimento e à modernização nacional.

Um júri competente selecionava as melhores ideias para o País e o Estado através dos biliões e biliões que recebe dos fundos comunitários, garantia o seu financiamento. Mesmo que só aproveitassem 1.000 projetos ao fim da legislatura teríamos 4.000 novos empresários ligados ao século XXI.

A médio prazo a sangria demográfica era atenuada, a realização pessoal incentivada e os fundos comunitários investidos no progresso. Um País cada vez mais um lar da terceira idade era rejuvenescido.

04/06: Há um cocktail político explosivo em marcha da extrema-direita que nos cerca. Leio que o xenófobo, nacionalista e alienado Trump, presidente da maior potência económica mundial, promete um acordo comercial fenomenal com o Reino Unido, após o Brexit. O protecionismo nacionalista prega-

do até á exaustão foi agora para o caixote do lixo. O ódio à Paz, Liberdade e Solidariedade é a ideologia reinante de políticos canalhas eleitos por canalhas alienados e está em marcha.

02/06: A cobardia política é a principal inimiga de uma Democracia transparente, responsável e amiga dos cidadãos. É com espanto que o meu Partido, o da Liberdade, da Solidariedade e da defesa intransigente dos direitos fundamentais dos cidadãos ,após se ter oposto às pretensões das corporações mais privilegiadas num País com profundas desigualdades sociais com a ajuda do Partido que se intitula defender a classe operária, aumentem ainda mais os privilégios a uma das corporações mais privilegiadas e sem garantirem qualquer controle democrático. O Estado de Direito está hoje reduzido aos julgamentos populares na praça pública com as condenações garantidas muito antes de passarem pelos tribunais. É um PREC incompatível com uma Democracia transparente e respeitadora dos direitos fundamentais dos cidadãos constitucionais que só a cobardia política permite e premeia.

30/05: Uma Democracia com poucos democratas. Leio sem espanto que dois terços dos organismos públicos não prestam contas públicas. Que o Banco de Portugal não cumpre a sua função de supervisão do sistema financeiro e nega-se a prestar publicamente a dimensão do seu falhanço. Que o fisco e o Ministério Público avidamente transformaram a justiça e o Estado de Direito num folclore comercial diário da informação pública, violando com o aplauso ou silêncio dos falsos democratas os direitos constitucionais fundamentais dos cidadãos.

Não há nenhuma Democracia transparente e responsável que resista com credibilidade sem o funcionamento do contrapoder democrático do escrutínio público.

Resta-nos viver por falta de coragem dos democratas, com abusos de poder permanentes, negação total dos ideais de uma Democracia transparente e responsável.

É urgente, urgentíssimo, democratizar os poderes e os contrapoderes instalados para penalizar publicamente sem dó nem piedade todos os abusos de poder.

14/05: Os meus agradecimentos ao Berardo por ter exposto em público como funciona o sistema financeiro. Eu compro ações, tu emprestas-me o dinheiro e eu dou-tas como caução. Se ganhar dinheiro com a compra o lucro é meu, se perder és tu que pagas.

Um investimento produtivo falhado pode ter uma desculpa, um casino onde a roleta é à borla e és tu que pagas se não te sair a sorte grande é um enorme e criminoso abuso de confiança. Berardo com um descaramento nunca visto em Portugal explicou como funciona a economia de casino do sistema financeiro.

Campos com Filipe Barroso

A entidade reguladora independente do sistema financeiro, o Banco de Portugal cala-se, a justiça independente do poder político faz ouvido de mercador. Quem paga tanta independência das corporações somos todos nós.

A democratização transparente e responsável do funcionamento das corporações é uma grande urgência para quem ama a Democracia. O Berardo deu uma ajuda para os que pensam.

10/05: Como democrata leio o discurso do novo presidente do Supremo e do Conselho Superior da Magistratura e aumentam as preocupações da incapacidade dos políticos urgentemente democratizarem tal corporação.

É um órgão da soberania nacional cada vez mais omnipotente que coloca em risco os direitos, liberdades e garantias constitucionais dos cidadãos.

Afirma o presidente que é ilegal a divulgação reiterada, através dos meios de comunicação social, de

FOTO: BIANCA ZEPA

processos disciplinares ou inquéritos a juízes que na prática são inexistentes.
Esqueceu-se do mais importante que são os julgamentos populares praticamente diários de cidadãos promovidos pela própria corporação que são uma violação dos direitos fundamentais constitucionais dos cidadãos. Mais Democracia transparente e responsável é um urgente imperativo nacional.
09/05: As três maiores potências mundiais trabalham politicamente diariamente e arduamente para destruírem o projeto europeu de Paz, Liberdade e Solidariedade entre Povos e Pessoas.
Cada uma com a sua estratégia bem definida de como pretendem dominar o Mundo. O projeto europeu é um grande empecilho com valores universais únicos bem definidos. Infelizmente as grandes potências têm muitos seguidores políticos inocentes úteis na Europa e em Portugal.
São políticos com distúrbios mentais que não aprenderam nada com a história de violência e opressão da Europa.
Em Portugal quando os ouço revolto-me e esqueço-me que a estupidez humana não tem limites. E infelizmente por cá são cada vez mais com a benevolência criminosa de quem ama a Liberdade.
02/05 António Costa diz que as PPP não são a questão central da saúde. Como o acompanho, vivendo no interior onde o SNS é uma grande miragem e onde vive a população mais envelhecida do País.
Eu sou um grande privilegiado, vivo a 80km de um hospital central ou de uma auto estrada. Há concelhos no interior ainda mais discriminados.
A prioridade das prioridades políticas é garantir o direito de acesso em pé de igualdade à saúde de todos os portugueses. O resto é pura demagogia.
27/04: Uma mentira divulgada vezes sem conta torna-se uma verdade agora com a colaboração populista de instituições democráticas.
Esta dos Presidentes de Câmara e instituições de voluntários serem constituídos arguidos por não conseguirem apagar a tragédia anual dos fogos é de um populismo justiceiro inaceitável. Eles é que são os responsáveis por termos o record do mundo das áreas ardidas em relação à dimensão do País?
Parem com esta demagogia justiceira populista insuportável, discutam, ataquem as causas e os enormes interesses instalados.
23/04: Ontem no jantar comemorativo dos 46 anos da fundação do PS meia dúzia de jovens invadiram o recinto para lutarem por uma causa nobre, a defesa da casa de todos nós, o planeta. Valeu a pena deslocar-me 600Km para assistir a este pequeno mas simbólico protesto. Numa juventude adormecida sem lutar contra o Mundo de interesses instalados que lhes destrói o futuro foi um minuto que me recordou com saudade a rebeldia da minha juventude.
19/04: Temos mais de 85.000 desempregados com formação superior. São cerca de 25 por cento dos desempregados.
É um dos grandes milagres de Abril o investimento na educação.
Falta haver o milagre de mudar a mentalidade retrógrada nacional herdada do passado. No século da grande revolução do conhecimento damos-nos ao luxo de exportá-lo ou mantê-lo no desemprego.
A revolução da mentalidade passa pela revolução da política nacional contra os interesses retrógrados instalados no século XX.
Os baixos níveis salariais baseados numa economia de baixo valor acrescentado devem ser substituídos pela economia de alto valor acrescentado, ligada ao conhecimento e à inovação. Não interessa neste século a percentagem do desemprego, interessa se quisermos cuidar do futuro a alta qualidade do emprego. Hoje temos tudo, falta ter a coragem e a determina-

FOTO: RICARDO CAMPOS

ção de dar prioridade a lançar uma revolução contra a mentalidade retrógrada herdada do século passado.
14/04: Aprendi com dois amigos íntimos, Mário Soares e Miguel Torga, que muito para além da lógica do raciocínio em relação ao futuro havia sempre a lógica do imprevisível em que eles eram mestres.
Ao ouvir as críticas feitas ao PEC apresentado hoje em Bruxelas por Centeno para o período de 2020-2023 todos os políticos têm certezas sobre o futuro.
O mais sensato se o houvesse era os políticos populistas serem mais comedidos e preverem a possibilidade do imprevisível no futuro.
Ainda hoje o Mundo perdeu um grande marco histórico que era imprevisível perder.
14/04: O Brasil foi a primeira colónia portuguesa a conseguir a sua independência no século XIX. Em pleno século XXI torna-se agora numa colónia americana.
O departamento de justiça americano aplicou uma multa de 2.5 biliões de reais à Petrobras. O valor dessa multa foi clandestinamente negociado para uma fundação dirigida pelo Ministério Público brasileiro.
Em nome da Lava Jato contra a corrupção endémica há um golpe político e ninguém prende os autores desta negociata que desmascara a independência do poder judicial brasileiro. Bolsonaro visitou recentemente Trump e colocou-lhe à disposição os principais recursos naturais do Brasil.
O conluio de interesses entre a justiça comandada por Moro, hoje Ministro da justiça do lacaio americano Bolsonaro e o poder justificam a prisão de Lula, o melhor Presidente da história do Brasil.
O golpe evitou a reeleição de Lula e os americanos colonizaram no século XXI o Brasil. Há Povos suicidas que não aprendem com a história.
11/04: A cobardia paga-se caro na política. A crise financeira mundial de 2008 não serviu de lição aos políticos nacionais.
Devia ter servido para qualquer governo não voltar a ser acusado e pagar a falência, escondida pela entidade responsável de os fiscalizar, dos bancos.
São julgados publicamente pela sua cobardia de não assumirem politicamente a defesa de Institui-

ções responsáveis e transparentes na Democracia. O que se passa no sistema financeiro, na justiça ou se passou nas privatizações só é possível porque os contra poderes não são democráticos, transparentes e responsáveis. Esta cobardia de não democratizar as corporações e afrontar os grandes interesses instalados custa-lhes caro e destrói a credibilidade da Democracia.
06/04: O cerco da extrema-direita aperta e deve alertar a consciência de quem ama a Liberdade. Na Pátria do fascismo de Matteo Salvini sob a batuta estratégica de Steve Bannon, ex-conselheiro político de Trump, hoje aglutinador europeu do novo fascismo do século XXI.
Vomitam ódio, fanatismo nacionalista, desprezo pela Paz, Liberdade e Solidariedade entre Povos e Pessoas. As fraquezas da Democracia, que como dizia Churchill é a pior forma de governo com exceção de todas as demais, são exploradas ao máximo e vendidas para acéfalos que não aprenderam nada com a história.
Por cá em vez da discussão de fazer frente às fraquezas da própria Democracia vamos arrasando as já débeis e jovens instituições democráticas.
04/04: E se discutíssemos política a sério. O País bem precisa e todos agradecíamos. Como prestigiamos as instituições, tornando-as transparentes, responsáveis e democráticas criando contrapoderes que denunciem os permanentes abusos de poder das poderosas corporações instaladas?
Ouvir os contrapoderes dos Presidentes do Banco de Portugal ou o dos sindicatos da justiça coniventes com os poderes instalados assusta qualquer amante da Democracia transparente e responsável.

Como dinamizar uma economia de valor altamente acrescentado que permita competir a nível salarial com os países mais evoluídos?
Temos uma geração competente, mas infelizmente por falta de ambição e de mentalidade uma boa parte emigra.
A reestruturação fundiária do minifúndio para fomentar a agricultura seria a melhor opção para combater os incêndios e recuperar a economia.
Nenhum País tem mais de metade do seu território abandonado, etc.
As causas para uma política séria num País carenciado são ilimitadas.
Num País de casos era fundamental que a política fosse a discussão e defesa das grandes causas. São tantas e tão importantes para quem ama a Democracia que superam de longe os casos de circunstância.
02/04: Vejo uma reportagem dos novos escravos do Alentejo. Há dias um reputado técnico agrícola nacional que teve a gentileza de vir almoçar comigo e tinha estado na zona de Odemira tinha contabilizado milhares de trabalhadores de 23 nacionalidades de países paupérrimos a viverem em condições desumanas e ultrajantes.
Num País em desertificação e envelhecimento acelerado resta-nos abrir as fronteiras aos imigrantes, mas com respeito pela dignidade humana.
A defesa da dignidade da pessoa humana nunca foi a nossa principal cultura política. A mentalidade retrógrada nacional herdada de um passado histórico é ainda um grande obstáculo civilizacional a ultrapassar.
27/03: A estupidez humana não tem limites. Estamos perante uma vaga de calor e a preocupação agora são os incêndios e a partir de 5 de Abril estaremos perante uma vaga de frio e a preocupação vão ser os elevados estragos na agricultura.
As alterações climáticas são uma realidade indiscutível que colocam em risco a humanidade. Num País onde mais de 50 porcento do seu território ou está abandonado ou revestido de bosques, que pomposamente apelidam de floresta, enxameado com espécies altamente amigas do fogo, o álibi encontrado que sossega a consciência e a desculpa de muitos são os incendiários.
Um dos grandes travões aos incêndios é a dinamização rápida da área agrícola. Na negociação da PAC a questão dos seguros agrícolas e da retenção ou captação da água são uma questão de vida ou de morte para o sector.
As alterações climáticas crescentes com a ganância e a estupidez humana existentes estão mais que garantidas.

António Campos é membro fundador do Partido Socialista, foi deputado na Assembleia da República, eurodeputado no Parlamento Europeu e integrou os governos de Mário Soares. Prefaciou "O Socialismo e o PS em Portugal" (Âncora Editora, 2017). Desde 1996, pertence ao Conselho Geral da Fundação Mário Soares.

Da ESCOLA sem partido à ESCOLA com slogan

O maior paradigma do governo de Jair Bolsonaro é o da autoproclamação como "governo sem ideologia". Sabendo-o decalcado da esteira ideológica de Donald Trump, por via de Olavo de Carvalho, filósofo residente nos Estados Unidos e considerado o "ideólogo de Bolsonaro", o homem que se orgulha de ter feito a direita brasileira "sair do armário", Ernesto Fraga Araújo, responsável pelo Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos do Itamaraty, um trumpista convicto e defensor dos ideais da extrema-direita, e Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da educação e teólogo, o governo de Bolsonaro é, com efeito, ultraideológico.

Mas, onde está o problema da ideologia? Com o regresso da bipolarização das relações internacionais dos anos de 1980, com uma recomposição da Guerra Fria agora ao nível dos mercados e dos recursos como o petróleo, movimentações políticas que se jogam, hoje, na Venezuela, a ideologia passou a operar, em certas franjas políticas e sociais, como uma categoria classificatória negativa. Contudo, é precisamente a perceção de que o espetro político ao centro, na Europa, se esvaziou de princípios ideológicos para poder permanecer dentro daquilo que chamamos de "arco de governação" que tem permitido o crescimento de movimentos e partidos políticos nos extremos, com maior enfoque na extrema-direita. Em rigor, um governo ou partido político ausente de ideologia produz o mesmo efeito que um pombal sem porta. A ideologia existe para demarcar, claramente, as fronteiras de pensamento de determinado ator político, seja individual seja coletivo.

Qual é, então, o problema com a «ideologia» no governo Bolsonaro? No contexto político-social brasileiro vigente, o termo ideologia comporta uma dimensão muito específica, fruto da transposição da América conservadora à classe média e média-alta brasileiras, e que se prende, especificamente, com as agendas ditas de "esquerda", como sejam, o racismo ou os direitos lgbti. No caso do Brasil, tanto a questão racial quanto a questão lgbti confrontam a narrativa brasileira da pluralidade, expondo de forma muito evidente como o Brasil jamais resolveu a questão da inclusão dos negros na sociedade e o conservadorismo profundo de um país que tem a maior comunidade lgbti do Ocidente e a maior taxa de violência sobre a mesma, índice ao qual se junta a violência sobre as mulheres.

Ora, no governo de Bolsonaro encontramos o racismo, a homofobia e a misoginia plasmadas como programa ideológico. Mais, a reboque do republicanismo trumpista e da extrema-direita europeia, e fermentado no caldeirão da poderosa franja evangélica, o governo Bolsonaro pretende combater uma tal de "ideologia de género", uma espécie de conspiração mundial da "esquerda" para converter todas as crianças do mundo à homossexualidade. A histeria coletiva em torno da questão da sexualidade, tornando-a agenda ideológica deste governo, está patente nas afirmações de Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, de que turistas viajam para o Brasil para fazer sexo com animais, ou de que na Holanda os pais masturbam os bebés a partir dos sete meses de idade. A agenda parece evidente: demonizando tudo ao redor é possível construir uma ideia de Brasil como reino de Deus na terra.

A escola sem partido, mas com slogan

Neste quadro de combate à ideologia, que traduz, percebe-se, um combate à ideologia das pluralidades próprias da "esquerda", que na prática seria o combate ao socialismo, e assim ao legado do Partido dos Trabalhadores (PT), surgiu o projeto "escola sem partido". Sob a promessa de combater a doutrinação nas escolas, promovendo a livre consciência dos alunos, o projeto visa, com efeito, a erradicação de professores e valores socialistas, fomentando a perseguição política e, ao abrigo da purificação ideológica, preparar terreno para a doutrinação inversa: a da extrema-direita evangélica, com o amor e obediência à pátria e a sujeição à Bíblia. No fundo, o projeto "escola sem partido" traduz a ideia de escola sem um partido: o PT. Dúvidas houvesse sobre o que o projeto traduz, o Ministério da Educação (MEC) deu ordens para que nas escolas as crianças cantassem o hino nacional e fosse declarado o slogan da campanha de Jair Bolsonaro: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.", sendo que o momento deveria ser filmado e enviado para o ministério (decisão, entretanto, revogada por motivos técnicos, ou seja, legais) a fim de permitir a divulgação ao abrigo do programa de doutrinação em curso.

Compreende-se, portanto, que a reboque de um suposto perigo vermelho, que transporta aspetos polutos para a sociedade, como a "ideologia de género", o Brasil conseguiu enfatizar, através da eleição de Bolsonaro, a agenda da extrema-direita, com as particularidades brasileiras do puritanismo evangélico.

João Ferreira Dias é Doutor em Estudos Africanos ISCTE-IUL, Mestre em História e Cultura das Religiões pela FLUL e doutorado em estudos africanos e investigador do CEI-IUL.
www.joaoferreiradias.net

FOTO: ALAN SANTOS

DESCENTRALIZAÇÃO nas autarquias

Um dos projectos bandeira do actual governo é a descentralização de competências nas autarquias locais. Numa lógica de desconcentração de poder, e sob a égide da eficiência do uso de recursos e criação de políticas de proximidade mais eficazes, o Governo promoveu a descentralização sobre áreas tão diversas como a Saúde, a Educação ou até a Segurança Alimentar. *Fábio Romão Morgado*

Contudo, a bonomia do legislador esbarra quando é confrontado com a realidade. Desde a mera passagem da gestão de edifícios, tendo as autarquias locais de arcar com as despesas de funcionamento, sem garantir um papel efectivo de integração de políticas locais mais reforçadas nas áreas da Saúde, por exemplo, passando pela consagração de efectivos poderes de fiscalização de segurança alimentar no Presidente da Câmara Municipal, indo até à possível entrega às Juntas de Freguesia de poderes de decisão sobre queimas, queimadas e lançamento de foguetes, omitindo que são necessários recursos humanos e financeiros e até noção dos territórios geridos para a concretização de tudo o que se pretende.

Da análise dos diplomas, apesar de existirem a concretização de anseios antigos das autarquias, deparamo-nos com um facto assustador, a falta de noção da realidade e do território por parte do Estado Central. Bem sabemos que a bitola utilizada, as autarquias da capital e arredores, não pode nem deve ser o modelo a aplicar por decreto por todo o País. Importa trazer à colação um leque alargado de dirigentes locais que possam dar uma visão abrangente dos desafios que se debatem nos seus territórios, integrando assim uma descentralização de competências a mais que uma velocidade, tendo sempre em conta as assimetrias regionais que são conhecidas.

A presente reforma-bandeira só terá sucesso quando se abandonar a visão redutora do que é e deverá ser uma autarquia local em qualquer ponto do País, procurando dignificar o papel que a unidade territorial do Estado mais próxima das populações dando as ferramentas, poderes e competências para responder de forma eficaz às necessidades das suas populações.

Fábio Romão Morgado é autarca, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Responsabilizar TODOS os cidadãos

Nós, cidadãos europeus de diferentes origens e países, exigimos hoje uma profunda transformação das instituições e das políticas europeias. Este Manifesto contém propostas concretas, em particular um projeto de Tratado de Democratização e um projeto de Orçamento, que podem ser adotados e aplicados tal qual pelos Estados que desejem avançar nesse sentido, sem que nenhum outro país os possa bloquear.

Estes documentos podem igualmente ser assinados online (www.tdem.eu) por todos os cidadãos europeus que se reconheçam no seu conteúdo. Podem enfim ser assumidos, trabalhados e melhorados por todas as forças políticas.

Depois do Brexit e da eleição de governos antieuropeus à frente de vários Estados-Membros, deixou de ser possível continuar como antes e limitarmo-nos a esperar pelos próximos abandonos e pelos próximos enfraquecimentos da UE sem alterar fundamentalmente o funcionamento e as políticas europeias actuais.

O nosso continente está hoje encurralado entre movimentos políticos cujo único programa é a caça aos estrangeiros e aos refugiados – que começaram já a pôr em prática – e partidos que se dizem europeus, mas que, no essencial, continuam a imaginar que o liberalismo puro e duro e a competição

generalizada entre tudo e todos (Estados, empresas, territórios, indivíduos) são suficientes para definir um projeto político, sem perceberem que é justamente a falta de ambição social que alimenta o sentimento de abandono.

Alguns movimentos sociais e políticos estão a tentar romper este dilema mortal, procurando o caminho de uma refundação política, social e ambiental da Europa. Situações de emergência não faltam no final de uma década de crise: falta de investimento público estrutural, particularmente na área da formação e da investigação, aumento das desigualdades sociais, aceleração do aquecimento global, crise do acolhimento dos migrantes e refugiados, etc.. No entanto, esses movimentos sentem frequentemente dificuldades em formular um projeto alternativo concreto, isto é, em descrever precisamente como desejariam organizar a Europa do futuro e a tomada de decisões democráticas no seio desta.

Nós, cidadãos europeus, colocamos na praça pública propostas concretas através deste Manifesto, deste Tratado e deste Orçamento. São projectos imperfeitos, mas têm o mérito de existir e todos podem aproveitá-los para os melhorar. Baseiam-se numa convicção simples: a Europa deve construir para os seus cidadãos um modelo original de desenvolvimento social, equitativo e sustentável e só será capaz de os convencer disso abandonando as promessas vagas e teóricas. A Europa só se reconciliará com os seus cidadãos se der provas concretas de que é capaz de estabelecer a solidariedade entre os europeus e de fazer contribuir equitativamente os que ganham com a globalização para o financiamento dos bens e serviços públicos cuja falta se sente hoje de forma cruel. Por outras palavras, fazer com que as grandes empresas contribuam mais do que as pequenas e médias e os contribuintes mais ricos mais do que os mais modestos, o que não acontece actualmente.

POINTS ESSAIS
CHANGER L'EUROPE, C'EST POSSIBLE !
UN MANIFESTE PORTÉ PAR PLUS DE 100 000 SIGNATAIRES

As nossas propostas baseiam-se na criação de um Orçamento de Democratização, discutido e votado por uma Assembleia Europeia Soberana, que poderá finalmente dotar a Europa de um poder

Thomas Pikety na conferência Fronteiras do Pensamento, São Paulo.

Foto: Greg Salibian

público capaz de enfrentar de imediato as emergências europeias e, ao mesmo tempo, produzir um conjunto de bens públicos no âmbito de uma economia sustentável e solidária. Só assim poderemos enfim dar sentido à promessa feita no Tratado de Roma de "equalização no progresso das condições de vida e de trabalho".
Este orçamento, se a Assembleia Europeia assim o decidir, será financiado por quatro grandes impostos europeus, sinais concretos desta solidariedade europeia: sobre os lucros das grandes empresas, sobre os rendimentos elevados (superiores a 200 000 euros por ano), sobre os grandes patrimónios (de mais de 1 milhão euros), e sobre as emissões de carbono (com um preço mínimo de 30 euros por tonelada, a actualizar anualmente). Se o montante total destes novos impostos europeus for fixado em 4% do PIB, como propomos, o orçamento poderá financiar a investigação, a formação e as universidades europeias, um ambicioso programa de investimentos para transformar o modelo de crescimento, o acolhimento dos migrantes e acompanhar os atores dos processos de transformação. Ao mesmo tempo, permitirá criar uma margem de manobra orçamental aos Estados-Membros para reduzirem a carga fiscal regressiva sobre os salários ou sobre o consumo.
Não se trata aqui de criar uma "Europa de transferências" que visaria retirar dinheiro de países "virtuosos" para o dar àqueles que o seriam menos. O projecto de Tratado de Democratização afirma-o explicitamente ao limitar a diferença entre as despesas recebidas e as receitas pagas por um país a um limite de 0,1% do seu PIB. Este limite poderá ser aumentado se houver consenso a este respeito, mas o verdadeiro desafio é outro: é principalmente o de reduzir as desigualdades internas de cada país e investir no futuro de todos os europeus, a começar, naturalmente, pelos mais jovens, sem favorecer nenhum país em especial. Esse cálculo exclui as despesas e os investimentos realizados num país para atingir um objectivo de interesse comum que beneficie igualmente todos os outros, tais como os afectados à luta contra o aquecimento global. Na medida em que apoiará bens públicos europeus que aproveitam da mesma forma a todos os Estados-Membros, este Orçamento de Democratização induzirá de facto um efeito de convergência entre os estados europeus.
Porque esta acção tem de ser rápida e temos de fazer sair a Europa da sua teia tecnocrática, propomos a criação de uma Assembleia Europeia com competência para debater e votar os novos impostos europeus e o Orçamento de Democratização sem que seja necessário, numa primeira fase, alterar todos os tratados europeus.
A Assembleia Europeia deverá naturalmente dialogar com os órgãos de decisão atuais (em particular o Eurogrupo que reúne informalmente todos os meses os ministros das finanças da zona euro), mas é ela que, em caso de desacordo, terá a última palavra. Disto depende a sua capacidade para se transformar num novo espaço político transnacional no qual os partidos, os movimentos sociais e as ONGs possam finalmente recuperar o controle das decisões. Mas esta competência de decisão final é também uma

Foto: Yuri Rymko

condição necessária à sua eficácia, até porque é fundamental fazer sair a Europa da eterna estagnação das negociações intergovernamentais. Recordemos o facto de que a regra da unanimidade fiscal em vigor na UE bloqueia há anos a adopção de qualquer imposto europeu e alimenta a eterna fuga para a frente do dumping fiscal em favor dos mais ricos e dos mais móveis, que persiste ainda hoje e continuará a existir, apesar de todos os belos discursos, enquanto não forem adoptadas novas regras de decisão.

Porque esta Assembleia Europeia será competente para lançar impostos e penetrar por isso na essência do pacto democrático, fiscal e social dos Estados-Membros, é fundamental envolver os deputados dos parlamentos nacionais e europeu. Ao conceder um lugar central aos primeiros, transformaremos de facto as eleições nacionais em eleições europeias: os deputados nacionais não poderão continuar a desculpar-se com as decisões tomadas em Bruxelas e não terão outra escolha que não seja a de explicar aos eleitores os projetos e orçamentos que pretendem defender na Assembleia Europeia. Ao reunir deputados nacionais e europeus numa mesma Assembleia, criaremos práticas de co-governanção que existem hoje apenas entre os chefes de Estado e os ministros das finanças.

É por isso que propomos, no Tratado de Democratização – que está disponível online (www.tdem.eu) -, que 80% da Assembleia Europeia seja constituída por deputados dos parlamentos nacionais dos países que aderiram ao Tratado (proporcionalmente ao número de habitantes e à representação política de cada um) e os restantes 20% por membros do actual Parlamento Europeu (proporcionalmente aos grupos políticos). Esta escolha merece uma ampla discussão. Em particular, o nosso projeto também poderia funcionar com uma proporção menor de deputados nacionais, por exemplo, 50%. Mas se esta proporção se tornar demasiado baixa, então a Assembleia Europeia poderá, na nossa opinião, ter menos legitimidade para comprometer todos os cidadãos europeus no caminho de um novo pacto social e fiscal e o aparecimento de conflitos de legitimidade democrática entre eleições nacionais e eleições europeias poderia minar rapidamente o projeto.

Agora é o momento de agir com rapidez. Se é desejável que todos os países da União Europeia adiram rapidamente a este projecto e se é preferível que os quatro maiores países da zona euro (que juntos representam mais de 70% do PIB e da população da zona) o adoptem de imediato, desde o início, o projeto foi concebido para poder ser juridica e economicamente adotado e aplicado por qualquer subconjunto de países que o desejem. Este aspecto é importante porque permite aos países e movimentos políticos dispostos a avançar desde já de forma concreta no caminho proposto adoptarem imediatamente este projeto ou uma forma melhorada do mesmo. Apelamos a todas e todos a assumirem as suas responsabilidades e a participarem num debate preciso e construtivo para o futuro da Europa.

O projecto do Manifesto foi coordenado por Manon Bouju, Lucas Chancel, Anne-Laure Delatte, Stéphanie Hennette, Thomas Piketty, Guillaume Sacriste e Antoine Vauchez e pode ser consultado www.tdem.eu

A concentração de riqueza conduz ao novo IMPERIALISMO GLOBAL

As mudanças de regime no Iraque e na Líbia, a guerra na Síria, a crise na Venezuela, as sanções a Cuba, Irão, Rússia e Coreia do Norte reflectem o novo imperialismo global imposto por um núcleo de nações capitalistas em apoio a triliões de dólares em riqueza acumulada pelos investidores.

Esta nova ordem mundial do capital massivo tornou-se num império totalitário de desigualdade e repressão.

Os 1% do globo, constituídos por mais de 36 milhões de milionários e 2.400 bilionários, aplicam o seu excedente de capital em empresas de gestão de investimentos como a BlackRock e o J.P. Morgan Chase. As dezassete principais empresas de gestão destes triliões de dólares controlavam 41,1 triliões de dólares em 2017. Estas empresas investem todas directamente umas nas outras e são geridas por meras 199 pessoas que decidem como e onde investir este capital global. O seu principal problema é possuírem mais capital do que as oportunidades de investimentos seguros actualmente existentes, o que dá azo a arriscados investimentos especulativos, a um aumento com os custos de guerra, à privatização dos bens públicos e a pressionar para que se criem novas oportunidades de investimento deste capital por intermédio da mudança de regimes políticos.

As elites do poder que apoiam o investimento de capitais estão colectivamente imiscuídas num sistema de crescimento obrigatório. O falhanço do capital em continuar a atingir um crescimento contínuo leva à estagnação económica, o que pode resultar em depressão, em quebras bancárias, em colapsos de moeda e desemprego em massa. O capitalismo é um sistema económico que inevitavelmente se autoajusta por intermédio de contracções, recessões e depressões.

As elites do poder estão encurraladas numa rede de crescimento forçado que requer uma gestão global constante e a formação de oportunidades de investimento de capital em constante crescimento. Este crescimento forçado tornou-se num destino manifesto a nível mundial que procura o domínio total do capital em todas as regiões da Terra e além.

Sessenta porcento do núcleo duro dos 199 gestores da elite do poder global são naturais dos EUA, sendo este balanço arredondado por pessoas de vinte nações capitalistas. Estes gestores da elite e os um porcento que lhes estão associados participam activamente nos grupos de políticas globais e nos governos. Trabalham como conselheiros do FMI, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial, no Banco de Pagamentos Internacionais, na administração da Reserva Federal, nos G7 e G20. A maior parte deles participa no Fórum Económico Mundial. As elites do poder envolvem-se activamente nos conselhos privados para a política internacional, tais como o Grupo dos Trinta, a Comissão Trilateral e o Conselho Atlântico. Muitos dos membros da elite global dos EUA são membros do Conselho para Relações Estrangeiras e da Business Roundtable. O foco crucial destas elites do poder é proteger o investimento de capitais, assegurar o pagamento da dívida e criar oportunidades para aumentar o seu retorno financeiro.

A elite do poder global está ciente da sua existência como minoria numérica no vasto mar da humanidade empobrecida. Cerca de 80% da população mundial vive com menos de dez dólares por dia e metade desta vive com menos de três dólares diários. A concentração do capital global tornou-se no alinhamento institucional que levaram os capitalistas transnacionais a transformarem-se num imperialismo global facilitado pelas instituições económicas/de comércio e protegidas pelo império militar dos EUA/NATO. Estas concentrações de riqueza trouxeram-nos uma crise na humanidade, na qual a pobreza, a guerra, a fome, a alienação em massa, a transformação da comunicação social em propaganda e a destruição ambiental atingiram níveis que ameaçam o futuro da humanidade.

O ideal de Estados-nação independentes e soberanos foi durante muito tempo considerado como sacrossanto nas economias liberais capitalistas convencionais. Contudo, a globalização impôs um novo conjunto de exigências ao capitalismo que requerem que os mecanismos transnacionais apoiem o crescimento perpétuo do capital que está cada vez mais para lá das fronteiras dos Estados individuais. A crise financeira de 2008 foi um reconhecimento da ameaça ao sistema do capital global. Estas ameaças encorajam o abandono por atacado dos direitos dos Estados-nação e a formação de um imperialismo global que reflicta os prenúncios da nova ordem mundial para proteger o capital transnacional.

As instituições no seio dos países capitalistas, entre elas os ministérios governamentais, as forças de defesa, as agências de espionagem, o sistema judicial, as universidades e os corpos representativos, reconhecem em vários graus que as exigências cada vez maiores do capital transnacional ultrapassam as fronteiras dos Estados-nação. O novo alcance mundial motivou uma nova forma de imperialismo global que se evidencia pelas coligações das nações do núcleo duro capitalista que se envolveram e envolvem nos actuais esforços para mudanças de regime por via de sanções, acções encobertas, coacções e guerra com as nações não cooperantes – Irão, Iraque, Síria, Líbia, Venezuela, Cuba, Coreia do Norte e Rússia.

A tentativa de golpe na Venezuela demonstrou o alinhamento dos Estados que apoiam o capital transnacional no reconhecimento das forças da elite que se opõe à presidência socialista de Maduro. Está aqui em acção um novo imperialismo global, no qual a soberania da Venezuela é abertamente minada por uma ordem imperial do capital mundial que procura não só controlar o petróleo da Venezuela, mas também a plena oportunidade para atingir investi-

mentos amplos por intermédio de um novo regime. A disseminação em massa da negação do presidente eleito da Venezuela por parte da comunicação social empresarial demonstra que essa comunicação social é propriedade de, e controlada pelos ideólogos da elite do poder global. A comunicação social empresarial actual encontra-se extremamente concentrada e é completamente internacional. O seu principal objectivo é a promoção da venda de produtos e da propaganda pró-capitalista por intermédio do controlo psicológico dos desejos, emoções, crenças, receios e valores humanos. A comunicação social empresarial atinge isto através da manipulação das emoções e da percepção dos seres humanos à escala global, e ao promover o entretenimento como distracção das desigualdades globais.

Reconhecer que o imperialismo global é uma manifestação da concentração de riqueza, gerida por umas parcas centenas de pessoas, é crucial por parte dos activistas democráticos e humanistas. Temos que nos basear na Declaração Universal dos Direitos do Homem e desafiar o imperialismo global, os seus governos fascistas, a sua propaganda mediática e os exércitos do império.

Peter Phillips é professor de Sociologia Política na Universidade Estatal de Sonoma. Giants: The Global Power Elite, 2018, publicado pela Seven Stories Press é o seu 18º livro. Dá aulas nos cursos de Sociologia Política, Sociologia do Poder, Sociologia da Comunicação Social, Sociologia das Conspirações e Sociologia de Investigação. Foi director do Project Censored entre 1996 e 2010 e presidente da Media Freedom Foundation entre 2003 e 2017. É investigador associado do Centre for Research on Globalization (CRG)

Contra Cultura

[SUGESTÕES DE LEITURA]

SELECÇÃO DE FLÁVIO GONÇALVES

O que eu Ouvi na Barrica das Maçãs
de Mário de Carvalho

Reconhecido como um dos mais importantes escritores portugueses da actualidade, a sua faceta de cronista passou despercebida à maior parte dos leitores; daí esta selecção das suas melhores crónicas publicadas nas décadas de oitenta e noventa do século passado no "Público" e no "Jornal de Letras". Delas emergem o ficcionista, o cidadão, o comunicador e o memorialista, em textos que alguns diriam proféticos e, nas palavras de Francisco Belard: "testemunhos de um largo campo de assuntos, abordagens, dimensões e estilos, através de eras e lugares, sinais de um escritor que declaradamente prefere viajar no discurso e decurso do tempo e do espaço doméstico a fazê-lo em itinerários geográficos, programados e turísticos. Por tudo isto [...], os leitores dos romances o vão reencontrar em mudáveis cenários e perspectivas, de outros pontos de vista, na familiaridade e na estranheza diante do seu mundo, que faz nosso."

Edição: Porto Editora; 256 páginas, 15,50 €

Que fazer contigo, pá?
de Carlos Vale Ferraz

Que fazer contigo, pá? é uma história da História: a de Rúben, nome de código de um indistinto major de artilharia que veio a ser comandante da operação que pôs fim à longa ditadura portuguesa. Um homem que a mãe, descendente de D. António, Prior do Crato, considerou estar destinado a desempenhar o papel de um Salvador da Pátria, redimindo, a talhe de foice, o nome e os feitos do seu antepassado. Herói do 25 de Abril, derrotado do 25 de Novembro, Rúben envolver-se-á nas ações violentas que se seguiram à contrarrevolução. Por fim, abandonará os camaradas de luta para se exilar em Paris, deixando-os entregues à sua sorte. Na capital francesa encontrará um duplo, o Outro, com quem todos o confundem. O confronto é fatal: um dos homens morre, e o sobrevivente regressa à pátria para reconstituir o seu passado. No entanto, nem os antigos camaradas, nem os inimigos de sempre sabem o que fazer dele... Que fazer contigo, pá? é um romance corajoso, no qual Carlos Vale Ferraz venceu o Prémio Fernando Namora/2018.

Edição: Porto Editora; 168 páginas, 16,60 €

Reinventar a Democracia
de Manuel Arriaga

Não é um banqueiro ou grande empresário? Então provavelmente já terá percebido que os políticos não representam verdadeiramente os seus interesses. Por outras palavras: a democracia não está a funcionar. Da ocupação de Wall Street às manifestações nas ruas de Lisboa, aos confrontos em São Paulo ou em Atenas, milhões levaram para a rua o som das suas frustrações. Mas será que podemos realmente mudar alguma coisa? Em "Reinventar a Democracia" Manuel Arriaga leva-nos numa viagem global à procura de soluções. De Vancouver a São Petersburgo, de França à Austrália, descobrimos que há formas de reformar o mundo da política. À medida que viajamos e nos debruçamos sobre o que se passou nestes diferentes locais, exploraremos também algumas ideias chave das ciências sociais - da teoria política, sociologia e economia a resultados recentes na área da psicologia social e cognitiva - que nos ajudarão a entender por que razão os políticos que elegemos nunca nos irão representar. Breve e de fácil leitura, este livro convida os leitores a explorar 5 formas concretas e inovadoras de transformar a maneira como fazemos política.

Edição: Manuscrito Editora; 160 páginas, 12,90 €

Salvar o SNS
de António Arnaut e João Semedo

Listas de espera que não diminuem, centenas de milhares de utentes sem médico de família e insatisfeitos, taxas moderadoras pouco moderadas e que nada moderam, protestos recorrentes dos profissionais de saúde, médicos em fuga do SNS para os privados... São evidentes os problemas e as dificuldades que o Serviço Nacional de Saúde atravessa. Nesta obra, António Arnaut, "pai" do SNS, e João Semedo, médico e ex-coordenador bloquista, juntam-se para propor uma nova Lei de Bases da Saúde, que promete recuperar o SNS e devolver aos cidadãos uma saúde pública digna de uma democracia sã.

Edição: Porto Editora; 104 páginas, 11 €

Portugal Sem Medo
de Carlos Zorrinho

Os infelizes não protestam. Os indignados sim. Mas os indignados ainda estão acima da linha da dignidade. Têm uma dignidade posta em causa mas têm dignidade. Os que desceram esse limite também já não protestam. O exército de vontades para mudar Portugal é cada vez mais exíguo. Está tolhido de medo. É contra o medo que temos de lutar. É contra o medo que temos de retomar o papel central de Portugal no mundo. É contra o medo que este livro é publicado. Contra o medo e a favor do desenvolvimento, da dignidade e da felicidade.

Edição: Chiado Books; 134 páginas, 12 €

Portugal a Meia Haste
de Daniel Adrião

"Portugal a Meia-Haste - Os Últimos Dias de um Estado Vassalo" reúne os artigos e crónicas que Daniel Adrião publicou no jornal Público e na edição online da revista Sábado ao longo de 2015. O antigo jornalista e agora profissional na área das Tecnologias de Informação aborda, com a sua habitual frontalidade e coragem, os grandes temas que compõem a agenda noticiosa em Portugal e na Europa. Daniel Adrião é um inovador político e social, que procura ativamente contribuir para a renovação do sistema político e da construção europeia.

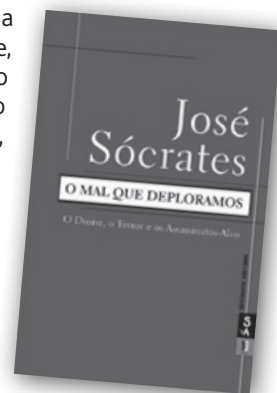
Edição: Capital Books; 150 páginas, 14 €

Quem Paga o Estado Social em Portugal?
de Raquel Varela (org)

"Este livro prova com números e factos que os trabalhadores portugueses contribuem para o Estado social o necessário para pagar a sua saúde, educação, bem-estar e infraestruturas." Os diversos artigos dos autores deste livro documentam o percurso que acompanhou a consolidação do Estado Social e a importância das contribuições dos cidadãos ao longo de décadas indicando que a solidariedade social é imperativa. Também se destacam as constantes ameaças das políticas neoliberais à consolidação do Estado Social sobretudo a partir da década de 80 em todo o mundo, e que se aprofundaram ainda mais a partir da atual crise que eclodiu em 2008. Um estudo que tenta analisar alguns dos principais equívocos associados às análises economicistas justificativas do fim do Estado Social tantas vezes evocadas como se se tratassem de uma força invencível da Natureza - o Estado-providência teria fim à vista por não ser financeiramente sustentável, por provocar monstruosos défices orçamentais, estagnação económica, crescimento da dívida pública, etc. (...) Este discurso neoliberal cria uma cortina de fumo sobre a realidade que importa aclarar.

Edição: Bertrand Editora; 472 páginas, 10 €

O Mal Que Deploramos
de José Sócrates

Há qualquer coisa de intuitivamente menos decente em matar à distância. E, no entanto, tem sido esse o percurso histórico da guerra - matar cada vez de mais longe. O drone veio introduzir novas categorias nessa distância da guerra. A primeira é a distância entre o combatente e a arma letal no campo de batalha. Esta é a distância física que é hoje intermediada pelo vídeo em tempo real. A moderna guerra wireless criou uma nova visualização da guerra e da contenda - já não há mapas e reconhecimento do terreno de batalha como antigamente, agora o combate é exposto no ecrã de forma cinemascópica e alimentado por ligações de satélite. A tecnologia "matou a distância que agora permite a morte à distância". Finalmente, há essa distância íntima entre o operador e o ecrã, entre o piloto e a imagem da vítima no visor. E, todavia, nenhuma destas categorias teria grande valor sem a outra distância essencial à guerra, a distância moral, a distância que a guerra inevitavelmente cria entre os combatentes, a distância que desqualifica e despersonaliza o outro lado, o inimigo - a distância que introduz a lógica do aniquilamento própria da guerra: não são como nós, são monstros".

Edição: Sextante Editora; 200 páginas, 16,60 €

Nudge, Um Pequeno Empurrão
de Richard Thaler e Cass Sunstein

Do vencedor do Prémio Nobel da Economia 2017, Richard H. Thaler, em co-autoria com Cass R. Sunstein, chega-nos um livro revelador sobre o modo como decidimos - e como podemos decidir melhor. Todos os dias tomamos decisões importantes - sobre a escola e saúde dos filhos, sobre o que compramos, o que comemos ou como investimos o nosso dinheiro. Infelizmente, muitas vezes tomamos más decisões. Um simples preconceito, ou uma leitura equívoca das probabilidades, podem levar a que percamos a perspetiva racional, e passemos a fazer escolhas que apenas nos prejudicam. "Nudge", a obra de referência do Prémio Nobel Richard H. Thaler - explica-nos o processo de decisão e como podemos aperfeiçoá-lo. Com recurso a décadas de experiências no campo da economia comportamental, os autores mostram-nos como usar a "arquitectura da escolha". Ou seja, como criar um ambiente óptimo que facilite a tomada de decisões certas. Um exemplo simples é a disposição da comida numa cantina escolar. Se os alimentos que estiverem mais à mão forem os melhores, é mais fácil os alunos escolherem a opção saudável. Por outras palavras, a decisão deles continua a ser livre, mas estão criadas as condições para que decidam melhor. E a regra aplica-se tanto a políticas estruturantes como às relações familiares ou laborais. Por outras palavras, um "pequeno empurrão" (nudge) pode fazer toda a diferença.

Edição: Lua de Papel; 368 páginas, 16,90 €

A Europa à Deriva
de Slavoj Žižek

A migração em massa e o terrorismo mergulharam o continente naquela que é a pior crise desde a Segunda Guerra Mundial. Para Slavoj Žižek, o Ocidente tem o direito a preservar os seus valores e modo de vida, mas não a dividir o mundo entre os que têm ou não acesso a eles. É urgente analisar as razões económicas na origem desta crise migratória e do terrorismo e criar as condições necessárias para a libertação de culturas e pessoas da disruptiva dinâmica do capitalismo global.

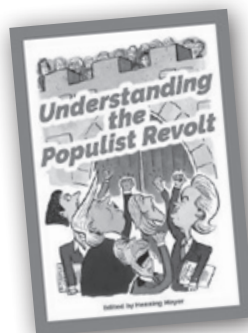
Edição: Objectiva; 152 páginas, 14 €

A Segurança Social é Sustentável
de Raquel Varela

Sob a coordenação de Raquel Varela, os autores deste volume conseguiram cumprir três tarefas principais. Em primeiro lugar, apresentam-nos as diversas variedades da precarização, do empobrecimento e da exclusão social que atualmente ameaçam devastar a sociedade portuguesa. Em segundo lugar, refutam completamente os muitos mitos propagados pelo establishment académico e político. E em terceiro lugar, discutem a necessidade e as dificuldades de uma resistência massiva.

Edição: Bertrand Editora; 440 páginas, 10 €

Understanding the Populist Revolt
de Henning Meyer (org)

Como é que Donald Trump foi eleito presidente dos EUA? Porque é que o Reino Unido votou para sair da União Europeia? A resposta mais simplista é o recente crescimento do populismo de direita e/ou o nativismo. Mas, embora a política no mundo ocidental tenha de facto sido desmantelada pela revolta populista contra as "elites" e o aumento da desigualdade desde a Grande Recessão de 2008, o fenómeno é muito mais complexo e multifacetado e ainda estão por ver as plenas consequências desta insurreição política. Esta antologia de artigos, ensaios e entrevistas tenta providenciar respostas de mérito a estas questões essenciais sobre o populismo e a sua subida. Une vozes internacionais de topo para examinarem as muitas causas na raiz desta revolta e para refletir no que pode ser feito para a rebater. Lida com questões como o porquê da classe trabalhadora branca ter alterado a sua fidelidade política da esquerda para a direita e como inadvertidamente foram as profundamente erróneas políticas de Bill Clinton e Tony Blair que criaram o espaço político para que a direita populista pudesse florescer. Os colaboradores vão de Jürgen Habermas a Karin Petersson, passando por Bo Rothstein e Manuel Muñiz, os quais debatem sobre como será possível resgatar a substância democrática da política enquanto se desvendam os laços entre o populismo, o capitalismo e a desigualdade.

Edição: Social Europe; 60 páginas, 4,99 € (kindle)

The Management of Savagery
de Max Blumenthal

"The Management of Savagery" conta-nos a história do crescimento paralelo do jihadismo internacional e do ultranacionalismo ocidental. Desde o financiamento secreto de Washington aos mujahidden após a invasão russa do Afeganistão nos anos 70, os EUA têm apoiado os extremistas tanto com dinheiro como com materiais, entre os quais inimigos do gabarito de Bin Laden. A predisposição do Pentágono em fazer invulgares alianças no estrangeiro trouxe-nos consequências inevitáveis: ao financiar, treinar e armar elementos jihadistas no Afeganistão, na Síria e na Líbia desde a Guerra Fria e ao levar a cabo guerras e intervenções para mudanças de regime, fez surgir o Estado Islâmico. Entretanto, as interferências de Trump no Médio Oriente vão provavelmente exacerbar ainda mais o estado das coisas. Blumenthal aprofunda a história real por trás das negociatas dos EUA no mundo e demonstra como as forças extremistas que atualmente ameaçam a paz e a democracia em todo o globo são fruto inevitável dos desígnios imperialistas dos Estados Unidos.

Edição: Verso Books; 400 páginas, 24 €

Morrer com Dignidade
de João Semedo (org)

Do Movimento Morrer com Dignidade, com testemunhos de: Aranda da Silva, Daniel Bessa, Edite Estrela, Francisco George, Francisco Louçã, Francisco Pinto Balsemão, Júlio Machado Vaz, Maria Filomena Mónica, Mário Nogueira, Rogério Alves e Rui Rio. Discute-se no nosso país a despenalização da Morte Assistida, mas um aspeto é evidente: morre-se mal em Portugal. Em muitos casos, a morte é um processo solitário de violenta agonia e degradação física. Neste livro, da autoria do movimento cívico Direito a Morrer com Dignidade, e organizado pelo médico e político João Semedo, defende-se que cada pessoa deve poder assumir a opção que entender sobre os últimos momentos da sua vida: continuar a sofrer ou acabar com esse martírio.

Edição: Contraponto Editores; 152 páginas, 13,30 €

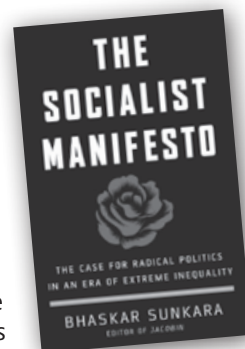
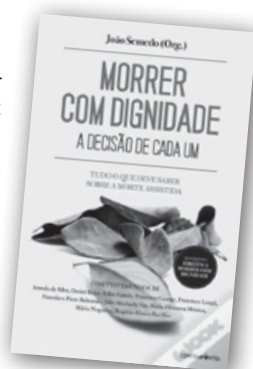
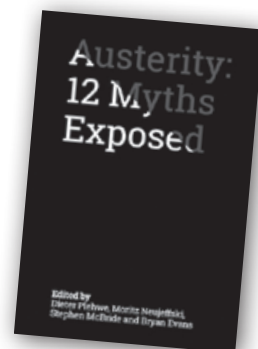
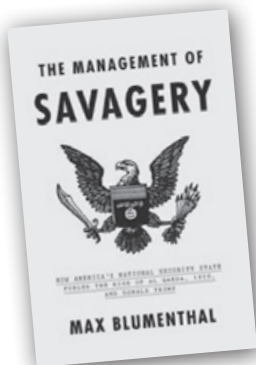
Austerity: 12 Myths Exposed
de Bryan Evans, Dieter Plehwe, Moritz Neujeffski e Stephen McBride

As políticas de austeridade que nos obrigaram a apertar o cinto foram a via pela qual seguiram a maio parte dos países abalados pela crise financeira há mais de dez anos. Os enormes cortes na despesa foram normalmente justificados com base em argumentos questionáveis. "Austerity: 12 Myths Exposed" desmantela muitos dos argumentos e crenças fundamentais por parte dos defensores da austeridade como solução para ultrapassar a crise económica.

Edição: Social Europe; 110 páginas, 3,99 € (papel) 0,99 € (Kindle)

The Socialist Manifesto
de Bhaskar Sunkara

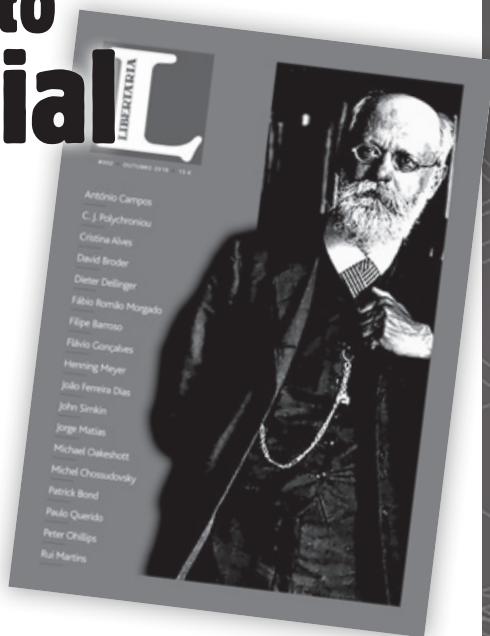
Da autoria de uma das vozes mais prominentes da esquerda americana, chega-nos uma galvanizadora argumentação quanto às razões pelas quais necessitamos hoje do socialismo. O sucesso do Partido Trabalhista liderado por Jeremy Corbyn revitalizou um ideal político que muitos julgavam já morto. Mas o que é, exatamente, o socialismo? E qual seria o aspeto de um sistema socialista na atualidade? Em "Socialist Manifesto" Bhaskar Sunkara, editor da revista "Jacobin", argumenta que o socialismo providencia os meios para obter a igualdade económica, e também para combater outras formas de opressão, nas quais se incluem o racismo e o sexismo. O objetivo último do socialismo nada tem a ver com planificações soviéticas, mas sim com o direito a cuidados médicos, à educação e à habitação, criando novas instituições democráticas nos locais de trabalho e na comunidade. A obra explora a história do socialismo e apresenta uma visão realista para o seu futuro. Leitura essencial sobre o socialismo no século XXI, é uma obra para todo aquele que anseie pelo fim das vastas desigualdades da nossa era.

Edição: Verso Books; 288 páginas, 21,50 €

Estatuto Editorial

A Libertária é uma revista não periódica que se rege pelas ideias inerentes ao livre pensamento, à liberdade de expressão e ao pluralismo de ideias;
A Libertária é independente do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão;
A Libertária tentará divulgar o mais objectivamente possível e da perspectiva libertária e do pragmatismo político as várias correntes do pensamento socialista democrático e do centro-esquerda, numa tónica reformista;
A Libertária considera que a perspectiva libertária actual deriva de três paradigmas distintos:

- o *libertaire* europeu (vulgarmente apodado de "anarquista");
- o *libertarian* norte-americano (que inclui na sua síntese social o pensamento liberal clássico) e
- a libertação nacional sul-americana, africana e asiática (os movimentos de emancipação anti-colonialista);

A Libertária dá ênfase ao poder local, à descentralização, à autogestão, aos desafios da democracia na era digital e à necessidade de fortalecer a União Europeia visando a criação de um Estado Social Europeu que preze o bem-estar dos seus cidadãos, assumindo-se como uma publicação favorável ao eternamente adiado federalismo europeu;
A Libertária intenta a divulgação de projectos de cultura alternativa e contracultura, dando a conhecer autores, artistas e colectivos que considere relevantes e pertinentes, com destaque para as artes plásticas, música e ficção especulativa.

ERRATA: No número anterior por lapso incluimos a "Red Pepper Magazine" como parceira, já rectificamos o erro.

Editor
Flávio Gonçalves
ISSN: 2183-5284
Depósito Legal: 449706/18
Grafismo e Paginação
Jorge Matias
Tradutores
Flávio Gonçalves
Jorge Matias
Mariana Nave
Contacto
libertariapt@gmail.com
Facebook, Twitter e Patreon
@libertariapt
Impressão
Ulzama Digital e KDP
Distribuição Internacional
Amazon.com Inc.
Página
www.libertaria.pt
Publicação Não Periódica
Isento de registo na E.R.C.
ao abrigo do Decreto Regulamentar
8/99 de 9/6, artigo 12º, nº 1-a
Neste Número
António Campos
C.J. Polychroniou
Cristina Alves
David Broder
Dieter Dellinger
Fábio Romão Morgado
Filipe Barroso
Henning Meyer
João Ferreira Dias
John Simkin
Jorge Matias
Luke Savage
Margarida Matos
Michel Chossudovsky
Noam Chomsky
Pamela Anderson
Paulo Querido
Patrick Bond
Peter Phillips
Rui Martins
Srećko Horvat
Parcerias
Global Research
Jacobin Magazine
Pravda.ru
Sp!ked Magazine
Reason
Social Europe
Spartacus Educational
Z Magazine

A Libertária é uma revista não periódica que se rege pelas ideias inerentes ao livre pensamento, à liberdade de expressão e ao pluralismo de ideias;
A Libertária é independente do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão;
A Libertária tentará divulgar o mais objectivamente possível e da perspectiva libertária e do pragmatismo político as várias correntes do pensamento socialista democrático e do centro-esquerda, numa tónica reformista;
A Libertária considera que a perspectiva libertária actual deriva de três paradigmas distintos:

- o *libertaire* europeu (vulgarmente apodado de "anarquista");
- o *libertarian* norte-americano (que inclui na sua síntese social o pensamento liberal clássico) e
- a libertação nacional sul-americana, africana e asiática (os movimentos de emancipação anti-colonialista);

A Libertária dá ênfase ao poder local, à descentralização, à autogestão, aos desafios da democracia na era digital e à necessidade de fortalecer a União Europeia visando a criação de um Estado Social Europeu que preze o bem-estar dos seus cidadãos, assumindo-se como uma publicação favorável ao eternamente adiado federalismo europeu;
A Libertária intenta a divulgação de projectos de cultura alternativa e contracultura, dando a conhecer autores, artistas e colectivos que considere relevantes e pertinentes, com destaque para as artes plásticas, música e ficção especulativa.

A classe capitalista manda, mas não governa: contenta-se em mandar no governo.

Karl Kautsky

ISSN: 2183-5284
9 781696 171694